

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**  
**MESTRADO ACADÊMICO**

**LAÍS DUARTE CORRÊA**

**O TRABALHO DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS E  
RESISTÊNCIAS**

**PORTO ALEGRE**

**2020**

**LAÍS DUARTE CORRÊA**

**O TRABALHO DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS E  
RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada como requisito para o grau de Mestre ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Tatiana Reidel

**PORTO ALEGRE**

**2020**

**LAÍS DUARTE CORRÊA**

**O TRABALHO DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS E  
RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada como requisito para o grau de Mestre ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

---

Professora Dra. Tatiana Reidel – (Orientadora) – UFRGS

---

Professora Dra. Thaísa Teixeira Closs – UFRGS

---

Professora Dra. Jane Cruz Prates – PUCRS

---

Professora Dra. Vânia Maria Manfroi – UFSC

**PORTO ALEGRE  
2020**

## AGRADECIMENTOS

Minha inserção e vivência no mestrado foram encharcadas de inspirações, incentivos e muitos afetos, tornando possível a realização de um sonho que começou a tomar forma na graduação, e que com a sua finalização, possibilita a realização de um sonho antigo: a docência.

Aos meus pais, Loerci e Lúcia, e ao meu irmão, Leonardo, que sempre respeitaram e apoiaram minhas escolhas, por toda compreensão, carinhos, chimarrões, e cuidados nas minhas andanças e momentos de produção.

Ao Victor, que foi um presente neste processo e pra minha vida, trazendo tanta leveza e me ensinando sobre o amor. É uma delícia caminhar contigo ao meu lado.

Às minhas amigas, Ingrid, Nicole, Jéssica, Loana e Claudinha, meus presentes da graduação! Vocês me mostram cotidianamente a grandiosidade da amizade na vida e me possibilitam reflexões, sentidos, e saudades, tornando minha vida mais colorida. Vocês são cores indispensáveis do meu viver!

À minha professora, supervisora e orientadora da graduação, hoje amiga e colega, Helô. Obrigada por me incentivar e inspirar a voar, dividindo comigo voos e transbordando tanto afeto.

À minha querida turma de mestrado, “melhor turma deste mundo”. Ser peixinha neste processo com vocês foi muito especial. Vocês dão sentido à pós-graduação ao proporcionar pertencimento e construção de aprendizados com tanta solidariedade e compromisso, em tempos de tanta competitividade e individualismo. Os levarei para sempre nesta vida.

À Luana e à Jaqueline, que no início deste processo me deram todo o apoio e trocaram inúmeros plantões para que eu pudesse estar presente nas aulas. E, à Carol e à Paty, que foram conforto e que me deram coragem nesta jornada desafiadora que é aliar o trabalho ao mestrado.

Ao Grupo de Pesquisa Platão, Marx e a Dialética, principalmente ao professor Fernando, que me permitiu essa inserção que tanto contribuiu nesse processo.

Ao GEFESS e às profes Alzira, Taty, Thaísa e Vanessa e a todas as colegas que compartilharam desse espaço comigo. Destaco as minhas colegas de turma, Carol, Lucilene, Bárbara e Rosália, e a querida IC Carolzinha.

Um agradecimento especial à professora Thaísa que contribuiu imensamente nesta produção por meio de disciplinas ministradas no mestrado. Também, à Carolzinha, que foi excepcional e que dividiu comigo experiências do processo de pesquisa do início ao fim.

Ao CRESS 10ª Região, Gestão “Classe Trabalhadora em Luta: Unidade e Resistência” (2017-2020), por possibilitar a coleta de dados nas Seccionais e a todas(os) os colegas Assistentes Sociais por terem se disposto, em meio a tantos desafios, a participar desta pesquisa.

À minha querida e incrível orientadora Tatiana Reidel, pela inspiração como profissional e docente, pelos incentivos sem medidas, pela confiança, pela forma madura, crítica e compromissada com que teceste o processo da orientação comigo. Serei sempre tua MTaty1!

Há hora de somar  
E hora de dividir.  
Há tempo de esperar  
E tempo de decidir.  
Tempos de resistir.  
Tempos de explodir.  
Tempo de criar asas, romper as cascas  
Porque é tempo de partir.  
Partir partido,  
Parir futuros,  
Partilhar amanheceres  
Há tanto tempo esquecidos.  
Lá no passado tínhamos um futuro  
Lá no futuro tem um presente  
Pronto pra nascer  
Só esperando você se decidir.  
Porque são tempos de decidir,  
Dissidiar, dissuadir,  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de esperar  
Tempos de dizer:  
Não mais em nosso nome!  
Se não pode se vestir com nossos sonhos  
Não fale em nosso nome.  
Não mais construir casas  
Para que os ricos morem.  
Não mais fazer o pão  
Que o explorador come.  
Não mais em nosso nome!  
Não mais nosso suor, o teu descanso.  
Não mais nosso sangue, tua vida.  
Não mais nossa miséria, tua riqueza.  
Tempos de dizer  
Que não são tempos de calar  
Diante da injustiça e da mentira.  
É tempo de lutar  
É tempo de festa, tempo de cantar  
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.  
Tempos de criar, tempos de escolher.  
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.  
É tempo de dar nome aos bois,  
De levantar a cabeça  
Acima da boiada,  
Porque é tempo de tudo ou nada.  
É tempo de rebeldia.  
São tempos de rebelião.  
É tempo de dissidência.  
Já é tempo dos corações pularem fora do peito  
Em passeata, em multidão  
Porque é tempo de dissidência  
É tempo de revolução.

**Mauro Iasi**

## RESUMO

Esta dissertação trata de um estudo que versa sobre a temática o trabalho do(a) Assistente Social no contexto contemporâneo, e teve como objetivo geral Analisar como se dá o trabalho dos(as) Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região, seus desafios e resistências, frente aos impactos da contrarreforma do Estado e a crescente precarização das políticas sociais. Importa mencionar que esta pesquisa foi incluída enquanto adendo de um Projeto Guarda-Chuva de cunho interinstitucional denominado “Perfil, Formação e Trabalho dos(as) Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul”. A vertente teórica que orientou este estudo foi o método dialético marxista, em uma pesquisa de enfoque misto, a partir da realização de dois grupos focais em cada Seccional do CRESS 10ª Região: Caxias do Sul e Pelotas. Além disso, também se utilizou dos questionários enviados a partir da Pesquisa Interinstitucional, com um recorte a partir das cidades que compõem as Seccionais. O questionário foi armazenado na Plataforma *Survey Monkey*, a partir da qual os dados foram extraídos já quantificados, e organizados permitindo a análise de variáveis de tipo inferencial. Foi realizado tratamento estatístico simples. Em relação aos grupos focais, foram realizados em dois momentos sob a moderação da mestrand, gravados e posteriormente transcritos. As transcrições foram categorizadas, a partir da análise de conteúdo, privilegiando recortes frequenciais e temáticos. Responderam ao questionário 491 Assistentes Sociais vinculados às Seccionais de Caxias do Sul e Pelotas. Este número corresponde a 16,7% do total de respondentes da pesquisa guarda-chuva, os quais totalizaram 2.930 respondentes. A partir deste estudo foi possível identificar que os(as) Assistentes Sociais das regiões adstritas às Seccionais são majoritariamente mulheres (84,58%), brancas (74,86%), casadas (37,24%), solteiras (14,43%) e em união estável (15,23%). A maioria possui formação na modalidade de ensino presencial (72,41%), e encontram-se trabalhando na área (81,68%). A maior porcentagem de profissionais está inserida no âmbito das políticas sociais de seguridade social, 78% em Pelotas e 83% em Caxias do Sul. A política de Assistência Social, dentro do tripé representa a maioria das inserções, 58,79%, dado que se relaciona diretamente com o avanço da implementação do SUAS no país a partir dos governos petistas. Em Caxias do Sul, o vínculo estatutário (51,26%) se dá em porcentagem maior aos demais vínculos, dos quais os mais precários (sem vínculo, temporário, terceirizados) totalizam 9,5%. Já em Pelotas, o vínculo estatutário (49,33%) e celetista (24,67%) somam 73,9%, e os vínculos de trabalho mais precários, somam 10% das inserções, permitindo a identificação de tendências de precarização à profissão. Além disso, identificou-se que os(as) Assistentes Sociais ao caracterizarem seu trabalho o fazem a partir das precarizações que vivenciam no trabalho. Neste sentido, a intensificação do trabalho é considerada uma dificuldade/desafio vivenciada em maior porcentagem tanto pelos profissionais da região de Pelotas (36,00%), quanto em Caxias do Sul (44,72%). Ainda, foi possível identificar diferentes concepções acerca do trabalho, e que os(as) Assistentes Sociais utilizam diferentes referenciais teóricos. Neste sentido, em relação aos referenciais teóricos utilizados no trabalho, em Pelotas, os referenciais que diferem do marxista, se somados, chegam a 93%, com destaque para os clínicos (36%) e pós-modernos (26%), ou seja, o conjunto ultrapassa o uso do referencial marxista (54,6%), diferente de Caxias do Sul, onde o referencial marxista é informado por 78,3% dos respondentes, e outros referenciais somam 51%, com destaque para os referenciais clínicos e terapêuticos que somam sozinhos 20,6%. Somados os dados das duas Seccionais, os referenciais clínicos aparecem em 62% das expressões. Também e ainda, não identificam somente a questão social como objeto de trabalho. A Seccional de Pelotas identificou em maior porcentagem as vulnerabilidades e riscos sociais como objeto de trabalho, 81,33%, sendo seguidas das relações sociais e/ou familiares, 74,67%, e em terceiro lugar, as múltiplas expressões da questão social, com 58%. O mesmo se repete na Seccional de Caxias do Sul, sendo as relações sociais e/ou familiares o objeto de trabalho com maior porcentagem, 83,92%, seguidos das múltiplas expressões da questão social, 74,87%, que representam a mesma porcentagem, ou seja, 74,87%, em relação às vulnerabilidades sociais. Contudo, apesar das dificuldades vivenciadas no trabalho, os(as) Assistentes Sociais identificam possibilidades de resistência. Tais possibilidades foram identificadas tanto no âmbito individual, quanto no âmbito coletivo. Contudo, vale-se dizer que nenhuma estratégia individual se efetiva sem a organização coletiva. Nessa via, os(as) Assistentes Sociais referiram os conselhos, a rede de políticas sociais, os movimentos sociais, sindicatos e as entidades político-representativas da categoria como espaços de resistência. Foi identificada a pouca participação de Assistentes Sociais. Aponta-se para a necessidade de fortalecimento da dimensão político-organizativa da categoria, como estratégia de enfrentamento frente ao avanço da precarização do mundo do trabalho e das políticas sociais

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho do Assistente Social; Serviço Social; Dimensão Político-Organizativa.

## ABSTRACT

This dissertation deals with a study that deals with the theme the work of the Social Worker in the contemporary context, and had the general objective of analyzing how the work of the Social Assistants linked to the Sectionals of CRESS 10<sup>a</sup> Region, its challenges and resistance, in the face of the impacts of the State's counter-reform and the growing precariousness of social policies. It is important to mention that this research was included as an addendum to an interinstitutional umbrella project called "Profile, Training and Work of Social Assistants in Rio Grande do Sul". The theoretical aspect that guided this study was the Marxist dialectic method, in a research with a mixed focus, based on the realization of two focus groups in each Sectionals of CRESS 10th Region: Caxias do Sul and Pelotas. In addition, questionnaires sent from the Interinstitutional Survey were also used, with a cut from the cities that make up the Sectionals. The questionnaire was stored on the *Survey Monkey Platform*, from which the data were extracted already quantified, and organized allowing the analysis of inferential variables. Simple statistical treatment was performed. Regarding the focus groups, they were carried out in two moments under the moderation of the master's student, recorded and later transcribed. The transcripts were categorized, based on content analysis, favoring frequent and thematic clippings. 491 Social Workers linked to the Caxias do Sul and Pelotas branches answered the questionnaire. This number corresponds to 16.7% of the total respondents in the *Survey Monkey*, which totaled 2,930 respondents. From this study it was possible to identify that the Social Workers in the regions assigned to the Sectionals are mostly women (84.58%), white (74.86%), married (37.24%), single (14.43%) and in a stable union (15.23%). Most have training in the face-to-face teaching modality (72.41%), and are working in the area (81.68%). The highest percentage of professionals is inserted in the scope of social policies of social security, 78% in Pelotas and 83% in Caxias do Sul. The Social Work policy, within the tripod represents the majority of insertions, 58.79%, given that it is directly related to the progress of the implementation of SUAS in the country from PT governments. In Caxias do Sul, the statutory bond (51.26%) occurs in a higher percentage than the other bonds, of which the most precarious (without bond, temporary, outsourced) total 9.5%. In Pelotas, the statutory (49.33%) and hired labor (24.67%) bonds add up to 73.9%, and the most precarious work bonds add up to 10% of insertions, allowing the identification of precariousness trends in the profession. In addition, it was identified that Social Workers, when characterizing their work, do so from the precariousness they experience at work. In this sense, intensification of work is considered a difficulty / challenge experienced in a greater percentage both by professionals in the Pelotas region (36.00%) and in Caxias do Sul (44.72%). Still, it was possible to identify different conceptions about work, and that Social Workers use different theoretical references. In this sense, in relation to the theoretical references used in the work, in Pelotas, the references that differ from the Marxist, if added, reach 93%, with emphasis on the clinicians (36%) and post-modern (26%), that is, the group goes beyond the use of the Marxist framework (54.6%), differently from Caxias do Sul, where the Marxist framework is informed by 78.3% of the respondents, and other references add up to 51%, with emphasis on the clinical and treatments that add up to 20.6% alone. Adding the data from the two sectionals, the clinical references appear in 62% of the expressions. Also and still, they do not identify only the social issue as an object of work. The Sectional de Pelotas identified a greater percentage of vulnerabilities and social risks as the object of work, 81.33%, followed by social and / or family relationships, 74.67%, and thirdly, the multiple expressions of the social issue, with 58%. The same is repeated in the Caxias do Sul Sectional, with social and / or family relations being the object of work with the highest percentage, 83.92%, followed by the multiple expressions of the social issue, 74.87%, which represent the same percentage, that is, 74.87%, in relation to social vulnerabilities. However, despite the difficulties experienced at work, Social Workers identify possibilities for resistance. Such possibilities have been identified both at the individual and collective levels. However, it is worth saying that no individual strategy is effective without collective organization. In this way, the Social Workers referred to the councils, the social policy network, the social movements, unions and the political-representative entities of the category as spaces of resistance. Little participation by Social Workers was identified. It points to the need to strengthen the political-organizational dimension of the category, as a coping strategy in the face of the advancing precariousness of the world of work and social policies.

**KEYWORDS:** Work of the Social Worker; Social Work; Political-Organizational Dimension.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Movimento de (re)posição dos métodos de produção de mais-valia .....	37
FIGURA 2-A relação dialética entre a constituição sócio-histórica, questão social e Serviço Social.....	66
FIGURA 3-Concepções de trabalho d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região .....	69
FIGURA 4-Síntese sobre os desafios do exercício profissional vivenciados pelos(as) Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região .....	72
FIGURA 5-Tendência de precarização do trabalho d(a)s Assistentes Sociais.....	77
FIGURA 6 -Características do Assistente Social a partir das Seccionais do CRESS 10ª Região .....	84
FIGURA 7-Possibilidades de resistência identificadas nas Seccionais do CRESS 10ª Região frente às precarizações vivenciadas no trabalho .....	97

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Categoria Trabalho do(a) Assistente Social em produções das Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis e ENPESS de 2010 à 2019.....	17
TABELA 2 - Profissionais ativos e emails cadastrados por Seccional .....	26
TABELA 3 - Informações sobre convites enviados para os profissionais de cada Seccional .	26
TABELA 4 - Natureza das instituições em que trabalham os(as) Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região.....	69
TABELA 5 - Política Social predominante enquanto espaço sociocupacional d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região.....	71
TABELA 6 - Tipo de vínculo d(a)s Assistentes Sociais adstritos Seccionais do CRESS 10ª Região .....	73
TABELA 7 - Dificuldades e desafios identificados no exercício profissional d(a)s Assistentes Sociais adstritos à Seccional do CRESS 10ª Região .....	74
TABELA 8 - Renda aproximada d(a)s Assistentes Sociais adstritos às Seccionais do CRESS 10ª Região .....	75
TABELA 9- Referenciais utilizados para o trabalho e as competências(as) profissionais pelos(as) Assistentes Sociais nas Seccionais do CRESS 10ª Região.....	78
TABELA 10- Identificação do objeto de trabalho d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região.....	85
TABELA 11-Identificação de possibilidades de resistência frente às precarizações vivenciadas no trabalho por Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região .....	96
TABELA 12 - Possibilidades de resistência identificadas nas Seccionais do CRESS 10ª Região frente às precarizações vivenciadas no trabalho.....	97
TABELA 13 - Participação de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região em instâncias de participação social .....	100
TABELA 14 - Assistentes Sociais sindicalizados e não-sindicalizados das Seccionais do CRESS 10ª Região.....	102
TABELA 15 - Avaliação de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região sobre as entidades de representação do Serviço Social .....	104

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1-Cidades que compõem as Seccionais do CRESS 10 Região .....	20
QUADRO 2 -Precarizações do trabalho identificadas por Assistentes Sociais como dificultadores da participação em espaços de organização coletiva.....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Jango	João Goulart

## LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANAS	Associação Nacional de Assistentes Sociais
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Social
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASS	Diretório Acadêmico de Serviço Social
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEFESS	Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPC	Modo de Produção Capitalista
MESS	Movimento Estudantil em Serviço Social

NUCRESS	Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
NRF	Novo Regime Fiscal
PEP	Projeto Ético-Político
PIB	Produto Interno Bruto
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SASPA	Sindicato d(a)s Assistentes Sociais de Porto Alegre
SESI	Serviço Social da Indústria
SESSUNE	Subsecretaria de Serviço Social na UNE
SPSS	Software Statistical Package for the Social Sciences
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAS	Unidades de Formação Acadêmicas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
USBEE	União Sul Brasileira de Educação e Ensino
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DO SURGIMENTO DO CAPITALISMO NA EUROPA ÀS PARTICULARIDADES NO BRASIL</b> .....	29
2.1 CRIARAM O CAPITAL, EXPROPRIARAM OS TRABALHADORES E OS “LIBERTARAM”: O TRABALHO NO CAPITALISMO .....	30
2.2. CRAVARAM OS DENTES NA AMÉRICA LATINA: AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO NO BRASIL SOB A SUCCÃO DO CAPITAL EXTERNO .....	38
<b>3. O ESTADO CAPITALISTA À BRASILEIRA: A VAMPIRIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA</b> .....	48
<b>4. O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: A OUSADIA DE SONHAR E LUTAR NUM CONTEXTO DE DESAFIOS</b> .....	65
<b>5. ROMPENDO COM OS MUROS DO INDIVIDUALISMO: A DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO SERVIÇO SOCIAL</b> .....	90
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118
ANEXO A - QUESTIONÁRIO .....	127
ANEXO B–TCLE - QUESTIONÁRIO .....	140
APÊNDICE A – TCLE - GRUPO FOCAL .....	142
APÊNDICE B - ROTEIRO GRUPO FOCAL .....	144

## 1. INTRODUÇÃO

Pensar o Serviço Social inscrito no Brasil requer a apreensão de que se faz necessário analisar a conjuntura como parte constitutiva da configuração do trabalho do Serviço Social, e não apenas como um pano de fundo da profissão, cuja análise deve se dar com foco na questão social. (IAMAMOTO, 2015b).

Assim sendo, explicita-se que, no decorrer desses mais de 80 anos de Serviço Social no Brasil, operaram-se transformações na profissão, dado o terreno de disputas entre diferentes projetos societários no qual se inscreve, disputas das quais emergem mudanças na sociedade. Ou seja, trata-se de um terreno de disputas entre alienação e tomada de consciência; um espaço onde permeiam desafios e possibilidades; espaço conformado por contradições. Dessa forma, e tendo como pressuposto o método dialético marxista, é mister que, em paráfrase a Guimarães Rosa, adentremos no sertão para que dele possamos sair, com respostas qualificadas à conjuntura atual de crises econômica, política e social com profundas implicações à classe trabalhadora.

Portanto, esta dissertação visa apresentar uma pesquisa sobre a temática o *trabalho do(a) Assistente Social no contexto contemporâneo*, que teve como objetivo geral *Analisar como se dá o trabalho dos(as) Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região, seus desafios e resistências, frente aos impactos da contrarreforma do Estado e a crescente precarização das políticas sociais*, considerando as mudanças no mundo do trabalho e a precarização das políticas sociais, diante da evidente inseparabilidade entre o Serviço Social e o desvendamento da realidade, dada a sua relação dialética, tanto no que diz respeito à intervenção, quanto à sua própria constituição enquanto profissão.

Essa temática emergiu, além da compreensão supramencionada, da necessidade de adensamento teórico sobre o desvendamento da realidade e sua incidência no trabalho do(a) Assistente Social, assim como e também, da afinidade e envolvimento da mestrandia com tema.

No que tange à necessidade de adensamento teórico, no caso da produção acadêmica em Serviço Social acerca da temática da superexploração do trabalho profissional e correlatos, por exemplo, já em 2011 era analisado por Raichelis como sendo algo “pouco debatido, pouco pesquisado, e portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional” (RAICHELIS, 2011, p.426).

Na mesma perspectiva, em 2014, Mendes e Almeida, trazendo à tona as atuais tendências de pesquisa no Serviço Social no contexto do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constataram a predominância de pesquisas na área Serviço Social Aplicado (contemplando as políticas sociais) sobre a de Fundamentos em Serviço Social, sabendo-se que a categoria trabalho é constituinte dessa última área, bem como de qualquer mediação que se faça sobre o objeto.

Não de forma diferente, foi possível perceber, em produções analisadas de 36 Revistas Serviço Social e Sociedade (2010-2019); 18 Revistas Temporalis (2010-2019) e anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) (2018) que a produção acerca do trabalho do(a) Assistente Social em relação ao universo de produções, permanece reduzida, conforme base<sup>1</sup> de dados sobre trabalho (REIDEL; BARRETO, 2019), os quais podem ser visualizados na Tabela 1, a seguir:

**TABELA 1-** Categoria Trabalho do(a) Assistente Social em produções das Revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis e ENPESS de 2010 a 2019

<b>Fontes Analisadas</b>	<b>Serviço Social e Sociedade</b>	<b>Temporalis</b>	<b>ENPESS</b>
<b>Período Analisado</b>	2010-2019	2010-2019	2018
<b>Universo Geral (N)</b>	308	264	1070
<b>Categoria Trabalho do(a) Assistente Social (N)</b>	52	35	271
<b>% Categoria Trabalho do(a) Assistente Social</b>	16,88	13,25	25,32

Fonte: Elaborado pela autora a partir de base de dados construída por Reidel e Barreto (2019), 2020.

Conforme é possível verificar, as revistas de maior referência para a categoria profissional, assim como o próprio ENPESS, e suas produções partem de pesquisadores. Em sua grande maioria, possuem uma totalidade pequena de produções acerca da temática considerando o universo analisado, contudo, verifica-se que, em um ano, o ENPESS soma mais publicações sobre a temática do que as revistas em nove anos, isso porque, tratam-se de anais de um evento, e não de artigos, que possuem maiores exigências para a publicação. Ainda, destaca-se o pequeno percentual de publicações sobre a temática na revista Temporalis, especialmente por se tratar de uma revista da ABEPSS, e pela relevância do tema para a categoria. Em resumo, o que se identifica reitera o que fora apontado por Raichelis (2011), Mendes e Almeida (2014), mencionadas anteriormente.

<sup>1</sup> As fontes que subsidiaram o banco de dados foram escolhidas considerando a referência da Revista Serviço Social e Sociedade para a categoria, assim como a Revista Temporalis ser a principal revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Já em relação ao evento escolhido, considerou-se ser um dos encontros mais importantes organizados pela ABEPSS.

Já no que concerne à afinidade e envolvimento da mestranda com a temática, cabe mencionar que desde a graduação, em Caxias do Sul, na qualidade de bolsista de iniciação científica, já se questionava sobre as condições de trabalho precárias vivenciadas pelos trabalhadores, na época os catadores de resíduos sólidos, sujeitos da pesquisa em que se inseria.

No decorrer da formação, inserida como estagiária, observava a disparidade de recursos humanos diante das demandas no âmbito das políticas de saúde e de assistência social, assim como a dificuldade de organização coletiva tanto nos movimentos sociais quanto em espaços político-organizativos. No entanto, ainda como estudante, fez parte do Diretório Acadêmico de Serviço Social (DASS), espaço que a instigou e a mobilizou politicamente, permitindo a compreensão sobre a importância da construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da precarização e demais dificuldades vivenciadas.

Tais experiências conduziram ao debruçamento sobre as metamorfoses do capital e seus impactos à classe trabalhadora, e concomitantemente, ao trabalho do(a) Assistente Social, materializando sua produção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os questionamentos, porém, não se esgotaram na graduação, mas foram reiterados em sua experiência enquanto trabalhadora assalariada, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se inseriu após a formação, com diferentes vínculos de trabalho, permitindo vivenciar diferentes e novas características impressas pelo modo de produção e reprodução capitalista contemporâneo como os salários cada vez mais reduzidos, subcontratações, redução da oferta de vagas em concursos públicos, quantidade de demandas não correspondente à quantidade de profissionais e serviços para atendê-las, assim como o compartilhamento com trabalhadores de outras categorias profissionais, das inseguranças advindas da reforma trabalhista.

Mobilizada, portanto, pelo desejo de dar seguimento aos estudos ora iniciados, bem como pelo compromisso ético de constante aprimoramento intelectual, inseriu-se no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS, por meio de seleção realizada no mesmo ano de sua conclusão no curso de graduação, objetivando, por meio do adensamento correspondente aos questionamentos sobre o trabalho do Assistente Social, contribuir para com a categoria profissional.

Assim sendo, já no mestrado, se inseriu na Linha de Pesquisa intitulada de Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. Durante o mestrado integrou o Grupo de Pesquisa Platão, Marx e a Dialética, que permitiu maiores aproximações com a obra de Marx, bem como com a dialética. Além disso, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS), e o subgrupo Formação,

Ética e Trabalho do Assistente Social. Tal inserção tem permitido à mestranda o amadurecimento e maior apropriação em relação à temática. Importante mencionar que nesse sentido, a realização do estágio docente na disciplina de Trabalho e Serviço Social também permitiu a apropriação de subsídios teóricos, os quais tiveram relação direta com o objeto de pesquisa, e, paralelamente, contribuíram com a revisão teórica desta dissertação.

Inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas supramencionado, integra a Pesquisa<sup>2</sup> Guarda-Chuva *Perfil, Formação e Trabalho dos(as) Assistentes Sociais no estado Do Rio Grande Do Sul*, coordenada por sua orientadora e que acontece em parceria com o CRESS 10ª Região, por meio da Gestão 2017-2020 “Classe Trabalhadora em Luta: Unidade e Resistência”, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), objetivando *Investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria e de Unidades de Ensino com vistas a contribuir para o fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional*, reafirmando, em tempos à contracorrente, a importância da articulação entre as Unidades de Formação e o Conselho Regional.

Destarte, o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado<sup>3</sup> alinhou-se à referida Pesquisa Guarda-Chuva enquanto possibilidade para o aprofundamento sobre o trabalho do(a) Assistente Social, e foi desenvolvida junto às Seccionais do CRESS no estado do Rio Grande do Sul, permitindo a articulação da produção acadêmica ao fortalecimento da profissão, uma vez que se parte da concepção de que é o conhecimento sobre o vasto sertão no qual não só se intervém, mas se está inserido e inscrito, que é possível a ultrapassagem de suas margens e a construção coletiva de estratégias para o seu enfrentamento e superação.

Dessa forma, os dados obtidos a partir da pesquisa, poderão subsidiar tanto o CRESS enquanto instância político-organizativa para o planejamento de estratégias que visem o fortalecimento da categoria e a identificação de dificuldades de articulação, quanto aos próprios profissionais, permitindo a coletivização das dificuldades vivenciadas, em detrimento da individualização reproduzida na sociedade, assim como a coletivização das estratégias de resistência já encontradas e a possibilidade de construção de outras a partir do conhecimento da realidade.

---

<sup>2</sup> Esta Pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>3</sup> Importante mencionar que, por estar alinhada à Pesquisa Guarda-Chuva, esta pesquisa de mestrado foi incluída enquanto adendo da Pesquisa estadual.

Sinaliza-se que pretendeu-se tratar o estudo de “[...] forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores – e suas lutas – que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo de prevalência do capital que rende juros, articulado ao grande capital produtivo internacionalizado” (IAMAMOTO, 2009a, p.36).

A pesquisa foi delimitada temporalmente a partir dos anos 2008, tendo como pressuposto a crise desencadeada em 2007-2008 cujos efeitos incidem no centro nervoso do capitalismo (IAMAMOTO, 2018), assim como, circunscreve-se nos territórios das duas Seccionais do CRESS.

As Seccionais possuem sua sede nas cidades de Caxias do Sul e na cidade de Pelotas. A cidade de Pelotas, que abriga a Seccional desde 1971, possui população de 328.275 habitantes, de colonização espanhola e portuguesa (IBGE, 2010), e com população ocupada de 24,6%. Já a cidade de Caxias do Sul, com a Seccional criada em 1985, possui população de 435.564 habitantes, de colonização predominantemente italiana, possui uma taxa de população ocupada maior que em Pelotas, de 40,3% (IBGE, 2010).

As referidas Seccionais são compostas por um conjunto de cidades, sendo a Seccional de Caxias do Sul, por 75 cidades e a Seccional de Pelotas, com 24 cidades, as quais estão dispostas no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1-Cidades que compõem as Seccionais do CRESS 10 Região

<b>Seccional</b>	<b>Cidades</b>
<b>Caxias do Sul</b>	Alto feliz ; André da Rocha; Anta Gorda; Antônio Prado; Barão; Bento Gonçalves; Boa Vista do sul; Bom Jesus; Bom Principio; Campestre da Serra; Canela; Carlos Barbosa; Casca; Caxias do Sul; Colinas; Coronel Pilar; Cotiporã; Dois Lajeados; Fagundes Varela; Farroupilha; Feliz; Flores da Cunha; Garibaldi; Gramado; Guabiju; Guaporé; Harmonia; Imigrante; Ipê; Ivoti; Lagoa Vermelha; Lindolfo Color; Linha Nova; Monte Belo do Sul; Morro Reuter; Muçum; Nova Araçá; Nova Bassano; Nova Pádua; Nova Petrópolis; Nova Prata; Nova Roma do Sul; Paraí; Pareci Novo; Picada Café; Pinto Bandeira; Poço das Antas; Presidente Lucena; Protásio Alves; Roca Sales; Salvador do Sul; Santa Maria do Herval; Santa Tereza; Santo Antônio do Palma; São Domingos do Sul; São Francisco de Paula; São Jorge; São José do Hortêncio; São José do Sul; São Marcos; São Pedro da Serra; São Sebastião do Caí; São Valentim do Sul; São Vendelino; Serafina Corrêa; Teutônia; Tupandi; Vacaria; Vale Real; Vanini; Veranópolis; Vespasiano Corrêa; Vila Flores; Vista Alegre do Prata; Westfália.
<b>Pelotas</b>	Arroio do Padre; Arroio Grande; Candiota; Canguçu; Capão do Leão; Cerrito; Chuí; Dom Pedrito; Herval; Hulha Negra; Jaguarão; Lavras do Sul; Morro Redondo; Pedras Altas; Pedro Osório; Pelotas; Pinheiro Machado; Piratini; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; São José do Norte; Turuçu

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados <sup>4</sup> pelas Seccionais do CRESS 10ª Região (2019).

<sup>4</sup> Os dados foram disponibilizados por e-mail pela Seccional de Caxias do Sul e por *Whatsapp* pela Seccional de Pelotas.

Importante mencionar que além da facilidade da realização da pesquisa nos referidos territórios, as Seccionais têm “a finalidade de desempenhar as atribuições executivas em sua jurisdição e dar os encaminhamentos políticos que lhe são delegados pela Diretoria do Conselho”. (CRESS, 2019), além de oferecer “[...] melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação [...]” (BRASIL, 1993) aos profissionais dentro da jurisdição do CRESS em questão.

Os(as) Assistentes Sociais das regiões adstritas às Seccionais, que representam 16,7% do total de respondentes da pesquisa (491 de 2930), são mulheres (84,58%), brancas (74,86%), casadas (37,24%), solteiras (14,43%) e em união estável (15,23%). A maioria possui formação na modalidade de ensino presencial (72,41%), e encontram-se trabalhando na área (81,68%).

Diante do exposto, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como se dá o trabalho dos(as) Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região, seus desafios e resistências, frente aos impactos da contrarreforma do Estado e a crescente precarização das políticas sociais?*

Tal problema foi acompanhado pelas seguintes questões que nortearam o caminho a ser percorrido para a construção do conhecimento proposto, a saber: *Como tem se efetivado a precarização das políticas sociais como espaço de trabalho dos(as) Assistentes Sociais?; Como se configuram os espaços sociocupacionais onde se inserem os(as) Assistentes Sociais nas regiões estudadas?; Quais as condições e relações de trabalho estabelecidas nestes espaços?; Como se estabelece a relação de profissionais nos espaços de trabalho nas instâncias político organizativas da categoria; Como o(a) Assistente Social compreende o seu trabalho e a dimensão organizativa da categoria?; Quais as resistências empreendidas pelos(as) assistentes sócias frente à reforma do Estado e as precarizações no tempo presente?*

Diante do exposto e considerando a temática, o problema de pesquisa e as questões norteadoras, esta pesquisa foi orientada pelo método dialético marxista, com enfoque misto, ou quanti-qualitativo. Ou seja, foram consideradas quantidades e qualidades para se chegar às totalizações que serão apresentadas no decorrer desta dissertação.

O método dialético marxista

É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente incluída a forma. A lógica dialética acrescenta a antiga lógica, a captação das

transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo. (LEFÉBVRE, 1991, p. 21).

Além disso, ele “[...] apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas”. (PRATES, 2012, p.117).

Nesse sentido, e comumente entendida, a realidade social é perpassada pela contradição, categoria esta que “[...] é a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real.” (CURY, 1995, p. 27).

Por esse viés, Prates acrescenta que Marx:

[...] considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam [o movimento de constituição dos fenômenos] e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade (2012, p.17, entre colchetes nosso).

Isso porque, a dialética de Marx é fruto de uma construção advinda de uma tradição, por assim dizer, da própria dialética, sobre a qual o autor refuta a lógica de uma dialética idealista (hegeliana) e parmenediana, tendo em vista que esta última aborda a lógica da não-contradição. (BENOIT, 2003).

Portanto, “a expressão do real se manifesta e se constitui por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, particulares e universais, intrinsecamente relacionados” (PRATES, 2012, p. 117).

Assim sendo, e, buscando ser coerentemente ao método de análise adotado, destaca-se a relação dialética entre o objeto de estudo com o todo, visto um possuir interconexão com o outro, ou ainda, que esse objeto é parte do todo, e ambos relacionam-se, não sendo, portanto, isolados, pois possuem elementos um do outro por serem interconexos entre si, a partir da categoria *totalidade*, que se constitui enquanto aquela que, através da dialética “[...] não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes [...] como a união entre elas [...] no seio da sociedade.” (COUTINHO apud KONDER, p.46)

A segunda categoria é a *historicidade*, visto que Konder (1998, p. 55) faz menção ao conceito de Aristóteles que diz que “[...] as criações mais significativas do espírito humano e da atividade prática do homem se incorpora ao processo da história da humanidade e são

capazes, por assim dizer, de continuar vivas [...]”. Esta categoria remete à análise de que um fato não pode ser assimilado sem um exame de todo o processo que se sucedeu para que ele acontecesse. Por meio dela, destarte, buscar-se-á compreender o capitalismo a partir de um resgate histórico de sua constituição, bem como suas metamorfoses, e relação com o Serviço Social.

Ainda, há a categoria da *mediação*, a qual é estabelecida nas relações do homem com o mundo, de forma que “[...] os contrários se relacionem de modo dialético e contraditório” (CURY, 1995, p.27) e, por fim, mas não menos importante, a categoria da *contradição* que “[...] é a base de uma metodologia dialética. Ela é o momento conceitual explicativo mais amplo, uma vez que reflete o movimento mais originário do real.” (CURY, 1995, p. 27) considerando-se a sociedade enquanto um espaço contraditório, uma vez que se conforma de diferentes classes, com diferentes interesses.

Portanto, a utilização de uma pesquisa de enfoque misto, dialoga diretamente com o método adotado, uma vez que permite apreender a interconexão entre os fatos, e, inclusive, entre as diferentes técnicas, permitindo superar o isolamento, a fragmentação ou até mesmo a focalização do objeto em detrimento do todo do qual faz parte.

Além disso, a pesquisa possui caráter exploratório, tendo em vista que objetiva “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.35) considerando a necessidade de aprofundamento da temática.

A coleta de dados<sup>5</sup> foi realizada mediante a aplicação de dois instrumentos, quais sejam um questionário, e realização de dois grupos focais em cada Seccional.

O questionário, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.86) “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário a ser aplicado foi elaborado coletivamente pelos pesquisadores que integram a Pesquisa Guarda-Chuva Interinstitucional já mencionada, cujo processo de elaboração foi “longo e complexo”, visto que precisa não só abarcar as questões que sejam consonantes aos objetivos geral e específicos da pesquisa que integra, mas obter informações válidas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

---

<sup>5</sup> Os dados da pesquisa ficarão armazenados pelo tempo de 5 anos na sala nº 318 do anexo I da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizado na rua Ramiro Barcelos nº2777, bairro Floresta em Porto Alegre.

As questões foram organizadas em grupos, dentre os quais: perfil, fundamentos, formação, trabalho, educação permanente e dimensão político-organizativa dos(as) Assistentes Sociais, conforme pode-se visualizar no Anexo A. A mestranda, por sua vez, utilizou-se das perguntas que integram o grupo de trabalho e a dimensão político-organizativa, considerando o seu objeto de pesquisa.

As perguntas se constituem como de múltipla escolha, ou seja, aquelas que são perguntas fechadas, apresentando uma série de possíveis respostas, e sua vantagem está na facilidade de tabulação e exploração em profundidade que se aproxima da qualidade de aplicação de perguntas abertas. Possui, no entanto, enquanto desvantagem, a sugestão da resposta, ou de estimação(a)valiação, que emitem julgamento, tendo em vista que se conforma por questões cujas respostas possuem uma escala com graus diferentes de intensidade para uma mesma questão. (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O questionário foi testado antes de sua divulgação. O teste foi feito junto a profissionais que integram o GEFESS e a Pesquisa Guarda-Chuva, o que possibilitou a identificação de possíveis inadequações quanto à “inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causem embaraço ao informante; se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.88), que dizem respeito, conforme os autores, à fidedignidade, à validade e à operatividade do questionário. Tais indicadores quando verificados, foram utilizados na reformulação do questionário.

Nesta etapa todos os profissionais ativos vinculados às Seccionais foram convidados, por meio do CRESS 10ª Região, para responderem ao questionário da Pesquisa Guarda-Chuva. Os convites foram realizados por e-mail no dia 25/07/2019, o envio de link do questionário no dia 26/07/2019, bem como por redes sociais no dia 07/08/2019. O questionário permaneceu aberto para preenchimento até o dia 03/12/2019.

Os questionários foram respondidos por um universo de 2930 profissionais e foram armazenados na Plataforma *Survey Monkey* que se constitui como um banco de dados, o qual foi preenchido automaticamente a partir da participação online de Assistentes Sociais. A própria plataforma utilizada permitiu a análise de variáveis de tipo inferencial. Foi realizado tratamento estatístico simples e os dados foram representados, ao longo desta dissertação, em gráficos e tabelas.

Importante mencionar que na Plataforma *Survey Monkey*, o acesso ao questionário se deu somente após o aceite em participar, por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE<sup>6</sup>), cujo teor está inserido no Anexo B.

Como se trata de uma pesquisa censitária, de âmbito estadual, estimou-se a participação de cerca 8.000 Assistentes Sociais ativos de um universo de 14.000<sup>7</sup> Assistentes Sociais inscritos. Contudo, participaram 2930 profissionais.

Dos participantes, foram filtrados a partir da identificação do território de abrangência das Seccionais, para análise, dos quais 274 responderam referentes à Seccional de Caxias do Sul e 217 referentes à Seccional de Pelotas.

Já na segunda etapa, foram realizados dois grupos focais em cada seccional, com o apoio do CRESS, em diferentes horários, como forma de possibilitar a participação de Assistentes Sociais.

O grupo focal é uma técnica que reúne “[...] num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico” (NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p.5).

Além disso, “facilita a formação de ideias novas e originais. Gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo. Oportuniza a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. E ainda possibilita o estreitamento em relação ao tema [...]” (RESSEL et. al.; 2008, p.780).

Constitui-se em uma técnica de cunho qualitativo não havendo a necessidade de recrutamento de todo universo público-alvo da pesquisa. Ainda, não possui consenso quanto a quantidade de participantes.

Para acesso aos contatos, o CRESS 10ª Região disponibilizou documento com os profissionais ativos em cada Seccional e seus respectivos contatos de e-mails, com suas respectivas quantidades dispostas na Tabela 2:

---

<sup>6</sup> O TCLE está em conformidade com a resolução nº 510 de 7 de abril de 2016.

<sup>7</sup> Esse levantamento foi realizado pelo CRESS 10ª Região no ano de 2018. Importa mencionar o aumento do quantitativo de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul que em 2013 representavam 3.427 profissionais (DIEESE/CUT, 2015), tendo aumentado, portanto, cerca de 25% até 2019.

**TABELA 2** - Profissionais ativos e e-mails cadastrados por Seccional

Variável	Caxias do Sul	Pelotas do Sul
	N	N
<b>Profissionais Ativos</b>	1212	1768
<b>E-mails Cadastrados</b>	956	1398

Fonte: Construído pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo CRESS 10ª Região.

Além disso, uma vez que a mestranda é profissional inscrita na Seccional de Caxias do Sul, tinha acesso prévio aos contatos de telefone do grupo de whatsapp desta região. Já em relação ao acesso ao grupo da Seccional do CRESS de Pelotas, fez-se contato prévio com uma representante, que lhe concedeu permissão para inserção no grupo.

A partir disso, foram enviados e-mails e mensagens no *WhatsApp* individualmente. As datas de envio, bem como quantidades e respostas recebidas, constam na Tabela 3, a seguir.

**TABELA 3** - Informações sobre convites enviados para os profissionais de cada Seccional

Seccional	Caxias do Sul	Pelotas
<b>Datas de Contatos por E-mail</b>	31/08; 01/09	06/09; 10/09; 11/09
<b>Datas de Contatos por WhatsApp</b>	04/09	10/09
<b>Mensagens Enviadas</b>	212	182
<b>Mensagens Respondidas</b>	141	99
<b>E-mails Enviados</b>	955	1398
<b>E-mails Respondidos</b>	44	37
<b>Participação Confirmada</b>	23	19
<b>Presentes</b>	18	7

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os(as) Assistentes Sociais, que participaram dos grupos focais, em sua maioria eram residentes e trabalhadores da cidade na qual os grupos aconteceram. Perfil majoritário de mulheres, com apenas uma representação masculina do total de participantes presentes, e a maioria trabalhando ou tendo se afastado recentemente do trabalho, com inserção em sua grande maioria no âmbito das políticas sociais.

Os grupos foram realizados na sede das Seccionais, com duração mínima de 60 minutos, e os participantes foram condicionados ao aceite ou não em participar por meio do TCLE,<sup>8</sup> podendo optar, a qualquer momento da pesquisa, em se retirar da mesma, conforme

<sup>8</sup> Para a realização dos grupos focais foi construído um TCLE específico além do que foi elaborado e enviado por meio da Pesquisa Interinstitucional “Perfil, Formação e Trabalho dos/as Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul”, para o envio do questionário.

disposto no Apêndice A. A mestranda atuou como moderadora do grupo, e contou com a observação de no mínimo um(a) colaborador(a) por grupo, seguindo roteiro que consta no Apêndice B. Os grupos foram gravados, com garantia de sigilo do material, após entrega do TCLE a partir da assinatura consentida dos participantes.

Posteriormente, foram realizadas as transcrições de cada grupo focal para identificação das características essenciais das falas, e então, a leitura das mesmas. A partir daí as categorias que emergiram da realidade subsidiaram a análise, que foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2009), privilegiando os recortes frequenciais e temáticos.

Considerando o método utilizado nesta produção, os dados obtidos por meio do questionário e dos grupos focais foram dispostos no decorrer dos capítulos desta produção, buscando dialogar com os referenciais teóricos sistematizados.

Nesse sentido, esta dissertação está organizada em 6 capítulos, dos quais o primeiro se constitui nesta Introdução. Na sequência, e considerando o objetivo geral, o Capítulo 2, busca apresentar elementos acerca do trabalho no capitalismo, desde a sua constituição na Europa, até a sua constituição no Brasil. Isso porque, uma vez que se pretende discutir sobre o trabalho do(a) Assistente Social no Rio Grande do Sul, é preciso considerar as suas particularidades, em relação à sua inserção em um contexto dependente e latino-americano.

Já o Capítulo 3, apresenta o Estado capitalista brasileiro e a proteção social, inscritos na história brasileira e no capitalismo mundial, buscando subsidiar a análise acerca dos impactos das políticas sociais no trabalho do(a) Assistente Social, considerando que as políticas sociais são o espaço sócio-ocupacional de maior inserção de Assistentes Sociais no Brasil, assim como “mediação privilegiada do trabalho frente às configurações da questão social” (RAICHELIS, 2018, p.25). Ainda, são concebidas enquanto caminho para a emancipação humana, e por isso, fazem parte da defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

Em seguida, no capítulo 4, discorre-se sobre o trabalho do(a) Assistente Social no contexto contemporâneo a partir da análise dos dados coletados na pesquisa, que caracterizam o trabalho, bem como subsidiam, com elementos da realidade, a identificação das precarizações vivenciadas pelos(as) Assistentes Sociais e suas implicações tanto à profissão quanto ao trabalho em si. Além disso, este capítulo apresenta as concepções dos(as) Assistentes Sociais acerca do seu trabalho.

Já no capítulo 5, e diante das precarizações e dilemas vivenciados pelos(as) Assistentes Sociais, se apresentam, a partir dos dados da pesquisa, as possibilidades de

resistência encontradas e construídas pelos profissionais no cotidiano de trabalho e pelo conjunto da categoria, por meio das entidades político-organizativas, rompendo com o fatalismo e ancorando-se no método dialético marxista.

O capítulo 6 apresenta as Considerações Finais, e posterior, as Referências utilizadas, bem como os Anexos e Apêndices.

## 2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DO SURGIMENTO DO CAPITALISMO NA EUROPA ÀS PARTICULARIDADES NO BRASIL

Partindo da análise de Marx (2017), o trabalho assume uma aplicabilidade útil para a vida do homem, se constituindo como um processo entre ele e a natureza, uma vez que é por meio de sua ação que “medeia, regula e controla” seu metabolismo com ela, ou seja, ao modificar a matéria que opera, o homem modifica-se a si mesmo.

Além disso, é uma atividade que diz respeito única e exclusivamente ao homem, pois, por meio do trabalho, o homem imprime sobre ela o que previamente idealiza, diferente dos animais, que realizam suas atividades instintivamente, sem projetá-las a um fim. Comumente, entende-se essa capacidade que diferencia o homem dos animais como teleologia.

Ainda, a partir da teoria marxista, considera-se que o trabalho é ontologicamente determinante do ser social, visto que “não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**” (NETTO; BRAZ, 2016, p.46, grifo dos autores).

Isso porque o “trabalho, em articulação com a linguagem e a sociabilidade, caracteriza e é *fundamento* da *gênese* e a *constituição* do ser social” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.80, grifo dos autores).

Além disso, é uma categoria central para a compreensão de qualquer modo de produção. No entanto, a diferenciação de qualquer época econômica está intimamente ligada à forma como se produz, ou melhor, ao “como” é produzido, quais os meios de trabalho são utilizados. Assim, o trabalho guarda em si o deciframento das formas de produção e reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, e, portanto, faz-se necessário explicitar como o trabalho se dá no modo de produção capitalista, modo de produção este que coloca tantos desafios e dificuldades aos trabalhadores em geral, e não de forma diferente, aos(as) Assistentes Sociais. Assim, e buscando compreender como se engendram essas dificuldades/desafios, este capítulo está dividido em dois subitens. No subitem 2.1, abordar-se-á, ainda que brevemente, sobre a constituição do capitalismo, suas transformações e repercussões sobre o trabalho, e em seguida, no subitem 2.2, a constituição do capitalismo brasileiro e as transformações do trabalho, considerando as suas particularidades no capitalismo mundial.

## 2.1 CRIARAM O CAPITAL, EXPROPRIARAM OS TRABALHADORES E OS “LIBERTARAM”: O TRABALHO NO CAPITALISMO

Parte-se da concepção de que o capitalismo é fruto de um processo histórico de mudança na forma como o homem produz e dos meios de trabalho utilizados, os quais se transformam como resposta às necessidades sociais de cada momento histórico. Assim, o modo de produção capitalista surge a partir dos elementos liberados do modo de produção feudal, tendo em vista que a organização feudal da indústria, que se dava a corporações fechadas, não respondia as necessidades que se criavam com a abertura de novos mercados (MARX, 2017; MARX; ENGELS, 2018).

Nessa sequência, e não pretendendo-se adensar em maiores especificidades, Batista (2014) traz aspectos concernentes aos períodos anteriores à sociedade capitalista que vão desde a primeira Idade Média até a baixa Idade Média, filiando-se na perspectiva da não linearidade da história, o que pressupõe a compreensão dialética da mesma.

O autor expõe que inicialmente a economia era totalmente dependente da terra, com uma base técnica instrumental simples até a emergência de artesãos que, em um contexto de revolta dos servos perante relações sociais autoritárias por parte da classe dominante, passam a construir seus ofícios e a produzir objetos para o comércio na condição de mestres e/ou aprendizes. Para este autor, o momento merece atenção importante, visto que, agora na condição de artesãos, os trabalhadores estabelecem uma relação de autonomia com quem antes estabeleciam uma relação de dependência, pois passam a ter domínio sobre a totalidade do processo de seu trabalho. Registra-se, nesse momento, “nos anais da humanidade produtiva e reprodutiva, o campo de possibilidades em colocar-se enquanto ser social na esfera da produção artesanal” (BATISTA, 2014, p.215), tendo em vista que começam a organizar-se enquanto trabalhadores.

Contudo, na baixa Idade Média, esses mesmos trabalhadores encontram-se numa situação delicada de enfraquecimento de suas forças tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva, dado o pressionamento pelas forças políticas e legais vinculadas ao fim da Idade Média e início do Renascimento, culminando na Cooperação Simples. Nesse momento, os trabalhadores passam a ser inseridos, pelo então empreendedor capitalista, em grande número sob o mesmo teto. É neste local onde as atividades passam a ser divididas no exercício coletivo, levando à sua especialização, o que, conseqüentemente, levava ao aumento da produção e diminuição de seu tempo e custo. Além disso, a vontade (teleologia) dos trabalhadores lhes é comprada, e esses, por sua vez, deixam de ser proprietários de suas

ferramentas e do conhecimento sobre a totalidade do processo de trabalho, o que lhes faz perder a autonomia que lhes pertencia. Mesmo que a situação tenha levado à criação de focos de resistência dos trabalhadores, os mecanismos que tinham foram impedidos de se efetivarem dadas as relações de poder e correlações de força estabelecidas. (BATISTA, 2014).

Assim, essa organização feudal é substituída pela organização capitalista, considerando que o processo que cria a relação capitalista “não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2017, p.786), o que pode ser percebido quando os até então artesãos perdem todas as propriedades das condições de realização de seu trabalho, inclusive, o controle do conhecimento da totalidade do processo produtivo e são inseridos sob o mesmo teto para o trabalho.

Noutras palavras, “é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender” (NETTO; BRAZ, 2012, p.98). E é justamente essa condição, qual seja o roubo de todos os seus meios de produção e as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais ofereciam a eles, que se convertem em vendedores de si mesmos, “libertos<sup>9</sup>” da servidão e da coação corporativa dando, portanto, as condições fundamentais da produção capitalista. (MARX, 2017).

Isso porque, o modo de produção capitalista “[...] só existe na medida em que subordina a força de trabalho;” (NETTO; BRAZ, 2012, p.111) objetivando a almejada acumulação, a mais-valia, a partir da exploração da força de trabalho do trabalhador, entendida enquanto a apropriação privada do capital, da mais-valia produzida pelo trabalhador (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Essa exploração se dá por meio de uma relação marcada pelo antagonismo de interesses de duas classes distintas e antagônicas: trabalhadores e burgueses, relação na qual a primeira é subordinada ao comando da outra. O trabalhador, assim, enquanto “vendedor da força de trabalho, como vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso” (MARX, 2017, p.270), ou seja, a força de trabalho não mais lhe pertence no momento em que a vende.

---

<sup>9</sup> Trabalhadores libertos/livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhe pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. (MARX, 2018, p.786).

Ora, é a força de trabalho que Marx chama de fermento, ou até mesmo fogo, capaz de trazer à vida elementos mortos, consumindo-os, no sentido de transformá-los e constituir o produto, o valor de uso. (MARX, 2017).

Dessa forma, o trabalho, que antes se dava de forma cooperativa e cujas técnicas produtivas eram de inteiro controle do trabalhador, pois o saber que utilizavam provinha das atividades artesanais, passa a ser desmantelado pela pequena burguesia industrial, que “suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina” (MARX; ENGELS, 2018, p.41).

Acrescenta-se a isso, o fato de que, “tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação [trabalhadores dos meios de produção], mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2017, p.786), visto que “o fato de os trabalhadores deterem o conhecimento reduzia em muito o poder do capitalista, que deles dependia em larga medida” (NETTO; BRAZ, 2012, p.125).

Dessa forma, é na manufatura que o capitalista passa a assumir o controle de seu processo de trabalho, dividindo-o<sup>10</sup>, no interior das unidades produtivas, onde a atividade se desenvolvia, e destruindo os saberes que os trabalhadores detinham sobre todo o processo necessário para a produção (NETTO; BRAZ, 2012), abrindo o caminho para uma exploração mais aprofundada da força de trabalho pelo capitalista.

Posterior, instaura-se a produção tipicamente capitalista com a implementação de máquinas, pois “a própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial [...] a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos” (MARX; ENGELS, 2018, p.41), dando origem à fase denominada grande indústria, fase essa cujo revolucionamento se dá com o meio de trabalho, e não mais com a força de trabalho, como na manufatura (MARX, 2017).

---

<sup>10</sup> De acordo com Marx (2017, p.411), “a cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura.” Além disso, “o modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são provados de sua autonomia e unilaterizados até se converterem em meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.” (MARX, 2017, p.413).

Essa fase, “[...] criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez sobre a expansão da indústria;” (MARX; ENGELS, 2018, p.41).

Atualmente, o modo de produzir, encontra-se na fase denominada de maquinofatura<sup>11</sup>, a qual “constitui-se, como desdobramento da própria grande indústria, terceira forma de produção do capital [...]” (ALVES, 2013, p.23), a partir do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, que significa, ainda para o autor, o revolucionamento da relação entre homem e máquina dando origem, por meio do sistema informacional, ao homem tecnológico que “[...] é o homem rendido à manipulação/ ‘captura’ da subjetividade pelo capital [...]” (ALVES, 2013, p.27).

Isso porque, “[...] cooperação, manufatura e grande indústria [e aqui pode-se acrescentar a maquinofatura] são formas históricas de organização do capital que se repõe em cada fase de desenvolvimento do capitalismo” (ALVES, 2011, p.33, entre colchetes nosso) dada a processualidade histórica dialética.

Salienta-se que

[...] toda forma de produção do capital (manufatura, grande indústria ou maquinofatura) implica, como pressuposto da base técnica, uma determinada forma organizacional do trabalho ou gestão e um determinado modo de vida adequado para a reprodução social (isso ocorre tanto na manufatura quanto na grande indústria e maquinofatura). (ALVES, 2013, p. 237).

Portanto, e ainda, considera-se que a história do desenvolvimento do capitalismo é permeada de crises econômicas, sobre as quais se pode afirmar, que são utilizadas enquanto artimanhas do capital para a sua subsistência, pois além de possibilitarem a sua transformação, são uma forma de dominação da classe trabalhadora. Aliás, seus efeitos são diferentes para as classes sociais, uma vez que “[...] os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto. No entanto, também são penalizados segmentos do capital, especialmente os pequenos e médios capitalistas [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p.176).

Mas como aqueles, aos quais a oneração das crises recai, aceitam essa condição? No que tange aos trabalhadores, se infere a partir do que traz Lipietz (1986 apud HARVEY, 2012, p.117), que o modo de produção “[...] implica alguma correspondência entre a

---

<sup>11</sup> Alves esclarece a utilização do termo maquinofatura “tendo em vista a junção das palavras ‘máquina’ e ‘manufatura’. Com a maquinofatura, a forma-manufatura repõe-se no interior do sistema de máquinas.” (ALVES, 2013, p.25).

transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”.

Assim sendo, para que o modo de produção consiga que o modo de reprodução de todos os indivíduos seja coerente a ele é preciso que haja “uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução” (LIPIETZ, 1986 apud HARVEY, 2012, p.117).

O autor denomina o conjunto supracitado como modo de regulamentação, o qual é, para Harvey, “uma maneira útil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho<sup>12</sup> para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares” (HARVEY, 2012, p.119).

Pode-se entender, portanto, que se trata de um conjunto intrinsecamente relacionado entre o modo de produção, ser social e sociedade, no qual um metamorfoseia o outro, num processo combinado sob a maestria do capital. Em outras palavras, ao modificar o modo de produção, modificam-se também os processos de trabalho, o que implica na transformação das relações sociais e, portanto, do ser social, tendo em vista que “o revolucionamento das formas de produção social, isto é, formas de produção de mais-valia, significam também o **revolucionamento radical das instâncias de reprodução social**” (ALVES, 2013, p.18, grifo nosso).

Em outras palavras, o trabalho “é processo de autocriação humana [pois é] inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, de *formas de pensar a vida real*. O ser que trabalha *constrói para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar [...]*”. (IAMAMOTO, 2012, p.41- 42, grifo da autora).

Destarte, consideradas as crises enquanto necessidades de subsistência do capital e sua condição ineliminável e as mudanças que imprimem no mundo do trabalho, Antunes (2015), em consonância com Serra (2001), Netto (2012), e Harvey (2012), trazem que a partir dos anos 1970, como respostas do capital à crise nesse período, “intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo” (ANTUNES, 2015, p.230), com vistas à “[...] repor os níveis de acumulação afetados pelas taxas decrescentes de lucro do capital” (SERRA, 2001, p.152).

---

<sup>12</sup> Cabe pontuar que o autor traz essa organização da força de trabalho, assim como os mercados de fixação de preços como duas grandes dificuldades do modo de produção que necessitam ser negociados com sucesso para permanecer. (HARVEY, 2012).

Isso porque, na busca pela resolução das contradições que surgem da necessidade de auto-valorização do valor, a cooperação, manufatura, e a maquinofatura se constituem como métodos de produção da mais-valia relativa. Já no que tange ao movimento de (re) posição dos métodos de produção da mais-valia relativa, “denomina-se reestruturação produtiva, em que o capital busca novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor” (ALVES, 2011).

Nesse sentido, cabe caracterizar brevemente os modelos de gestão taylorista e fordista, e posteriormente o modelo toyotista destacado pelo autor, dadas as alternativas mencionadas por ele anteriormente, os quais se constituem como diferentes momentos da organização do trabalho, mas, dialeticamente, relacionam-se em rupturas e continuidades (BATISTA, 2008).

No modelo taylorista, é possível identificar a exploração do trabalho em seu nível máximo, além da cronometrização das tarefas, divisão do trabalho intelectual e mecânico, robotização dos trabalhadores, hierarquização gerencial, acirramento da competitividade e níveis variáveis de remuneração (BATISTA, 2008).

Conforme Batista (2008) e Harvey (2012), o modelo fordista<sup>13</sup> traz consigo a sistematização do trabalho em série, a descentralização da produção e redução dos níveis hierárquicos, o pagamento de altos salários, incitação da competição e gestão por iniciativa, além da rotatividade da força de trabalho consideravelmente alta.

Batista ainda traz que “a separação entre execução e planejamento, fragmentação e tempo controlado do trabalho se mantêm na produção em massa fordista” (BATISTA, 2008, p.7) numa perspectiva de combinação entre ambos os modelos de gestão, assim como de continuidade de elementos previamente existentes.

Todas essas características, por certo, garantiram o aumento da produtividade, entendendo que

[...] produção de massa significava consumo em de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2012, p.121).

---

<sup>13</sup> “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan”. (HARVEY, 2012, p.121).

No que tange ao Estado,<sup>14</sup> foi necessário um novo modo de regulamentação que fosse coerente com o fordismo, no caso o papel *keynesiano*, assim como construir novos poderes institucionais. Isso em equilíbrio com o ajuste assumido pelo capital corporativo e os novos papéis e funções concernentes ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 2012).

Já o toyotismo, caracteriza-se basicamente com: a) a produção vinculada à demanda; b) a produção variada e heterogênea; c) o trabalho em equipe com multivariada de funções; e, d) o melhor aproveitamento do tempo, horizontalizando o processo produtivo e transferindo a terceiros o que antes era produzido no interior da fábrica no modelo fordista (ANTUNES, 2015).

Acrescenta-se a organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que são “[...]importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 2015, p.55), visto que os próprios trabalhadores passam a discutir seu trabalho e desempenho numa esfera alienada para melhoria da produtividade da empresa que lhes emprega.

Além disso, conforme Netto (2012), o projeto neoliberal foi implementado a partir desse período, o que permite vislumbrar, nas palavras do autor, o tríplice mote: da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). (NETTO, 2012, p. 417).

Em síntese, pode-se afirmar que fordismo-taylorismo, que surgem na grande indústria não significam o retorno da manufatura, mas repõem essa forma de organização (ALVES, 2011), assim como pode-se compreender o toyotismo na fase da maquinofatura, repondo os elementos tanto da manufatura quanto da grande indústria, fordismo-taylorismo.

Tudo isso como garantia da permanência do comando da burguesia sobre a classe trabalhadora, uma vez que a primeira “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2018, p.43), criando assim, nas palavras dos autores, um mundo à sua imagem e semelhança.

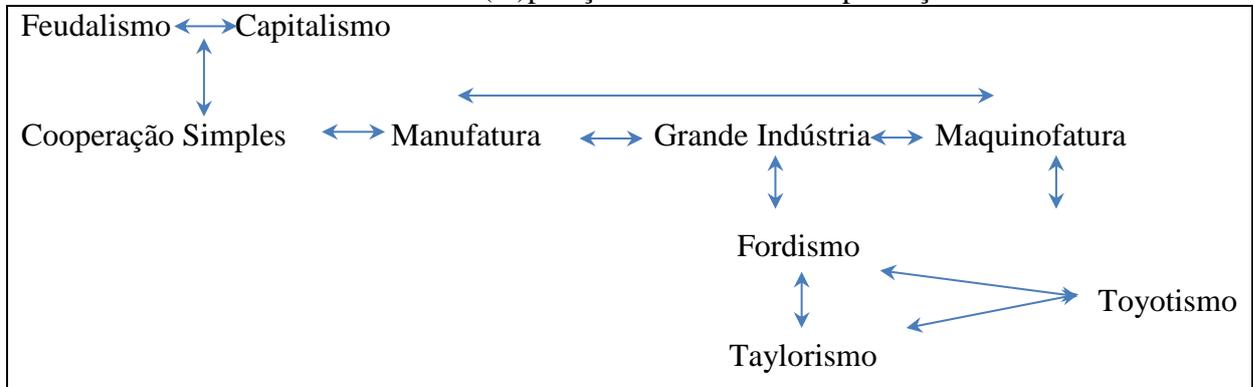
A Figura 1, disposta abaixo, objetiva possibilitar a melhor visualização do movimento de posição e reposição dos métodos de produção de mais-valia até então expostos no decorrer

---

<sup>14</sup> A explicação acerca do Estado não será adensada aqui, uma vez que não se trata do objeto de estudo desta dissertação. Isso porque, se sabe que as relações que perpassam a constituição do Estado burguês são complexas, assim como as particularidades que assume em casa região devido as correlações de forças presentes nas diferentes sociedades.

deste item, dando ênfase às grandes transformações do capitalismo a partir das referências utilizadas.

**FIGURA 1-** Movimento de (re)posição dos métodos de produção de mais-valia



Fonte: construído pela autora, a partir de Alves (2011); Antunes (2015); e Batista (2008); 2019.

Em síntese, a sociedade capitalista surgiu na Europa a partir da sociedade feudal, uma vez que esta última liberou elementos para que a primeira pudesse se constituir. Assim, a forma de produzir, desenvolveu-se a partir da cooperação simples, passando pela manufatura, grande indústria, até o estágio atual, a maquinofatura. Em uma compreensão dialética, esse processo não se deu de forma linear, mas os elementos de uns são repostos uns aos outros.

Concomitantemente, o capitalismo incorpora na fase da grande indústria dois modelos de gestão, o fordismo e o taylorismo, que apesar de distinções, possuem elementos que lhes são comuns, com reposições ou substituições, e que constituem, de forma semelhante o toyotismo, modelo este que surge na maquinofatura e que se configura como de acumulação flexível.

É nesse momento que “tudo aquilo que era sólido se desmancha no ar”, enquanto alternativa à crise de 1970, não rompendo com os modelos anteriores, mas repondo-os, pois

[...] o que é estratégico para a acumulação do capital é a flexibilidade da força de trabalho, ou o que Salerno denominou de flexibilidade social intraempresa ou extraempresa, ou seja, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, em que um aspecto muito discutido é o que se diz respeito aos contratos de trabalho: a possibilidade de variar de emprego (volume), os salários, os horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa [...]. (ALVES, 2011, p.17).

A partir do exposto, e, considerando que o capitalismo europeu não surge concomitantemente ao capitalismo brasileiro e que este último possui características que lhes conferem determinadas particularidades em relação ao primeiro, o próximo subitem objetiva contextualizar algumas características concernentes ao trabalho inscrito nessas

particularidades, possibilitando compreender, posteriormente, o trabalho do(a) Assistente Social inserido neste contexto.

## 2.2. CRAVARAM OS DENTES NA AMÉRICA LATINA: AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO NO BRASIL SOB A SUCCÃO DO CAPITAL EXTERNO

O capitalismo brasileiro situado no contexto da América Latina é reflexo do desenvolvimento do capitalismo nesta região, conseqüentemente, uma vez que este, conforme Cueva (1980) se deu de forma distinta ao capitalismo imperialista no que diz respeito às condições históricas, internas e externas, gerando assim, uma fisionomia própria da região dentro da grande “cadeia” capitalista imperialista mundial.

Exemplo disso é que “o período de acumulação originária na Europa corresponde na América Latina a um período de expropriação de riquezas e desacumulação originária [...]” (CUEVA, 1990, p.13), entendendo-se que essa via do desenvolvimento do capitalismo na Europa se deu pela exploração que externamente operava em suas colônias (FERNANDES,1975), justamente porque, conforme observa Eduardo Galeano (2016), ela cravou os dentes na garganta da América Latina, região das veias abertas, onde tudo se transforma em capital europeu.

A América Latina, por sua vez, teve a sua acumulação a partir de sua base interna, sendo afetada pela prática de sucção através de um intercâmbio desigual, da exportação de superlucros e pilhagem pura e simples dos países neocoloniais (CUEVA, 1990), tendo em vista que se trata de um contexto marcado pela dominação externa.

Dessa forma, a condição de desenvolvimento do capitalismo na América Latina se deu de forma muito peculiar, sendo o caso brasileiro, inserido nesse contexto, porém, com suas especificidades. Isso porque, no Brasil, e diferentemente do contexto europeu, o capitalismo não surge no modo de produção feudal enquanto fase precedente, pois na análise de Gorender (1998), no Brasil nunca houve feudalismo, e sim, o modo de produção escravista colonial, o qual se constitui como eixo fundamental para a análise do trabalho.

O escravismo, por sua vez, é uma característica latino-americana, de acordo com Fernandes (1975), pois ao lado dos nativos, foi utilizado como um instrumento de dominação colonial dessa região uma vez que conformou uma ordem social na qual os interesses das Coroas e colonizadores fossem institucionalmente preservados, incrementados e reforçados por meio da transplantação dos padrões ibéricos da estrutura social.

Como ainda pontua Gorender (1998), foi com o declínio do modo de produção escravista e o desenvolvimento de forças produtivas sobre a direção da burguesia industrial que surge o modo de produção capitalista. Esse modo de produção se deu somente com a abolição da escravidão, com a instituição de um Estado nacional, com o engrossamento da burguesia mercantil e com a implantação de fábricas têxteis e de artigos de vestuário, de produtos alimentícios, entre outros, que aos poucos fizeram desaparecer o artesanato local. Importante mencionar que o trabalho contava com a atividade feita por escravos concomitante a um jovem proletariado composto de trabalhadores livres nesse período.

Isso porque, “abolido o regime de trabalho escravo, a população negra não foi imediatamente transformada em trabalhadores assalariados em face da opção pela imigração europeia. Seu papel foi, antes, o de população excedente para as necessidades médias do capital agrário.” (SANTOS, 2012, p.138).

Ainda, no Brasil, encontram-se peculiaridades também no que tange ao desenvolvimento do capitalismo. Exemplo disso é que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, diferentemente do restante do país, a acumulação originária do capital se processa, não a partir da economia de plantagem escravista, mas sim, a partir da economia de pequenos camponeses e artesões livres, nas zonas de colonização alemã e italiana. Apesar dessa particularidade sulina, acrescenta-se ainda que, apesar de possuir o autoconsumo mais elevado do país, os pequenos produtores encontraram vazão para seus produtos no mercado nacional, e a partir da atuação no mercado regional, suas indústrias fabris, com estabelecimentos inclusive em Caxias do Sul, encontraram na especialização tecnológica a chave para o enfrentamento exitoso frente à concorrência de São Paulo. (GORENDER, 1998).

Aqui, ressalta-se uma importante característica do capitalismo no Brasil, qual seja o mito do enriquecimento à custa do trabalho, pelo qual o trabalhador alcançou a riqueza e foi liberto do assalariamento, mito este também presentificado e ainda reproduzido em microrregiões do país.

Outra importante característica é a do paternalismo e a da repressão da classe operária, combinadas enquanto táticas frente à exploração desenfreada de extensas jornadas de trabalho (onze a doze horas), salários muito baixos (conforme Censo de 1920) e trabalho infantil (idade mínima de 5 anos) em um longo período sem quaisquer legislação trabalhista. O paternalismo se deu por vias assistencialistas com a construção de vilas operárias e fornecimento de serviços, mediante descontos excessivos nos salários; já a repressão, se deu diante das manifestações contra a exploração capitalista, sendo executada pelos órgãos de repressão do Estado. A primeira lei trabalhista foi a Lei de Acidentes do Trabalho, aprovada

em 1919, após a explosão de grandes greves no país, iniciadas em 1917, e as que vieram depois, foram fruto das intensas lutas do proletariado. Ao contrário do que se reproduz hegemonicamente de que fora o Governo Vargas que outorgou os direitos dos trabalhadores, estes foram uma conquista de árdua luta dos trabalhadores. Exemplo disso, é que, antes mesmo do Governo Vargas já haviam sido instituídas certas leis, tais como: a da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões para os Ferroviários (1923), que se estendeu para os estivadores e marítimos (1926), incluindo o dispositivo da estabilidade do empregado depois de dez anos de serviço; Também, a lei das férias remuneradas, com o limite de quinze dias (1925) e que quase ficou no papel até 1932; E, as leis de regulamentação do trabalho de menores (1927). (GORENDER, 1998).

Merece importância destacar ainda sobre o Governo Vargas, nos anos 1930, que inicialmente não possuía nenhum projeto de incentivo especial à industrialização, estendendo confronto com a burguesia industrial ainda em 1935, pois seus projetos estavam voltados à proteção da agropecuária e cafeicultura. Mesmo com isso, é nos anos 30 que a indústria brasileira deu um salto em relação à produção agrícola, e se reforçou a influência política da burguesia industrial, considerando-se, para isso, que o movimento político-militar dessa década realizou uma importante tarefa para abrir os caminhos ao desenvolvimento do capitalismo, mediante a existência de contradições e tensões entre as classes dominantes (GORENDER, 1998; FONTES, 2010).

Acrescenta-se que nesse período o avanço da indústria se deu devido ao processo de substituição da importação de produtos manufaturados pelos da indústria nacional, iniciando o que se entende de fase da industrialização restringida<sup>15</sup>, que se estende até 1955. Todavia, a mesma burguesia industrial que é beneficiada por meio de incentivos do Estado, a um primeiro momento não adere ao governo tendo como força de resistência a política trabalhista de Vargas (SANTOS, 2012).

Sobre a questão da relação entre a burguesia industrial com o Estado, esta formula um projeto de suas reivindicações, inclusive pela intervenção do Estado para favorecer a iniciativa privada, evidenciando-se a formação de um Estado capitalista que se constitui como uma alavanca para esse sistema de produção. Nesse sentido, o Estado passou a controlar diretamente as organizações sindicais e discipliná-las mediante a conquista ideológica da classe operária pelo Governo Vargas, momento no qual a repressão se aperfeiçoou, visto que

---

<sup>15</sup> Esse período “foi um marco na gestação dos pilares sobre os quais se ergue o mercado e o regime de trabalho no Brasil” (SANTOS, 2012, p.135).

se especializou no combate ao movimento sindical independente, ao Partido Comunista e à esquerda geral. (GORENDER, 1998).

É criado, também, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e ainda

[...] foram aprovadas leis como a da jornada de oito horas, salário-mínimo, de regulamentação do trabalho de mulheres, das convenções coletivas de trabalho e da extensão da estabilidade aos dez anos de serviço à generalidade das categorias profissionais. O mais importante consistiu, porém, no fato de que, da parte do Estado, houve a percepção de que a legislação trabalhista devia ficar no papel, mas precisava ser aceita e aplicada pelo patronato a fim de que atingisse sua finalidade de submissão ideológica e organizativa da classe operária. Daí a instituição da Justiça do Trabalho, dotada de elementos burocráticos para impor certo nível de eficiência à legislação específica. (GORENDER, 1998, p.67).

Importante mencionar que nesse período, cresce a urbanização no país a qual impacta diretamente na estruturação do mercado de trabalho e é um determinante na reprodução de uma dualidade no regime de trabalho brasileiro: qual seja pelo emprego formal e pelo emprego informal, sendo este último, marcado pela desproteção social. (SANTOS, 2012).

Nesse período, o Governo ampliou os mecanismos de previdência social, com o surgimento de diversos institutos, hospitais e conjuntos residenciais para os operários, ao mesmo tempo em que as greves foram proibidas. Outra característica é de que, na época, somente os trabalhadores urbanos foram alvo dessas medidas em detrimento dos trabalhadores do campo, pois eram os únicos que se organizavam, realizavam lutas e recebiam influências de cunho revolucionário. Cabe acrescentar que as legislações trabalhistas foram amplamente discutidas pelo patronato, buscando reduzir ao máximo a concessão aos trabalhadores, bem como protelá-la. (GORENDER, 1998).

Em 1945, com a queda de Vargas, que se deu mais por questões da política externa do que por questões internas, uma vez que a guerra ao lado dos aliados colocava em evidência a contradição na qual ao mesmo tempo em que se tinha uma ditadura interna, se apoiava internacionalmente as democracias, o que acaba levando também a uma crise econômica, com um aumento da inflação, cujos impactos se dão em maior medida às classes médias urbanas e aos assalariados. (SANTOS, 2012).

Importa destacar a observação de Santos (2012) sobre a presença dos militares no início do governo, como trazido por Gorender (1998) e Fontes (2010) anteriormente, assim como no fim do governo, e na própria Proclamação da República, como “árbitros finais na política interna do Brasil”, demonstrando a presença militar na formação social do Brasil, o que coaduna-se com outra importante característica do capitalismo na América Latina, que, conforme Fernandes (1975, p.30), se constitui pelo “[...] uso da militarização do poder e do

autoritarismo civil como estratégia política para auxiliar “um desenvolvimento mais rápido e seguro”. Sucede-se, portanto, à queda de Vargas, um processo de redemocratização com a eleição de Dutra, período marcado tanto no campo econômico, quanto no campo social (SANTOS, 2012).

Entretanto, o período que se procede, ainda que se caracterize como um intervalo democrático traz consigo uma série de dificuldades enfrentadas pelos governos que se sucederam na tentativa de controlar a inflação, e que se agravou até 1964.

Assim,

Contribuem para a crise o saldo negativo da balança comercial, os subsídios públicos para a importação de alguns produtos que impactam diretamente o custo de vida (como o trigo), e a crescente dívida externa que consumia boa parte do que se arrecadava no setor público. (SANTOS, 2012, p.79).

Considerando que para um crescimento econômico deveria haver investimento e que não havia capital interno suficiente para isso, as agências de financiamento condicionavam uma política econômica ortodoxa, com medidas consideradas impopulares, pois impunham “sacrifícios” a classes e setores diversos, ao que foram abandonadas, devido à preocupação com a legitimidade presidencial, implicando em rupturas tanto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto com os Estados Unidos. Exemplo disso é o próprio Vargas, que ao retornar para a presidência em 1951, e com base em Draibe (1985), tinha em seu plano de desenvolvimento econômico e social a pretensão de aliar a industrialização com a criação de novos blocos industriais e constituir o setor de bens e serviços, sob a liderança da empresa pública. Contudo, isso expandiria o capital privado nacional, implicando em subordinação ao setor público e graus elevados de estatização, o que, por sua vez, teve resistência das agências internacionais de financiamento (SANTOS, 2012), que mantinham nas mãos o país em dívida.

Após o suicídio de Vargas e a presidência assumida por Café Filho, é eleito em 1955, Juscelino Kubitschek (JK), que obteve mais êxito em sua política econômica, associando o capital nacional ao capital externo, dando início à fase de “industrialização pesada”, ou “fordismo à brasileira” que ao mesmo tempo expandiu empregos e intensificou a mobilidade social e geográfica, mas manteve a regulação do piso salarial rígida e conservadora (SANTOS, 2012). Enfrentando um déficit relacionado ao saldo na balança comercial e os custos com a construção de Brasília, o governo elabora um plano para estabilizar a economia

que é abandonado devido à resistência de alguns setores devido à sua necessidade de aprovação FMI.

Em 1960, é eleito à presidência Jânio Quadros, que renuncia logo em 1961, uma vez que adentrou em um terreno permeado pelas dificuldades de um conflito de classes acentuado pela Revolução Cubana (1959), assim como, pelas dificuldades econômicas advindas do governo JK.

Ao passo que foi entre os anos 1956 e 1961 que se completa a constituição do capitalismo no Brasil, o governo de Jânio Quadros demarcava

Uma ênfase nacionalista em relação à soberania. Para ele, esta não poderia ser uma realidade sem autodeterminação, o que implicava independência na política externa (possibilidade de comercialização com todos os países, independente de sua filiação ideológica) e regulação na colaboração do capital estrangeiro que fosse investido no país. Falava também de uma aliança dos países subdesenvolvidos, secundarizando o entendimento de que o mundo se dividia entre capitalistas e socialistas. Na sua concepção, essa divisão era entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, muito embora demarcasse claramente o alinhamento do Brasil com o capitalismo. (SANTOS, 2012, p.84).

Aqui, pode-se mais uma vez visualizar o lugar do Brasil no contexto do capitalismo mundial, um país dependente econômica e politicamente e sem condições, naquele momento, de dar concretude ao que era demarcado por Jânio. Tão logo a sua renúncia, João Goulart (Jango), assumiria a presidência. Entretanto, este não tinha apoio dos militares, que o viam como comunista, e tentaram impedi-lo de assumir. Porém, foram impedidos por militares organizados do Rio Grande do Sul, liderados por Leonel Brizola, em Porto Alegre.

Destaca-se o importante papel do Rio Grande do Sul neste período, impedindo a tentativa de golpe dos setores mais reacionários do país, com forte apelo às reformas de base. Mais tarde, foi também no Rio Grande do Sul onde houve uma importante organização contra o golpe militar de 1964. (SILVEIRA, 2014).

Jango governou por cerca de dois anos, comprometido com as reformas de base, as quais, para Santos (2012), significaram que o período de seu governo foi um dos mais progressistas da história do país. Contudo, ao mesmo tempo em que combatiam as desigualdades sociais, também se dava a extensão à possibilidade de voto, mudando o quadro eleitoral existente no país, assim como econômico, devido à reforma agrária.

Em relação ao período que se sucedeu, quando do Golpe Militar, em 1964, enquanto obra da burguesia brasileira, e inclusive com “possibilidade de ter sido financiado e articulado

pelos [Estados Unidos da América] EUA<sup>16</sup>” (SANTOS, 2012, p.86), adotou-se a política da modernização conservadora, a partir do arrocho salarial, objetivando a elevação da taxa de lucro em declínio pela depressão do ciclo econômico entre 1963-1967. Nesse momento se dá a extinção da estabilidade após dez anos de serviço e criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo criado com base nos recursos laborais que adubava o sistema financeiro (FONTES, 2010), facilitando a manobra da rotatividade da mão-de-obra e fornecimento de recursos básicos às operações do Banco Nacional de Habitação. Assim, o capitalismo nesse período desenvolveu-se rapidamente com a exploração implacável da força de trabalho, para a qual o regime militar de repressão foi eficaz. Consequentemente, com a acentuação da exploração, a concentração de renda cada vez mais em disparidade, a qualidade de vida da classe trabalhadora sofre deterioração (GORENDER, 1998).

Dessa forma, “ao nível das relações diretas de classe e ao nível da intermediação do Estado nacional, as classes e os estratos de classe burgueses defendiam o monopólio da cidadania válida, com os dividendos políticos resultantes: ou seja, o controle burguês da sociedade civil e do próprio Estado nacional” (FERNANDES, 1975, p.338).

Isso acabou por facilitar a dominação burguesa que passou a se dar em múltiplas dimensões, a partir de 1970, seja na produção de mais-valia ou no Estado, como já mencionado, atravessando, assim, a cultura, e incidindo nas formas de estar e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política. Entretanto, esse período também foi marcado de intensas lutas sociais, que se estenderam até a década de 1980, as quais “foram especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações, tanto de base empresarial, quanto sindicais e populares, que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante.” (FONTES, 2010, p. 227)

Considerando a delimitação desta pesquisa, é importante mencionar, ainda que não se adensando, que o Rio Grande do Sul esteve imbrincado, conforme mencionado anteriormente, em movimentos de resistência à ditadura, com diversas cidades do interior, além da capital, envolvidas no apoio ao governo Jango, ainda antes do golpe. Dentre as cidades, cita-se Santa Maria, Bagé, Canoas, Rio Grande, Uruguaiana, Pelotas, Caxias do Sul, Vale dos Sinos, São Leopoldo, Esteio e Sapucaia (SILVEIRA, 2014).

Silveira (2014), em sua dissertação de mestrado traz diversos elementos acerca da organização e também das perseguições a diversos setores na época da ditadura na Região Sul Gaúcha, a exemplo, inclusive, da cidade de Pelotas que era utilizada como rota de exílio.

---

<sup>16</sup> Santos (2012) traz uma série de fatos para esse financiamento, tal como o reconhecimento pelo governo, pelo governo brasileiro, de uma política externa pró-Estados Unidos.

Outro importante destaque é a articulação em Caxias do Sul, que abrigava a segunda maior célula da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES) do Rio Grande do Sul, uma das mais importantes organizações de resistência armada brasileira que efetuou a expropriação do cofre onde continha 2.5000.000 dólares, atribuído às atividades corruptas do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Esse dinheiro é distribuído para organizações de resistência de todo o Brasil, mantendo, assim, diversos grupos de guerrilha na atividade. Além de abrigar uma célula, ainda servia como apoio a outros núcleos da VAR-PALMARES, bem como a outras organizações (SUSIN, 2015).

O período ditatorial deixou marcas no Brasil, que, associado ao escravismo, e ao autoritarismo, incidem diretamente nas dificuldades organizativas da classe trabalhadora. Além disso, a “cultura autoritária”, a revolução passiva e modernização conservadora, legaram ao regime político brasileiro a característica de “excepcionalidade democrática” (SANTOS, 2012).

Ainda, é especialmente após 1964, a partir da reforma trabalhista na ditadura que

Acentuou-se o grau de flexibilidade estrutural e da precariedade das ocupações que resultou numa alta rotatividade dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho. Associe-se a isso as características do padrão de proteção social brasileiro que, apesar do alto grau de regulação das relações de trabalho, não impactou o regime de trabalho no sentido de uma regressão dos traços mencionados que estão, por sua vez, na gênese dos índices de desemprego no Brasil. (SANTOS, 2012, p.136-137).

É no contexto mundial que acontece a grande crise em meados de 1970, e o modelo de acumulação flexível surge, nesse momento, enquanto alternativa adequada à autovalorização do valor. (ALVES, 2011). É nesse momento também que o projeto neoliberal surge, com foco voltado ao combate aos direitos e ao ordenamento da globalização financeira (FAERMANN, 2015). Note-se, porém, que o Brasil já vivenciava a flexibilidade e a precarização e que nunca houve um Estado de Bem-Estar Social brasileiro.

É a partir daqui que, a nível mundial, o capitalismo começa a avançar a nível de barbárie cada vez mais acentuada sobre a classe trabalhadora, explorando e superexplorando, de outro lado, sem perder a mais-valia, e como consequência, multiplicando-se as desigualdades.

Em 1980 e década seguinte, o Brasil se estruturava visando o mercado interno, por meio da produção de bens de consumo duráveis, e externo, dada sua condição de dependência, tanto com produtos primários, quanto industrializados. Além disso, o capitalismo experimentou profundas transformações que desencadearam mudanças na forma

de ser da classe trabalhadora. Nesse sentido, internamente, a acumulação se dava por vias da superexploração da força de trabalho, por meio de baixos salários, intensificação do ritmo de produção, longas jornadas de trabalho, caracterizando o chamado “milagre econômico” (1968-1973). (ANTUNES, 2014).

Destaca-se que, para Santos (2012), os altos níveis de exploração do trabalho no Brasil são exógenos às engrenagens do capitalismo internacional. A superexploração, por sua vez, é uma característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial (AMARAL; CARCANHOLO, 2012). Nessa via, no contexto de sucção dos países dependentes, “o baixo custo do trabalho [é] um fator de garantia dos baixos preços das mercadorias brasileiras” (SANTOS, 2012, p.149).

Já em relação ao milagre econômico, um de seus traços mais destacados é o aprofundamento da concentração de renda e as desigualdades regionais, financiada pelo Estado através de sua intervenção voltado ao desenvolvimento de determinadas regiões ao gosto da burguesia nacional.

Nesse sentido, afirma-se o que Santos (2012) explicita sobre o fato de não ter havido estabilidade no emprego durante o que se chamou de “fordismo à brasileira”, considerando o traço estrutural de flexibilidade e precariedade na estrutura das ocupações no Brasil. Sendo assim, não foi acompanhado das garantias do fordismo nos países centrais, uma vez que no Brasil, diferente desses últimos, o fordismo não foi acompanhado por uma classe trabalhadora organizada.

Na sequência, em 1990, o rebatimento da crise mundial de 1970 chega ao Brasil, quando a elite nacional assume força política para difundir as ideias neoliberais. “Esse processo vai se intensificar a partir desse período, como resultado da integração do país ao mercado globalizado, no estágio de acumulação flexível do capital” (FAERMANN, 2015, p.126).

Assim, com a incorporação do neoliberalismo no Brasil, ampliou-se o processo de reestruturação produtiva, implicando em consequências como “a flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade” (ANTUNES, 2014, p. 41).

Na análise de Santos (2012), a flexibilidade e a precariedade do regime de trabalho no Brasil já existentes a partir do “fordismo à brasileira” se intensificam a partir dos anos 1990, isso porque a flexibilização é parte estrutural da conformação social e histórica do capitalismo no país.

Nesse sentido, e articulada com a financeirização da economia e o neoliberalismo, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva se fundamenta em fatores de ordem política e econômica resultando em fatores de ordem social, quais sejam:

[...] (1) no âmbito das orientações políticas, se torna fundamental a intensificação da liberdade do mercado; (2) no âmbito das orientações econômicas, uma nova gestão do processo produtivo deve ser estabelecida, norteada pela intensificação de novas tecnologias; (3) no âmbito social, por uma nova regulação das condições e relações sociais deve ser imprimido, cuja base é a reforma do Estado, que entre outros fatores, deve primar pela diminuição das políticas protecionistas reguladas pelos estamentos públicos. (REIS; PERUZZO, 2002, p.1)

Ainda, é nos anos 1990 que cresceram os chamados *hedge funds*, sob a grande euforia do capital a juros e suas várias ramificações, especialmente a do capital fictício, sobretudo, em títulos da dívida pública e ações. Mais tarde, no ano de 2007, durante o governo Lula no Brasil, há uma turbulência nos sistemas de crédito dos países centrais, com início nos Estados Unidos, levando à uma crise em 2008, dada a superacumulação de capital e a exarcebação financeira que se desenvolveram desde 1970. Essa crise, por sua vez, inserida no capitalismo mundial, estendeu-se aos demais países, sejam centrais, sejam dependentes. (PIQUERAS; DIERCKXSENS, 2018).

No que tange aos seus efeitos no mundo do trabalho, Faermann (2015, p.131) pontua que os resultados foram devastadores. Isso porque “expandindo a acumulação, a centralização do capital amplia as transformações qualitativas na composição técnica do capital, levando a um crescimento de sua parte constante em relação à sua parte variável, reduzindo, desse modo, a demanda relativa de trabalho”.

A autora traz que aumentaram significativamente o número de desempregados, assim como aumentou o número daqueles que trabalham, mas encontram-se em situação de miséria, sem acesso algum à proteção social, e diminuiu a quantidade de jovens se inserindo no mercado de trabalho. Dessa forma, o desemprego e a precarização do trabalho são evidentes, enquanto consequências, e passam a se constituir como condição para a manutenção do capitalismo (FAERMANN, 2015).

Diante desses fatores, o próximo item busca trazer elementos concernentes à contrarreforma do Estado enquanto resultado da reestruturação produtiva e característica de dependência do Brasil, bem como os seus impactos na proteção social à brasileira, o que fornecerá subsídios para a análise dos seus rebatimentos ao trabalho d(a)s Assistentes Sociais, cujo maior espaço sócio-ocupacional são as políticas sociais.

### 3. O ESTADO CAPITALISTA À BRASILEIRA: A VAMPIRIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA

Antes de situar a contrarreforma do Estado, faz-se necessário compreender que o Estado do qual se refere, origina-se, conforme Harvey (2006) da contradição própria da sociedade de classes no capitalismo, assim como de suas disputas, enquanto indispensável para manter os seus antagonismos sob controle.

Isso porque, “o Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação<sup>17</sup> é especificamente moderna, capitalista.” (MASCARO, 2013, p.17).

Estado aqui, portanto, é entendido como

[...] o produto<sup>18</sup> da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela, e progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1941:155 apud HARVEY, 2006, p.79-80).

Portanto, “[...] o Estado é produto, é consequência, é uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.35), em uma sociedade capitalista, e, ao mesmo tempo em que ele expressa suas contradições, as perpetua.

Nesse sentido, Mascaro (2013) pontua que o Estado não é um aparato neutro e que existe por acaso para ser utilizado para a exploração a que objetivam os capitalistas, mas é um derivado necessário, estranhado de ambas as classes, para o constituir e reproduzir as suas relações sociais.

Assim sendo, “[...] é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas.” (ENGELS, 1941 apud HARVEY, 2006,

---

<sup>17</sup> “A forma estatal nasce da produção capitalista, da exploração do trabalho assalariado, da conversão de todas as coisas e pessoas em mercadoria” (MASCARO, 2013, p.31).

<sup>18</sup> Para Marx e Engels: “[...] o Estado emerge das relações de produção: ‘não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo (CARNOY, 1988, p.65 apud MONTAÑO; DURIGUETTO; 2010, p.35, grifo dos autores).

p. 80). Dessa forma, ao invés de serem representados os interesses das distintas classes, acaba representando e reproduzindo, predominantemente, aqueles oriundos da classe dominante.

Apreende-se, destarte, que a classe burguesa não só é a detentora dos meios de produção, como ao “[...] ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.36).

Todavia, esse mesmo Estado se apresenta também como um mediador entre ambas as classes, expressão dada, entre outros, pela proteção social, como meio de atendimento das necessidades sociais, expressa por meio de políticas sociais que se constituem como conquistas sociais na busca pela igualdade social. Essas conquistas se dão tanto pelo “[...] reconhecimento da classe trabalhadora como ator político fundamental para a produção e reprodução dessa sociedade [quanto] [...] pelo reconhecimento das condições que originam as desigualdades na sociedade capitalista e dos conflitos que se estabelecem na relação capital-trabalho.” (MENDES; WÜNSCH; COUTO, p.276- 277).

Isso porque o Estado possui uma forma política, conforme Mascaro (2013), a qual, dialeticamente se constitui ao mesmo tempo em que conforma as relações sociais de reprodução do capital. Compreende-se, assim, que o Estado é capitalista, e só irá tomar medidas para mediar a luta de classes, quando a classe trabalhadora estiver organizada no sentido de dar visibilidade às suas necessidades. O que acontece, no entanto, é que o modo de produção é tão perverso que, diante do mercado, os trabalhadores assalariados “apagam suas características de classe, de cultura e de condição econômica, reduzindo-se a peças formalmente iguais trocadas livremente [...]” (MASCARO, 2013, p.26).

Conjuntamente com o Estado, observa-se ainda, que, são utilizadas as constantes mudanças e crises enquanto pretextos para a ampliação das jornadas de trabalho, da intensificação da exploração<sup>19</sup> dos trabalhadores, e da diminuição dos salários e direitos sociais, aumentando, conseqüentemente, as necessidades sociais dos trabalhadores.

Além disso, a cada crise se

[...] destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia [...] A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. (MARX; ENGELS, 2018, p.45).

---

<sup>19</sup> “[...] na medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento das horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento das máquinas etc”(MARX; ENGELS, 2018, p.46).

Não de forma diferente, as políticas sociais também sofrem desmantelamento pois “há um processo de estreita ligação entre as formas da economia capitalista e a forma da política estatal [...] cujo desenvolvimento não é contínuo nem isento de contramarchas e contradições.” (MASCARO, 2013, p.28).

Diante disso, cabe trazer à discussão que, em se tratando da contrarreforma do Estado brasileiro, é preciso considerar os aspectos inerentes à própria conformação da proteção social no Brasil, dadas as suas particularidades histórico-sociais no contexto latino-americano.

Assim, ao referir-se ao Brasil, não o fazemos como sendo o berço da Revolução Industrial (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), país que em seu processo de (sub) desenvolvimento sempre estabeleceu uma relação de subordinação e dependência ao mercado mundial, considerando as modificações históricas das condições dessas relações.

Isso porque, e como já mencionado, “é a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder” (GALEANO, 2016, p.18).

Sendo assim, além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado tanto pela condição dependente das formações sociais em que se constitui quanto pelo significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração -, que determina as relações entre as classes, frações e setores (OSORIO, 2019).

No Brasil, o próprio processo de construção do Estado teve sua estrutura administrativa implantada de fora para dentro e sem considerar a população e a cultura antes da colonização, uma vez que Portugal, na lógica dos países europeus sob a América Latina, implantou sua estrutura objetivando “[...] controlar a colônia, para exaurir seus recursos e implantar uma ordem cuja racionalidade era gerar riquezas para o reino de Portugal” (COSTA, 2006, p.110)

O Estado só passou a ser identificado com a nação a partir da criação de um exército nacional, a partir da Guerra do Paraguai, no período imperial, que também foi marcado por graves conflitos internos através das lutas por independência de regiões do país e pela República. Contudo, “o Estado brasileiro, criado a partir do processo de libertação nacional, foi ocupado pelas elites rurais, sem romper com o seu caráter subalterno à ordem mundial, especialmente ao poder do capital inglês” (COSTA, 2006, p.113).

A autora ainda acrescenta que

A construção do Estado nacional não alterou as condições de vida da população trabalhadora. A permanência do regime escravocrata e a concentração de rendas e riquezas na elite rural inibiram o potencial de transformações sociais, construindo um Estado moderno sem universalizar a cidadania. (COSTA, 2006, p.113).

Contudo, e considerando a transformação da ordem mundial no século XIX, cujo maior movimento se deu pela Inglaterra na luta de colocação de seus produtos industriais, acrescido pela busca de liberação do comércio brasileiro, a criação de um mercado consumidor interno, a interiorização do liberalismo no país e a incompatibilidade do regime escravocrata com o dinamismo necessário da sociedade capitalista, o movimento republicano acaba ganhando força culminando na sua proclamação em 1889 sob um movimento das classes dominantes e a ordem política é transformada a partir da ruptura com a ordem social escravocrata. (COSTA, 2006).

Sobre o liberalismo, sinaliza-se que “é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.73), de forma a utilizar o Estado para patrocínio de seus interesses gerais, sem comportar os direitos sociais. Ainda, apesar de trazer a organização interna dos poderes, em 1891, com a Constituição Republicana, ou a mudança no horizonte cultural das elites, não possibilitou a construção de uma ordem nacional autônoma, dando sequência à condição de dependência que é comum aos países latino-americanos.

Isso porque, “o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga” (GALEANO, 2016, p.19), pois ao mesmo tempo que se beneficiam e dominam no próprio país, são dominadas pelas relações imperialistas estabelecidas, e o impacto se dá diretamente no restante da sociedade.

Exemplo disso, é que no período de turbulência política no Estado republicano, de crises do comércio do café, este passou a regular o seu preço, comprando os estoques excedentes, uma vez que se evidenciava a precariedade da exportação de um único produto, o que beneficiava os interesses do setor cafeeiro em detrimento do restante da população brasileira. (COSTA, 2006).

Uma vez que a classe de trabalhadores não tinha suas condições de vida melhoradas, o período de 1917 a 1920 foi marcado por intensos movimentos e greves, que foram reprimidos pela burguesia por meio do aparelho repressivo do Estado.

Só depois dos anos 1920, os direitos sociais foram incorporados pelo governo, tendo em vista a necessidade de modernizar a estrutura administrativa do Estado, consideradas as mudanças da estrutura econômica do país, a partir da generalização do trabalho assalariado, criando uma nova dinâmica social e política. (COSTA, 2006).

Sendo assim, o movimento de incorporação dos direitos iniciado em 1920, passa a ter mudanças mais profundas a partir dos anos 1930, com o governo de Vargas, com sua instituição a partir da tutela do favor, expandindo-se e modernizando-se nos períodos da ditadura como estratégia de legitimação e adesão ao bloco militar-tecnocrático-empresarial. Contudo, esse mesmo período abre precedente a privatização das políticas sociais, com acesso dual, ou seja, para quem pode e para quem não pode pagar. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Esse período também foi fortemente marcado pelo patrimonialismo enquanto fundamento das relações sociais, em que o Estado acabava, nas palavras de Costa (2006), tornando-se um “apêndice” dos senhores rurais.

A representação popular no aparelho estatal também era muito frágil devido às condições de vida e de trabalho no Brasil, marcadas pela escravatura e pela colonização e diferenças entre a classe trabalhadora: mão-de-obra de ex-escravizados e mão-de-obra de estrangeiros importada, o que de certa forma impactava diretamente no acesso às políticas públicas, situação que sofre mudanças a partir de 1934, com a Constituição Federal, que incluía em seu texto, um título sobre a ordem econômica, a função social da propriedade e a legislação trabalhista. (COSTA, 2006).

As políticas sociais sofrem um desfecho maior em 1937 com a Constituição Federal deste mesmo ano, que ratificava a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), sendo que é neste mesmo ano, sobre o pretexto de defender o país que Vargas dissolve o Congresso, dando início ao Estado Novo, caracterizado pelo nacionalismo, centralização do poder e anticomunismo (COSTA, 2006).

É interessante acrescentar que é neste ano de 1937 que o Estado passou a se identificar com a nação, e, buscando modernizar a administração pública do país, é criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, que esteve sob as ordens diretas de Vargas. Ainda, o quadro de servidores públicos que era marcado pelo apadrinhamento, pouco sofreu mudanças. Nesse sentido, o DASP enfrentou algumas questões como a dualidade do quadro de funcionários públicos, mesmo sob a exigência de concurso público prevista na Constituição Federal de 1937, tendo em vista os contratos por indicação

política, levando à conclusão de que as normas previstas não foram cumpridas (COSTA, 2006), situação esta ainda presente na atualidade.

Depois de 15 anos no poder, Vargas cai em 1945. Após maior urbanização, industrialização (apesar da agroexportação ainda permanecer forte), e com um movimento operário mais organizado e forte, abrindo um novo período de turbulências no país. Porém, com a fragmentação da burguesia e com os trabalhadores organizados e fortes, é promulgada uma nova Constituição Federal em 1946, considerada uma das mais democráticas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O governo Dutra (1946), eleito pelo voto direto em 1945, teve como meta o combate à inflação, uma vez que a partir da guerra fria, levaram o país a déficits<sup>20</sup> comerciais em moeda forte. A política de Dutra teve caráter protecionista para a indústria brasileira, por meio da adoção de controles administrativos, introduzindo licenças para a importação, no comércio exterior. Todavia, devido ao déficit orçamentário, o governo adotou uma política fiscal e monetária contracionista, diminuindo os investimentos públicos. Além disso, após ter reduzido o déficit, Dutra propôs a reforma tributária que foi amplamente combatida pelo setor empresarial, e sem um cenário político favorável, foi abandonada. (COSTA, 2006).

Já na área social, Dutra elaborou o Plano Salte, que priorizava a área da saúde, alimentação, transportes e energia, porém a falta de recursos públicos levou ao seu abandono em 1951, após reeleição de Vargas em 1950. (COSTA, 2006).

Ainda conforme Costa (2006), o segundo governo Vargas enfrentou a retomada da inflação e o desequilíbrio das contas públicas, levando-o a retomar a linha desenvolvimentista, favorecendo o setor privado, com forte ação para as obras públicas e criação de infra-estrutura, buscando atrair investimento externo. Em 1953, contudo, devido às dificuldades de exportação pelo protecionismo, os gastos públicos foram acusados de serem a causa da inflação. Nesse sentido, o governo adotou medidas de cortes nos gastos públicos, elevação de arrecadação e políticas monetárias e creditícias contracionistas.

Apesar de o governo Vargas ter avançado no âmbito das políticas sociais, ainda que por uma órbita populista e assistencialista, em diversos sentidos, seu governo também sofreu descontentamentos por diversos setores da sociedade, dados os impasses do Estado capitalista no país, se considerarmos o conjunto de fatores mencionados, como a falta de apoio político, dificuldade de recursos, protecionismo, nacionalismo. Dessa forma, se deu o golpe ao governo varguista e seu suicídio em 1954.

---

<sup>20</sup> O déficit orçamentário da União foi apontado como causa da inflação e como entrave para o crescimento econômico. (COSTA, 2006, p.125).

O Estado seguiu a lógica desenvolvimentista “dentro de uma estratégia de substituição das importações, cuja principal expressão foi o Plano de Metas do governo Kubitschek” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.110), projeto que acirrava ainda mais a luta de classes. Ainda, este período marcou uma expansão muito lenta dos direitos, mantendo características do corporativismo e fragmentação varguistas.

Em outras palavras, pode-se considerar esse período como inexpressivo, como uma espécie de “vazio” e pobre em respostas à questão social, oscilando entre conciliação e repressão (SANTOS, 2012).

1964 foi o ano da instauração de um novo golpe que culminou em uma ditadura de 20 anos, impulsionando o que comumente se entende como modernização conservadora, que incidiu diretamente na expansão das políticas sociais no chamado Milagre Brasileiro, de forma tecnocrática e conservadora, em meio às restrições civis e políticas vivenciadas no país.

Esse período foi marcado por um intenso crescimento econômico caracterizado pela internacionalização da economia brasileira, pois com o esgotamento dos “anos de ouro”, o Brasil foi um terreno fértil para os produtos fordistas, os quais foram atraídos pela burguesia nacional, sempre associada ao capital estrangeiro, com o incentivo e condução do Estado.

Com sinais expressos das desigualdades na sociedade por conta do crescimento de um bolo que não tinha pretensão de ser dividido, os trabalhadores e movimentos sociais entram em cena, e, assim, os anos 1980 são marcados pelas amplas conquistas das lutas sociais que, em 1988 são inscritas na Constituição Federal, acompanhadas de orientações de cunho conservador no que tange às políticas sociais.

É importante mencionar que a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo a tarefa de implementação da proteção social no país, demandando esforços para sua materialização, qualificação e defesa dos direitos sociais. Esses novos processos requisitaram a inserção d(a)s Assistentes Sociais em diferentes políticas públicas, aumentando consideravelmente o número de profissionais inseridos no âmbito estatal.

Entretanto, dado o contexto que antecede tais conquistas, assim como o endividamento externo por conta das dificuldades econômicas nos países latino-americanos, em especial, o Brasil, tendo em vista que é por meio da dívida pública que ocorre a sua industrialização, é imposto um ajuste, cujos “custos foram pagos pela crise financeira do Estado com fortes impactos para a política social, pelos sindicatos e pelos países da periferia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.140), levando um Brasil abatido pela inflação na entrada dos anos 1990.

Destarte, nesse contexto, abraçava a América-Latina a agenda neoliberal, com um discurso de esperança e mudança, cooptando a classe trabalhadora e seus movimentos reivindicatórios.

Costa (2006) traz que a Constituição nasceu de uma contradição: ao mesmo tempo que é marcada pela mobilização da população e democratização da sociedade, se dá em um contexto de ofensiva neoliberal que cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social. Nesse sentido, pode-se inferir que tantos direitos foram inscritos por meio da Constituinte como forma de amortização da luta de classes, pois já era sabido que em um capitalismo tardio e dependente, a imposição externa imperaria.

Nessa linha de pensamento, surge Collor, com a bandeira de caçar marajás, cortar gastos públicos, atacar as empresas estatais, consideradas ineficientes e burocráticas, bandeira esta condizente com o neoliberalismo, sendo sua tarefa, assim como de quem o sucederia, de revisar a Constituição em sentido de contrarreforma. O projeto político de Estado, por sua vez, estava centrado em adequar o país à conjuntura mundial, além de abri-lo economicamente, o que foi feito sem restrições por Collor. (COSTA, 2006). Destaca-se que seu discurso ia ao encontro de setores insatisfeitos com a Carta Constitucional e, por isso, obteve o apoio da burguesia, mesmo que um tanto a contragosto (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

O governo Collor adotou o Plano Brasil Novo (Plano Collor) que foi derrotado após apenas dois meses depois de ser lançado, em razão, principalmente, de as elites rentistas se recusarem a aceitar perdas patrimoniais implícitas em algumas medidas adotadas, além da reforma administrativa que desencadeou o aumento do desemprego, mesmo após conseguir equilibrar as finanças públicas com o bloqueio de 66% dos ativos financeiros disponíveis e as demais medidas fiscais para aumento da receita pública, levando o país a entrar em recessão profunda tempos depois (BEHRING, 2008).

Na sequência, adotou-se o Plano Collor II, que

[...] orientou-se definitivamente pela ortodoxia liberal, com cortes nos gastos públicos, um novo “tarifaço” e uma reforma financeira. Em 1991, tal direção se confirma com a mudança de equipe econômica. Ao lado dessa oscilação brevíssima da política econômica, o governo Collor colocou em marcha as chamadas reformas estruturais, a exemplo do programa de privatizações e da redução das tarifas aduaneiras, esta última representando uma verdadeira versão contemporânea da “abertura dos portos às nações amigas”. (BEHRING, 2008, p.150).

Mesmo com a adoção das medidas no plano econômico, não foi possível derrotar a inflação com “um único tiro” como havia prometido, desencadeando, além de uma crise

econômica, uma crise política, constituída pelo avanço dos movimentos sindicais e populares, que se colocaram como alternativa de poder, tendo em vista que a inflação no Brasil, não corresponde somente a uma questão econômica, desconectada de questões políticas e de poder, culminando no seu *impeachment*.

Behring (2008) destaca que sua condenação pública não significou a condenação de aspectos de seu projeto de caráter neoliberal para o país, a exemplo do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que quando em crise, se abriu à negociações, além de acusar o funcionalismo público de corporativista, tal como fazia o governo de Collor.

O governo FHC foi articulado pela coalização conservadora de poder ainda no governo tampão de Itamar Franco, vice de Collor, lançando, em 1994 o Plano Real enquanto Ministro da Fazenda. Além disso, o governo Franco teve seus movimentos alicerçados em recompor uma articulação política a fim de sustentar a governabilidade. (BEHRING, 2008).

Assim, com o governo de FHC (1995-2002), com a figura do presidente com credenciais da luta democrática e advindo de um núcleo econômico do país, articulador e intelectual orgânico da hegemonia burguesa (BEHRING, 2008), dá continuidade a contrarreforma do Estado que concretiza um movimento conservador que objetivou suprimir os avanços construídos a partir do modelo de Bem-Estar Social (COSTA, 2006).

A reforma empreendida pelo governo FHC ampliou o poder do mercado, feita por meio da Constituição, como meio técnico e legal de se construir outro Estado. (COSTA, 2006). Conforme cita Behring (2008), o governo FHC foi concebido para viabilizar politicamente o restante das propostas reformistas preconizadas pelo Banco Mundial (BM), além de, conforme Raichelis (2018), na administração pública, a gestão gerencial e consolidação de um “Estado empresa”, iniciado por Collor, consolidando o tripé privatização, flexibilização e terceirização.

Essa reforma foi orientada pelo chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, criado por Bresser<sup>21</sup> Pereira, aprovado já no primeiro ano de mandato do então presidente, o qual defende como tese central a “crise do Estado”, associando-a aos modelos de desenvolvimento dos governos que o antecederam. (COSTA, 2006).

Ainda,

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado colocou que o Estado deve estar fora do setor produtivo e usou do argumento de excesso do Estado na esfera

---

<sup>21</sup> Bresser ocupava o cargo de ministro no Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE). Foi este mesmo Ministério que orientou, dentre outros processos e legislações, a Emenda Constitucional nº 19, de 19 de Junho de 1998, que trata da “reforma” da administração pública.

produtiva para justificar a deteriorização dos serviços públicos. É a tese de que o Estado tem que cuidar da área social, do bem comum, como se, ao desregular a economia, ele aumentasse sua capacidade de gestão na área do desenvolvimento social. (COSTA, 2008, p.168).

Dessa forma, “as políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado” (BEHRING, 2008, p.64).

Isso porque, o nível de investimento do governo na área social não deu conta do atendimento das necessidades sociais, e, desta forma, as políticas liberalizantes e privatizantes foram perversas para a geração de empregos, pois aliadas com as altas taxas de juros, atrativo do capital financeiro, e com a incapacidade de melhorar as contas públicas, acentuaram a situação de pobreza e de exclusão social da população brasileira (COSTA, 2008).

O Plano defende ainda que a contrarreforma deverá se dar por vias do ajuste fiscal, assim como da abertura comercial e das privatizações, por meio da transferência ao setor privado de atividades que podem ser controladas pelo mercado. Além disso, alargou-se o caminho para o setor público não-estatal que pode assumir serviços não considerados exclusivos pelo Estado, como saúde, educação, pesquisa, cultura, por meio do estabelecimento de parcerias com a sociedade para financiamento e controle social de sua execução, reduzindo, assim, a prestação direta de serviços, mantendo-se, contudo, como regulador e provedor.

Na esfera administrativa, também prevê, na mesma linha de Collor, a desburocratização do Estado, assim como a superação do patrimonialismo, que para os autores do Plano “não se constitui mais como um valor na sociedade brasileira” (BEHRING, 2008, p.181). Ainda, Bresser (2002, p. 173) refere que a Constituição de 1988 foi uma “volta ao passado”, ao passo que para ele, se constitui como uma volta aos ideais burocráticos dos anos 30, e busca defender que ela aumenta o custo do governo e desprestigia a administração pública.

Além disso, “sugere a promoção por mérito e a profissionalização do servidor, combinada com a motivação negativa, diga-se a demissão por insuficiência de desempenho” (BEHRING, 2008, p.182), rompendo assim, com a estabilidade do servidor público.

Vale acrescentar ainda que a contrarreforma atinge diretamente o Núcleo Estratégico que formula as políticas públicas, e o Setor de Atividades Exclusivas, tais como previdência básica, educação básica e segurança, propondo a propriedade estatal. Contudo, o Setor de Serviços Não-Exclusivos com propriedade pública não-estatal. Já acerca do Setor de Bens e

Serviços para o Mercado, a propriedade pública não é desejável, como aquelas de luz, água, gás, porém com regulamentação e fiscalização rígidas. (BEHRING, 2008; BRESSER, 2002).

Por fim,

As políticas sociais foram tratadas no governo Fernando Henrique Cardoso por meio do que o autor supracitado [NETTO, 1999] chama de *sabotagem*, constatada principalmente no plano orçamentário. O estudo de Netto mostra brevemente em dados os cortes ou congelamento dos gastos sociais no âmbito da educação, saúde, trabalho, assistência e previdência. Além do corte de gastos, a manipulação de receitas foi fortemente utilizada para desviar recursos do Orçamento da Seguridade Social para outros fins. O que possibilitou essa artimanha foi a criação do Fundo Social de Emergência (1994) e depois Fundo de Estabilização Fiscal (1997), que a partir de 2000 é reformulado de Desvinculação de Receitas da União [DRU] [...]. A seguridade é orientada pela privatização e pela mercantilização. (BEHRING, 2008, p.219, grifo da autora, entre colchetes nosso).

A DRU, por sua vez desvincula orçamentos destinados para a seguridade social para o orçamento fiscal objetivando facilitar a formação de superávits e pagar a dívida pública, ou seja, ao invés de atender as necessidades sociais dos trabalhadores, o orçamento serve para financiar a dívida pública, transferindo capital aos rentistas, alimentando diretamente o capital financeiro.

Na sequência, os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) vieram mantendo a política fiscal de FHC sob orientação das recomendações do FMI, cujos acordos no gasto com as políticas públicas foram firmados ainda em 1998 (TEIXEIRA, 2005), tendo em vista que “Lula seguiu a senda neoliberal aberta por Collor e alargada por FHC, para acabar por aumentar a autonomia do capital” (PEREIRA, 2012, p.740-741).

O governo Lula, já em seu primeiro mandato, ainda orientado pelo Banco Mundial, no estabelecimento de acordos da dívida externa, deu continuidade à direção de estagnação e perda de financiamento da política social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) incorporando políticas neodesenvolvimentistas que se constituem como uma atualização dos preceitos desenvolvimentistas que postulam a imprescindibilidade da intervenção estatal no processo de superação do subdesenvolvimento, que elegem a política econômica como instrumento principal do crescimento e objetivam a industrialização para elevação da oferta de emprego. Contudo, a intervenção do Estado não implica na retomada das políticas keynesianas, pelo contrário, são focalizadas, como o combate à pobreza, e focam no desenvolvimento humano e na sustentabilidade. (TELES, 2018).

Nesse sentido,

[...] não se pode dizer que o governo Lula tenha realizado políticas sociais significativas, a despeito do seu empenho em acabar com a fome no país, por meio do Programa Fome Zero, cujo carro-chefe se tornou o Programa Bolsa Família, e de ter conseguido expressivo crescimento econômico. (PEREIRA, 2012, p.745).

Isso porque, o Programa Bolsa Família, enquanto programa de transferência de renda de enfrentamento à pobreza, ao mesmo passo que responde, ainda que minimamente às expressões da questão social, é focalizado e segmentado. De outro lado, a transferência de renda foi também uma estratégia de enfrentamento à crise, tenho em vista a possibilidade de garantir o consumo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Ao seu lado, entretanto, acompanha a mercantilização de serviços públicos essenciais, como foi o caso da saúde, previdência e educação, ou, como lembra Raichelis (2018), o Programa Minha Casa Minha Vida inserido na lógica do consumo e endividamento da classe trabalhadora.

Há que se registrar a partir desse governo, avanços significativos no que tange aos Conselhos e Conferências, bem como outros espaços de participação popular, tais como as lutas por direito de pessoas com deficiência, idosos, mulheres, juventudes, população em situação de rua, população LGBTI.

Nesse sentido, enquanto deliberação da Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, a Política de Assistência Social também registra avanços significativos a partir do referido governo, tendo em vista que nos governos de Collor e FHC foi repudiada, conforme Pereira (2012). Assim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi materializado no Governo Lula por meio da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e instituído por meio da Norma Operacional Básica do SUAS, em 2005, e cuja implantação, em 2010, já representava uma adesão de 99,5% pelos municípios e Distrito Federal de todos os estados (MDS, 2010).

Nessa perspectiva, o governo de Lula, já em seu segundo mandato,

[...] expandiu a cobertura do Bolsa Família abarcando mais de 12 milhões de unidades familiares de baixa renda. Destarte, de acordo com documentos oficiais (MDS, 2011), Lula **retirou 28 milhões de pessoas da pobreza, levou 36 milhões à classe média e reduziu para 8,5% (16,27 milhões) o número de brasileiros em estado de pobreza absoluta ou de miséria**. As estatísticas também mostram que no período compreendido entre 2002 e 2010 **o desemprego caiu de 12% para 5,7% e o rendimento das pessoas ocupadas aumentou em 35% em termos reais**. Além disso, a partir de 2004, **o volume de ocupações formais começou a crescer, atingindo, em 2009, um recorde histórico — 59% dos trabalhadores com carteira assinada — (IBGE/PNAD, 2009); e o salário mínimo teve pequena valorização em termos reais**. (PEREIRA, 2012, p.745).

Além do impacto na vida da população em situação de pobreza supramencionados, vale destacar que os impactos dos governos Lula foram significativos para a população negra, cuja renda, conforme PNAD (2011) subiu 66,3%; dos pardos 85,5%, contra os brancos, 47,6%. Em relação às famílias chefiadas por analfabetos, a renda subiu 88%; e quanto as famílias residentes nas comunidades rurais mais pobres, a renda cresceu mais (85,5%) do que nas metrópoles (57,7%) e demais cidades.

Contudo, ainda que o governo tenha melhorado as condições de vida de muitos brasileiros, amortizando os efeitos da política neoliberal, a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio, foi ainda mais beneficiada, tendo em vista que o combate à concentração de riqueza não foi alvo da política de governo de Lula (PEREIRA, 2012).

Mesmo assim, na análise de Iamamoto (2018), o período que compreende 2001 e 2011 apresentou uma inédita redução da desigualdade de renda e não concentração da propriedade e de capital, na qual a renda dos mais ricos teve um aumento acumulado de 16,6% enquanto a dos mais pobres cresceu 91,2% no mesmo período. A fonte deste crescimento foi o trabalho (58%), a previdência social<sup>22</sup> (19%), o Programa Bolsa Família (13%) e o BPC (4%) e outras rendas como aluguéis e juros (6%).

Na sequência, o governo Dilma, em termos de política social, dá mostras da ultrafocalização, a partir do Plano Brasil sem Miséria, sobre o qual, conforme aponta Pereira (2012), a então presidenta

[...] rebaixou, formalmente, os critérios preexistentes para a definição da pobreza e da miséria no Brasil, conseguindo, desse modo, diminuir estatisticamente um bom número de pobres e miseráveis. Para tanto, adotou como critério definidor de pobreza e indigência o utilizado pela Organização das Nações Unidas(ONU) na definição de suas metas do milênio, o qual, por ser o mais restrito entre outros disponíveis, considera pobre a família com renda mensal de até 120,00 reais e indigente a que ganha mensalmente até 70,00 reais (1,25 dólares/dia). E como os indigentes serão o alvo prioritário do atual governo, este espera erradicar a miséria artificialmente restringida, no país (cerca de 16 milhões de pessoas), usando a assistência para ativar os beneficiários dos programas dessa área, e seus familiares adultos, para o trabalho ou a geração de renda precários (PEREIRA, 2012, p.747).

Desta forma, se deu continuidade no que tange aos programas de transferência de renda, e, neste sentido, registra-se que

[...] houve um crescimento de 338%, acima da inflação, dos programas de transferências de renda. Tais programas cresceram mais que o próprio orçamento da assistência social nesse período, concluindo que o seu valor gasto se refere direta ou indiretamente à transferência de renda a pessoas em situação de pobreza ou extrema

---

<sup>22</sup> É preciso lembrar que no governo Lula a Previdência Social sofreu uma nova reforma para estabilizar o déficit do regime previdenciário dos servidores públicos em relação ao PIB (Nakatani; Oliveira, 2010 apud PEREIRA, 2012).

pobreza. Essa tendência vai ao encontro da orientação política macroeconômica do governo Lula e Dilma [...]. (COURI; SALVADOR, 2017, p. 86).

É válido ressaltar que quando se fala do crescimento da Assistência Social em ambos os governos petistas, é preciso pontuar que os recursos destinados se concentraram muito mais nos programas de transferências de renda do que na Política de Assistência Social em si (SALVADOR, 2017).

É importante mencionar, e termos do governo Dilma, por sua vez, que a crise econômica, ao lado da crise política, culmina num golpe à democracia através do *impeachment* da então presidenta, e, interinamente, assume o vice-presidente Michel Temer.

Registra-se no ano seguinte ao *impeachment* o aumento do desemprego, em 2017, que totalizou 13,2 milhões de trabalhadores, e cuja taxa aumentou 96,2% em relação a 2014. Ainda, os trabalhadores sem carteira assinada com crescimento de 5,5% em relação à 2016, totalizado 560 mil trabalhadores a mais. O aumento também se deu em relação às pessoas em situação de extrema pobreza que de 13,34 milhões em 2016 subiu para 14,83 milhões em 2017. É importante mencionar que esses dados são acompanhados da desigualdade no campo, das disputas por terras indígenas e de populações tradicionais, das agressões e assassinatos da juventude das periferias urbanas, de negros e pobres, de segmentos LGBT (IAMAMOTO, 2018).

Isso reitera o que fora posto por Marx e Engels, de que as crises levam a sociedade a um estado de barbárie, tendo em vista a acentuada desigualdade, o que por consequência, acarreta no aumento da demanda por serviços públicos. Em contrapartida, e devido à orientação neoliberal, a focalização, a seletividade e a filantropização em detrimento da desresponsabilização do Estado, afetam as políticas sociais que deixam, portanto, de ser consideradas direito social, tendenciando à desresponsabilização e ao desfinanciamento da proteção social no país, levando à degradação dos serviços públicos e, conseqüentemente, à privatização da coisa pública, transformando o que antes era direito, em negócio, próprio do capitalismo.

Sobre esse estado de barbárie, algumas ilustrações particulares da contrarreforma do Estado, se enunciam:

Na perda de soberania –com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da desestruturação produtiva e no desemprego (MATTOSO, 1999); e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação

efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática. (BEHRING, 2008, p.213).

Na sequência, a autora traz alguns exemplos, a saber: a flexibilização nas relações de trabalho; as privatizações e a relação com o capital estrangeiro; e, a condição da seguridade pública no Brasil, destacando-se as transformações nas legislações trabalhistas e de políticas e direitos sociais, especialmente num “movimento que preside a alocação e formação do fundo público e que alimenta uma lógica de expropriação conjugada com a intensificação da exploração dos trabalhadores” (BEHRING, 2018, p.193). Intensificação na qual a flexibilidade, conforme já mencionado no item 2.2, é uma característica estrutural da conformação social e histórica do capitalismo no Brasil.

O fundo público, na leitura da autora, forma-se a partir do trabalho excedente e do trabalho necessário. Ou seja, a partir do trabalho excedente, com a mais-valia, a qual “se reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre as quais incidirá a capacidade extrativa do Estado, a carga tributária envolvendo todos os participantes do butim [...]” (BEHRING, 2018, p.195); e, do trabalho necessário, por meio da expansão tributária indireta que se dá pelo consumo.

Acrescenta-se a isso que

A ideia de fundo público não pode ser entendida apenas como expressão de recursos estatais dirigidos para o financiamento da acumulação, sendo concebido como um mix que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade a razão do Estado, que é sociopolítica (pública) e a razão dos capitais, que é privada. Tal processo, conduzido pela dinâmica da luta de classes vai sendo incorporado às formas de regulação do capitalismo, em relação aos direitos sociais dos trabalhadores e em relação aos ciclos próprios de acumulação capitalista. Nesse sentido, aprofunda-se a disputa pelo fundo público pelas diferentes frações do capital e pela classe trabalhadora, cuja fragmentação de interesses em ambas as classes fragiliza as possibilidades de constituição da esfera pública democrática que agravada pela agenda neoliberal, reforça os interesses do capital sobre o trabalho. (RAICHELIS, 2015 apud RAICHELIS, 2018, p.42).

Ainda, partindo desta direção, “o Estado colocou-se a “desuniversalizar” as políticas sociais mediante ajustes fiscais, direcionando-as por uma lógica seletiva e reducionista que visa amenizar a questão social, contrapondo-se à proposta de universalização dos direitos sociais. Desse modo, transferiu as respostas às manifestações da questão social de sua esfera para a sociedade civil e para o mercado” (FAERMANN, 2015, p.136).

Entende-se, diante disso, que o trabalhador paga a conta, sem que o valor que produz retorne, através da alocação no fundo público, para a reprodução da força de trabalho, tendo

em vista, no contexto contemporâneo, de avanço da política neoliberal, o aumento dos serviços privatizados e terceirizados em detrimento dos serviços públicos.

Nesse sentido, a política social possui caráter contraditório, dados os seus fundamentos como mediação da luta de classes e não de “retração da exploração”. E no capitalismo é assim mesmo, o ônus é sempre maior para a classe trabalhadora em contextos/discursos de crise, recaindo sobre si toda a responsabilidade, inclusive, sobre a própria reprodução da força de trabalho. Veja bem, acessando os serviços que deveriam ser públicos, o trabalhador paga, para além da preservação da vida, para ter condições de trabalhar e sobreviver, além de serem explorados tributariamente também, como é o caso dos trabalhadores brasileiros. Em outras palavras, no Brasil, apesar de a carga tributária não ser alta, “ela é regressiva e não retorna para os trabalhadores que a suportam majoritariamente na forma de serviços consistentes. Pelo contrário, as majorias no Brasil são expropriadas de serviços públicos a que deveriam ter acesso, dada sua portentosa contribuição para a carga tributária, bem maior que a dos ricos” (BEHRING, 2018, p.199).

Conforme a análise da autora, após o Plano Real -1994, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado -1995, e o acordo com o Fundo Monetário Internacional -1998, e o Novo Regime Fiscal-2016, dado pelo golpe de Estado, “são nitidamente engrenagens expropriadoras de direitos e políticas sociais públicas” (BEHRING, 2018, p.201), tendo em vista a repercussão intensa na alocação do fundo público via orçamento público, tornados assim, cada vez menos públicos (TEIXEIRA, 2012).

Trazendo à tona o governo de Temer, Iamamoto (2017, p.17) sinaliza “a proposta de limitação do gasto público por vinte anos com irreversíveis consequências na efetivação de direitos constitucionais”, aprovada por meio da Emenda Constitucional 95. Os impactos desta emenda já vêm mostrando sua face perversa nas políticas de seguridade social e, conforme Salvador (2017) devem ser investigados, visto “[...] que impôs um Novo Regime Fiscal(NRF) ao país ao congelar as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) [...] limitando-se a correção pela inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)”(COURI; SALVADOR, 2017, p. 94).

No que tange à Política de Assistência Social, a nota técnica publicada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), intitulada de *O novo regime fiscal e suas implicações para a Política de Assistência Social no Brasil* (PAIVA et al., 2016), e analisada por Couri e Salvador(2017) já apontam impactos negativos:

[...] em 20 anos a política de assistência social contaria com menos da metade dos recursos que seriam necessários para garantir a manutenção das ofertas nos padrões atuais, implicando em uma queda de 1,26% do PIB [Produto Interno Bruto] para 0,70% do PIB, em 2036, no seu orçamento. [...] as perdas para o financiamento da política de assistência social totalizarão R\$ 868 bilhões, no período de vigência do NRF. (COURI; SALVADOR, 2017, p.94).

Essa Emenda Constitucional “foi acompanhada da EC [Emenda Constitucional] 93, que ampliou a punção de recursos pela DRU, de 20% para 30%, prorrogando-a para 2023 e estendendo-a para Estados e Municípios” (BEHRING, 2018, p.204).

Diante disso, os direitos materializados em serviços, antes públicos, passam a ser assumidos pelo mercado, ou mesmo ainda quando públicos, focalizados, restritivos, e seletivos pelo terceiro setor.

Mesmo assim, é importante mencionar também os movimentos de resistência nesse período, conforme destaca Iamamoto (2018), visto que em 2017 ocorrem a segunda <sup>23</sup>e a terceira greve geral desde a ditadura militar de 1964 denunciando as contrarreformas trabalhista e previdenciária, ambas mencionadas no capítulo anterior. Vale apontar que esses movimentos da esquerda foram acompanhados de empenhos ferrenhos das forças do bloco dominante com forte apoio da mídia para a sua satanização.

As crises econômica, política, o aumento da desigualdade e o empenho de desarticulação da esquerda supramencionados, configuram um cenário de radical reacionarismo, reforçando à violência e perseguições às minorias, por meio de discursos excludentes, homofóbicos, racistas e xenofóbicos, demonizadores da ciência, do Estado, da Universidade pública, e sem dúvida, dos direitos dos trabalhadores que corroborado por *fake news* das forças de esquerda, culminam na eleição de Jair Bolsonaro, que anuncia a retomada sem freios, do projeto neoliberal radical.

Diante do exposto, no próximo capítulo, apresentar-se-ão as particularidades das mudanças do mundo do trabalho, assim como da contrarreforma do Estado, no trabalho dos(as) Assistentes Sociais.

---

<sup>23</sup> A primeira greve geral no Brasil aconteceu em 1989.

#### 4. O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: A OUSADIA DE SONHAR E LUTAR NUM CONTEXTO DE DESAFIOS

Pensar o trabalho como eixo analítico do Serviço Social remete ao processo histórico de redimensionamento crítico da profissão na América Latina, cujas origens remontam “ao movimento de reconceituação, que foi superado no processo coletivo de reflexão profissional operado no Brasil no trânsito para a década de 80 [...]” (IAMAMOTO, 2015a, p.211).

Essa superação se deu em relação às fragilidades no que diz respeito a uma “[...] aproximação superficial e equivocada do marxismo [...]” (CLOSS, 2017, p.189), reflexo do período pós ditatorial vivenciado no Brasil, seguindo, contudo, o compromisso com a classe trabalhadora com a qual houve ampla aproximação em um processo de fortalecimento das lutas sociais.

Nesse processo, a categoria trabalho se irradia da interlocução entre o Serviço Social com o pensamento marxista tanto no que diz respeito à compreensão da questão social (CLOSS, 2017), quanto em considerar “[...] o Serviço Social como uma *especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais*” (IAMAMOTO, 2015b, p.83-84, grifos da autora), contribuições essas incorporadas aos debates em torno da revisão curricular de 1996.

A revisão curricular de 1996 passa a incorporar pressupostos norteadores afetos à compreensão da questão social como âmbito interventivo do Serviço Social, sendo ainda esta compreendida como seu fundamento, e que suas metamorfoses repercutem no mercado de trabalho profissional, assim como determinam os processos de trabalho nos quais se inserem os(as) Assistentes Sociais. (ABEPSS, 2016).

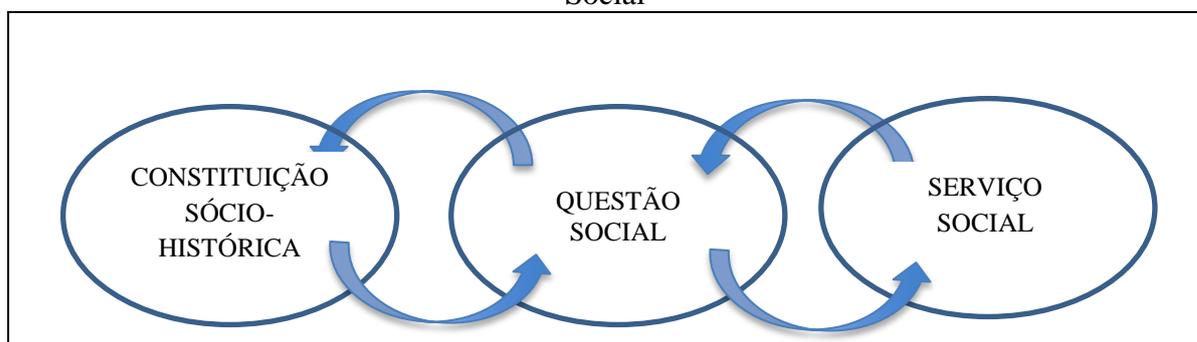
A partir, então, da compreensão da questão social como base fundante da constituição do Serviço Social na sociedade e da sua centralidade na formação profissional, Iamamoto (2015b) traz que: o Serviço Social é uma profissão determinada social e historicamente na sociedade brasileira, ou seja, partiu de uma necessidade social e se constituiu como uma especialização do trabalho coletivo; o Serviço Social é fruto das construções e das vivências dos sujeitos, seres sociais, que, na história também constroem a cultura da profissão, sendo necessário, para a análise da profissão, a abordagem dos modos de *atuar* e de *pensar* desses sujeitos (IAMAMOTO, 2015b).

A autora pontua ainda que

[...] o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. [E] nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura –com o foco privilegiado na questão social –, não são apenas o pano de fundo que emolduram o exercício profissional; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. (IAMAMOTO, 2015b, p.55).

Dessa forma compreende-se, a relação dialética entre configuração sócio-histórica, questão social e Serviço Social, tal como elucidada na Figura 2, a seguir:

**FIGURA 2** - A relação dialética entre a constituição sócio-histórica, questão social e Serviço Social



Fonte: Construído pela autora a partir de Iamamoto (2015b), 2019.

Diante disso pode-se afirmar que a análise sobre o trabalho dos(as) Assistentes Sociais não se faz de forma descolada da realidade, uma vez que é a contradição que nela se conforma a partir da questão social, no bojo da luta de classes, que surge a necessidade social de sua intervenção. A análise ainda não se faz distante dos sujeitos que “acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua ‘prática’ e contribuem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita” (IAMAMOTO, 2015b, p.58), pois profissão e profissionais não são endógenos e imunes às incidências da conformação sócio-histórica da sociedade.

Ainda em se tratando da questão social, sua insistência está “[...] em que ela conforma a matéria-prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho, partícipe de um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 2015b, p.59).

Em outras palavras:

[...] não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do(a) Assistente Social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2015a, p.429).

A partir desse entendimento, difere-se prática e trabalho, uma vez que se remete à concepção marxiana sobre processo de trabalho que, conforme Marx (2017) é constituído pelos seguintes momentos simples: atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; seu objeto; e seus meios. Essa concepção situa, na conjugação de Yamamoto (2015b) a prática como trabalho e atividade fim do sujeito, como se o objeto lhe pertencesse, assim como os meios, e fosse apenas por ele realizado, independentemente da combinação com demais trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho.

A compreensão de trabalho do(a) Assistente Social identifica a questão social como objeto de trabalho profissional, pois são suas expressões que, desde a gênese<sup>24</sup> da profissão, requerem intervenção. Também, em relação aos meios, podem-se citar as bases teórico-metodológicas, o conhecimento adquirido no processo formativo profissional, entendendo que os(as) Assistentes Sociais não detêm todos os meios necessários para a realização do trabalho, tais como: financeiros, técnicos e humanos. Além disso, que o profissional é parte de um trabalhador coletivo, ou seja, produz a riqueza<sup>25</sup> em conjunto com outros profissionais (IAMAMOTO, 2015b).

Partindo dessa análise, as instituições organizam os processos de trabalho em que se inserem os(as) Assistentes Sociais, ou seja, não existe um processo de trabalho específico do(a) Assistente Social. Sendo o Assistente Social o detentor, enquanto trabalhador, de uma força de trabalho especializada, entende-se que “ela só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive aos meios e objetos de trabalho” (IAMAMOTO, 2015b, p.64).

Tal elucidação remete à condição de trabalhador assalariado do(a) Assistente Social que “depende de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada em troca de um salário, com instituições que demandam ou requisitam o trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2015b, p.64).

Isso implica entender que “o *significado social do trabalho profissional do(a) Assistente Social* depende das [e diferencia-se nas] relações que estabelece com os *sujeitos*

---

<sup>24</sup> Destaca-se que na gênese da profissão a intervenção do(a) Assistente Social/trabalhador social se dava em uma perspectiva conservadora, repressiva-moralista, ainda presente em algumas tendências da profissão na contemporaneidade, porém, não mais de forma hegemônica, ainda que exponenciada pela conjuntura posta. Analisar crítica e historicamente a profissão no movimento da realidade social brasileira é uma das dimensões dos fundamentos (CLOSS, 2017), e reafirma sua inscrição na história do país.

<sup>25</sup> Isso porque o Assistente Social não produz diretamente riqueza-valor e mais-valia, por exemplo, mas sua inserção em processos de trabalho no campo de uma empresa, incide na criação de condições necessárias para o crescimento do capital, ou, caso contrário, não seria contratado (CLOSS, 2017; IAMAMOTO, 2015b).

*sociais que o contratam*, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2015a, p.215), pois diz respeito a uma relação de classe.

Dessa forma, as relações sociais que se conformam à condição de trabalhador assalariado são diferentes e incidem diretamente na materialização do trabalho uma vez que o impregna de “[...] *dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores* [...]” (IAMAMOTO, 2015a, p.215), pois “os dilemas da alienação<sup>26</sup> são indissociáveis do trabalho assalariado e incidem no exercício profissional do(a) Assistente Social de diferentes modos” (RAICHELIS, 2011, p.427).

Além dos dilemas da alienação, a “relação tensa e contraditória entre projeto profissional e trabalho assalariado, entre lutas e resistência e imposições do poder institucional, [...] impõem limites cada vez mais estreitos à relativa autonomia profissional [...]” (RAICHELIS, 2018, p.29).

Isso porque, o(a) Assistente Social dispõe de uma relativa autonomia, a qual depende da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário, dando-se, portanto, de forma distinta tendo em vista as particularidades de cada espaço ocupacional. Em outras palavras, é dependente das organizações em que se inserem, pois são elas que “fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional” (IAMAMOTO, 2015b, p.63).

Dessa forma, o trabalho do(a) Assistente Social na contemporaneidade

[...] implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social. (RAICHELIS, 2011, p.423)

Considerando o exposto e que a análise do trabalho não se faz distante dos sujeitos que também constituem a profissão, os profissionais das Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> região que participaram dos grupos focais foram questionados sobre como caracterizam seu trabalho. Tais concepções foram divididas em três subcategorias de análise, quais sejam: a) caracterização do trabalho do Assistente Social; b) precarizações do trabalho; e, c) projeto

---

<sup>26</sup> O trabalho “ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital promove a exploração e alienação do trabalhador - o trabalho assalariado, portanto, **desumaniza o trabalhador**” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.81, grifo nosso),

ético-político profissional, conforme Figura 3, que serão explicitados no decorrer deste capítulo.

**FIGURA 3** - Concepções de trabalho d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região



Fonte: Construído pela autora a partir dos Grupos Focais realizados nas Seccionais do CRESS 10ª Região, 2020.

Primeiramente, é válido dizer que houve semelhança entre ambas as Seccionais acerca da concepção de trabalho, inclusive, demonstrando algumas dificuldades em relação à caracterização de seu próprio trabalho.

Acerca da caracterização do trabalho d(a)s Assistentes Sociais, cabe mencionar que, os(as) participantes da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho dos(as) Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, que responderam ao questionário, evidenciaram que a maior inserção profissional se dá no setor público, seja a nível municipal, estadual ou federal, em ambas as Seccionais pesquisadas, totalizando mais de 60% das inserções sócio-ocupacionais, conforme é possível verificar na Tabela 4 a seguir:

**TABELA 4** - Natureza das instituições em que trabalham os(as) Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

(continua)

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
Nenhum	7	4,67%	8	4,02%
Setor público municipal	63	42%	104	52,26%
Setor público estadual	9	6%	10	5,03%
Setor público federal	24	16%	10	5,03%
ONGs	15	10%	34	17,09%
Empresa privada	16	10,67%	11	5,53%
OSCIP	4	2,67%	10	5,03%

(continuação)

Organização social	0	0%	1	0,50%
Fundação	1	0,67%	5	2,51%
Autônomo	3	2%	0	0%
Voluntário	0	0%	0	0%
Sindicato/Associação/Movimento Social e/ou popular	3	2%	2	1,01%
Outro	5	3,33%	4	2,01%
Total	150	100%	199	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Além disso, a Tabela 4 demonstra que a inserção de Assistentes Sociais no Setor Público são 64% em Pelotas, das quais em níveis municipal e estadual somam 58%, e em Caxias do Sul, do total de 62%, a maioria é municipal, 52,2%. Assim sendo, no âmbito estatal, a inserção se dá, em percentual maior em relação aos demais, tendo em vista que o Estado, no capitalismo monopolista, “reconhece a funcionalidade do Serviço Social no espectro da divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa madura, como uma das respostas para fazer frente às expressões da “questão social” tipificadas nas políticas sociais”. (RAICHELIS, 2018, p.28).

Nesse sentido, ainda que o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissional liberal no Brasil, somente na Seccional de Pelotas (2%), a profissão é exercida como autônomo. Isso porque, os(as) Assistentes Sociais “exercem seu trabalho majoritariamente como assalariado nas instituições públicas ou privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais” (RAICHELIS, 2018, p.30).

Neste viés, destaca-se a inserção, em relação às ONGs, Empresas Privadas e Oscips, de 24,6% de Assistentes Sociais de Pelotas, e 32,5% e Caxias do Sul. Chama-se a atenção a estes dados devido ao avanço da precarização das políticas sociais no Brasil, a sua operacionalização passa a ser também responsabilidade da sociedade civil, por intermédio do Terceiro Setor, cujo resultante é “[...] um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro[...]” (IAMAMOTO, 2015).

Das inserções no âmbito das políticas sociais, as de seguridade social, ou seja, de saúde, de previdência e de assistência social são as de maior predominância, 78% em Pelotas e 83% em Caxias do Sul. A política de Assistência Social, dentro do tripé representa a maioria das inserções, 58,79%, dado que se relaciona diretamente com o avanço da implementação do

SUAS no país conforme abordado no capítulo anterior. Já a inserção na política de saúde, apresenta uma diferença de 22% das inserções. A política de Previdência Social é pouco significativa nas Seccionais estudadas, representando, em ambas, apenas 9% das inserções, de acordo com o disposto na Tabela 5, a seguir:

**TABELA 5** - Política Social predominante enquanto espaço sócio ocupacional d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
Assistência Social	65	43,33%	117	58,79%
Previdência Social	9	6,00%	6	3,02%
Saúde	44	29,33%	44	22,11%
Outro	32	21,33%	32	16,08%
Total	150	100%	199	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Dos dados apresentados na Tabela 5, verifica-se que a inserção no âmbito das políticas sociais, conforme já mencionado no Capítulo 3, advém da tarefa de implementação da proteção social no país após 1988, havendo um afastamento do trabalho de Assistentes Sociais dos Sindicatos, Associações, e Movimentos Sociais e/ou populares (3% em Pelotas e 2% em Caxias do Sul), que anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, foram espaços de inserção e articulação tanto com a formação quanto com o trabalho d(a)s Assistentes Sociais, conforme Marro (2011) e Duriguetto (2014) e que, conforme dados do perfilamento de Assistentes Sociais de 2005, já apontavam para um espaço de inserção com perda de terreno.

Portanto, e tendo em vista as políticas sociais, no setor público, como espaço de maior inserção sócio-ocupacional d(a)s Assistentes Sociais, quando questionados sobre os desafios/dificuldades relacionados ao exercício profissional, e considerando o movimento de precarização desses espaços, acrescenta-se a seguinte exposição, a qual é sintetizada, na Figura 4.

*[...] o capital está presente, a gente vive num modelo capitalista. Então, por ser esse modelo, não é um estado de bem estar social, então não tem cem por cento de investimento em política pública. Sempre vai ter um corte, e aí a desigualdade aumentando cada vez mais, e ao mesmo tempo estão as expressões da questão social elas batem na porta de todos que fazem parte dessa sociedade e ao mesmo tempo a gente tem que estar atendendo o usuário pensando em serviços assim pra garantir na verdade um mínimo né, quando a gente deveria ter um Estado que*

*garantissem na verdade o que é direito de todos né, na sua plenitude. [...]Então, é um movimento, assim, bem difícil, que a gente vem vivendo na atual conjuntura, desde o espaço federal no cenário político. Tem o congelamento dos gastos aí por vinte anos. Então, o cenário não é nada favorável, a tendência é que as coisas piorem, que a desigualdade social aumente, que as expressões da questão social elas entrem como uma avalanche. (Assistente Social X)*

**FIGURA 4-** Síntese sobre os desafios do exercício profissional vivenciados pelos(as) Assistentes Sociais vinculados(as) às Seccionais do CRESS 10ª Região



Fonte: Construído pela autora a partir da realização de Grupos Focais nas Seccionais do CRESS 10ª Região, 2020.

Desvendar, assim, essas relações, possibilita construir estratégias que respondam aos desafios e aos dilemas que são produzidos e reproduzidos na sociedade não somente nos muros da própria profissão, mas enquanto parte da classe de trabalhadores. Portanto, “problematizar o trabalho do(a) Assistente Social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados” (RAICHELIS, 2011, p.425-426), superando, assim, mais uma vez a noção de prática profissional, pois o ser que trabalha não é um ser isolado e nem o faz isoladamente, tendo em vista que o trabalho é uma atividade social, e, portanto, coletiva.

Nesse sentido, em relação à intensificação da precarização que a classe vivencia no contexto contemporâneo, por meio da “não estabilidade dos vínculos empregatícios, níveis salariais baixos, carga horária excessiva, infraestrutura não disponível para a realização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, aposentadoria.” (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p.3), torna-se imprescindível adentrar analiticamente em seu significado tanto para a profissão quanto para a classe trabalhadora.

Nessa via, os profissionais concebem o trabalho como desafiador, adoecedor, desgastante e triste diante do quadro de precarização das políticas sociais, cujos recursos alocados para a sua materialização são insuficientes, levando a cortes nas equipes de trabalho e ao não atendimento do excesso de demandas, aumentando assim, a sobrecarga de trabalho ao mesmo tempo em que se cobra por produtividade. Portanto, se reconhece o trabalho do Assistente Social como paliativo.

Diante disso, a Tabela 6 explicita os tipos de vínculos d(a)s Assistentes Sociais adstritos às Seccionais do CRESS 10ª Região:

**TABELA 6** - Tipo de vínculo d(a)s Assistentes Sociais adstritos Seccionais do CRESS 10ª Região

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
Nenhum	9	6,00%	8	4,02%
Autônomo	4	2,67%	5	2,51%
Cargo comissionado	4	2,67%	4	2,01%
Celetista (CLT)	37	24,67%	59	29,65%
Contrato temporário	9	6,00%	10	5,03%
Cooperativado	0	0%	0	0%
Estatutário	74	49,33%	102	51,26%
Prestação de Serviço	4	2,67%	6	3,02%
Terceirizado	1	0,67%	1	0,50%
Trabalhador intermitente	1	0,67%	2	1,01%
Outro	7	4,67%	2	1,01%
Total	150	100%	199	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Conforme disposto na Tabela 6, é possível identificar que em Caxias do Sul, o vínculo estatutário (51,26%) se dá em porcentagem maior aos demais vínculos, dos quais os mais precários (sem vínculo, temporário, terceirizados) totalizam 9,5%. Já em Pelotas, o vínculo estatutário (49,33%) e celetista (24,67%) somam 73,9%, e os vínculos de trabalho mais precários, somam 10% das inserções.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o vínculo estatutário é o maior em Caxias do Sul, mas em Pelotas este está sendo substituído pelas demais modalidades de contratação, demonstrando, assim, uma melhor condição de emprego no município de Caxias, evidenciando que a precariedade dos vínculos vêm impactando o conjunto dos trabalhadores, e não de forma diferente, os(as) Assistentes Sociais.

É sabido também que o vínculo celetista também não supõe o acesso ao conjunto de direitos, ainda que com algumas garantias, tendo em vista que a partir de 2017 foi aprovada a reforma trabalhista, como uma tendência ao ocorrido em 110 países entre 2008 a 2014 (ADASCALITEI; MORANO, 2016).

Essa reforma altera a CLT e torna facultativa a contribuição com o sindicato, tornando-o mais enfraquecido diante do quadro de precarizações vivenciado, inclusive, reduzindo a sua intervenção; o individual prevalece sobre o coletivo, possibilitando arbitragens, assédios, dentre outros; regulamenta-se o teletrabalho; institui o trabalho intermitente; e, prevê quanto à possibilidade de terceirização de quaisquer atividades, inclusive da atividade principal da empresa.

Ainda sobre a terceirização, ainda em 2017, foi aprovada a Lei 13.429/2017 que dispõe sobre o trabalho temporário e regulamenta a terceirização das atividades meio e das atividades fim no Brasil, que, conforme Raichelis (2018) tende a se ampliar e se diversificar enormemente para todas as atividades laborais, e sendo associada à flexibilização das jornadas de trabalho, dos vínculos e à privatização dos serviços públicos, tem sido responsável pela implosão do estatuto do funcionalismo público.

Sobre o trabalho temporário, é válido referir que tem sido requisitado como aplicação do que se entende enquanto “gestão do trabalho” nos serviços públicos, visto que estes não estão sendo mais realizados somente pelo servidor público. Desta forma, estes trabalhadores acabam sendo contratados sem os mesmos direitos do funcionalismo público, expostos à maiores inseguranças, o que acaba, conforme Raichelis (2018), por instituir hierarquias entre os próprios trabalhadores em um mesmo espaço sócio-ocupacional.

Nesse sentido, a Tabela 7 apresenta as dificuldades e desafios para o exercício de seu trabalho identificadas pelos profissionais:

**TABELA 7** - Dificuldades e desafios identificados no exercício profissional d(a)s Assistentes Sociais adstritos à Seccional do CRESS 10ª Região

(continua)

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
Insegurança do emprego	27	18,00%	46	23,62%
Precárias formas de contratação	20	13,33%	32	16,08%
Intensificação do trabalho	54	36,00%	89	44,72%
Aviltamento dos salários	40	26,67%	42	21,11%
Ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo	38	25,33%	44	22,11%

(continuação)

Falta de perspectivas de progressão na carreira	42	28,00%	62	31,16%
Falta de perspectiva de ascensão na carreira	34	22,67%	46	23,12%
Total	150	-	199	-

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Conforme pode-se constatar, a intensificação do trabalho é considerada uma dificuldade/desafio vivenciada em maior porcentagem tanto pelos profissionais da região de Pelotas (36,00%), quanto em Caxias do Sul (44,72%). Além disso, e relacionando a natureza dos vínculos supramencionados na Tabela 6, as precárias formas de contratação também foram identificadas, porém com uma porcentagem pequena em relação às demais dificuldades/desafios. Isso permite-nos questionar se os profissionais possuem clareza da precarização de seus vínculos, ou, se ainda não sentiram os efeitos das reformas trabalhistas promulgadas.

Pode-se inferir, que as dificuldades/desafios referentes à ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, à falta de perspectivas de progressão na carreira, e à falta de perspectivas de ascensão na carreira, também estão relacionados aos vínculos e à precarização do trabalho, representando 76% em Pelotas e 76,39% em Caxias do Sul.

No que tange à insegurança no emprego, cabe a vivência da “precariedade subjetiva” (LINHART, 2014 apud RAICHELIS, 2018), que desencadeia o sentimento de desproteção de uma perda repentina do emprego, se considerarmos o aumento do desemprego após a crise desencadeada em 2008, conforme capítulos anteriores.

Por fim, o aviltamento dos salários, referidos pelos profissionais da Seccional de Pelotas (26,67%) e de Caxias do Sul (21,11%). Nesse sentido, cabe especificar o perfil salarial de ambas as Seccionais, disposto na Tabela 8, a seguir:

**TABELA 8** - Renda aproximada d(a)s Assistentes Sociais adstritos às Seccionais do CRESS 10ª Região

(continua)

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
Nenhum	8	5,33%	10	5,03%
Até R\$ 1.000,00	9	6,00%	4	2,01%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	23	15,33%	12	6,03%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	39	26,00%	42	21,11%

(continuação)

De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	19	12,67%	44	22,11%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	20	13,33%	32	16,08%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	9	6,00%	31	15,58%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	14	9,33%	10	5,03%
De R\$ 9.00a,00 a R\$ 11.000,00	4	2,67%	6	3,02%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	4	2,67%	3	1,51%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	1	0,67%	4	2,01%
Mais de R\$ 15.001,00	0	0%	1	0,50%
Total	150	100%	199	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Conforme é possível analisar, 26% de Assistentes Sociais percebem menos que R\$2.000,00 em Pelotas e 13 % e em Caxias do Sul. Mais de R\$4.000,00 são percebidos por 34% de Assistentes Sociais em Pelotas e 43,3% em Caxias do Sul. Destes, entre 5 e 9 mil reais, 15,3% em Pelotas e 25,5% em Caxias e mais de 9 mil reais, 9% em Pelotas e 11% em Caxias, permitindo identificar que Pelotas mantém a maior concentração de renda.

Neste quesito, é válido pontuar que o salário dos(as) Assistentes Sociais na Região Sul, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/ Central Única dos Trabalhadores (DIEESE/CUT) (2015), de 2004 a 2013, teve um aumento de 3,6% (R\$ 2.169,29 a R\$ 2.248,17, respectivamente), e era maior se comparado ao salário geral do mercado de trabalho brasileiro: R\$1.083,29, em 2004, e R\$1.624,74, em 2013. No ano de 2013, por exemplo, os dados do PNAD(2019), referente ao rendimento médio mensal real da população residente no Brasil com rendimento, a média mensal de renda proveniente do trabalho era de R\$2.285, ao que podemos verificar que em relação ao salário geral de Assistentes Sociais no mercado de trabalho brasileiro era menor, representando -28%. No entanto, se comparado com o salário na Região Sul, a representação era menor, apenas -1,61%.

Já em relação ao rendimento médio mensal real da população residente no Brasil com rendimento em 2019, a média mensal de renda proveniente do trabalho foi de R\$ 2.308. Nesse sentido, e diante dos dados apontados na pesquisa, verifica-se que o salário diminuiu em alguns setores, mas a média salarial das regiões analisadas demonstram que o percentual salarial progrediu e é maior que a média da totalidade de trabalhadores no Brasil.

Destarte, a questão do aviltamento dos salários foi mencionada nos grupos focais de ambas as seccionais, sobre

*[...]uma perda muito grande em função que baixou nossos salários como Assistente Social (Assistente Social 22)*

Além disso, que profissionais estavam sendo afastadas do trabalho como estratégia de redução salarial e conseqüentemente, redução de custos para os empregadores, tendo em vista que

*[...]gente ainda tem escutado em várias entidades dizendo quanto sai caro manter uma Assistente Social (Assistente Social 15)*

Em síntese, conforme Figura 5, é possível inferir que há uma tendência de intensificação da precarização do trabalho d(a)s Assistentes Sociais brasileiro(a)s. Essa tendência está relacionada à superexploração do trabalho enquanto característica estrutural do capitalismo no Brasil, associada tanto ao contexto de crise política e econômica que escancara as portas para a intensificação da flexibilização do trabalho e precarização das políticas sociais, quanto com as características inerentes à gênese da profissão, ainda em disputa com a profissionalização da profissão, em detrimento do voluntarismo e da caridade, que o desqualifica em quanto tal, e que se contrapõe ao movimento de ruptura com o conservadorismo que, entre outros, mobilizou esforços teóricos e políticos para conferir legitimidade social à sua intervenção.

**FIGURA 5-** Tendência de precarização do trabalho d(a)s Assistentes Sociais



Sobretudo, pode-se afirmar que a violação dos direitos dos(as) Assistentes Sociais não são apenas dos(as) Assistentes Sociais, mas sim violação dos direitos dos trabalhadores como um todo. Essa problematização requer, para Raichelis (2011, p.427),

[...] a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os(as) Assistentes Sociais estão inseridos.

Aqui cabe mencionar a comumente indignação dos(as) Assistentes Sociais frente à exploração, violação de direitos, desgaste a que são submetidos os trabalhadores, porém, em uma relação de exterioridade, como se não fossem trabalhadores, ou não fizessem parte da classe trabalhadora (RAICHELIS, 2011). Identifica-se aqui não só a desarticulação do trabalho que realizam com os fundamentos, mas na própria leitura de si mesmos na sociedade do trabalho “livre”, qual seja o reconhecimento de classe, apontado nos grupos focais como desafio/dificuldade do exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Em relação à articulação do trabalho com os fundamentos do Serviço Social, foi possível identificar que além do referencial da teoria social marxista/método dialético-crítico, outros referenciais são utilizados, conforme Tabela 9, a seguir:

**TABELA 9-** Referenciais utilizados para o trabalho e as competências profissionais pelos(as) Assistentes Sociais nas Seccionais do CRESS 10 Região

Referenciais utilizados para fundamentar o trabalho e as competências profissionais	Pelotas		Caxias	
	N	%	N	%
Referenciais pós-modernos	39	26,00%	21	10,55%
Referenciais positivistas/funcionalistas	26	17,33%	19	9,55%
Referenciais fenomenológicos/existencialistas	22	14,67%	19	9,55%
Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos	51	34,00%	41	20,60%
Teoria social marxista/método dialético-crítico	82	54,67%	156	78,39%
Outro	13	8,67%	8	4,02%
Total	150	-	199	-

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Em relação aos referenciais teóricos utilizados no trabalho, a Tabela 9 permite visualizar que em Pelotas, os demais referenciais, diferentes do marxista, se somados, chegam a 93%, com destaque para os clínicos (36%) e pós-modernos (26%), ou seja, o

conjunto ultrapassa o uso do referencial marxista (54,6%), diferente de Caxias do Sul, onde o referencial marxista é informado por 78,3% dos respondentes, e outros referenciais somam 51%, com destaque para os referenciais clínicos e terapêuticos que somam sozinhos 20,6%. Somados os dados das duas Seccionais, os referenciais clínicos aparecem em 62% das expressões.

Nesse sentido, além de retornar ao legado conservador de sua origem, de raiz positivista e funcionalista, rompido com o movimento de reconceituação da profissão conforme Raichelis (2018), ainda, no caso do referencial positivista, dialoga o trabalho com referenciais tendenciam a “ [...] naturalização das manifestações da questão social no quadro atual de crise capitalista, apreendidas como expressões fragmentadas e supostamente possíveis de serem superadas a partir de uma gestão eficiente do social (PAGAZA, 2009 apud CLOSS, 2015, p.43),

Não obstante, os referenciais pós-modernos, trazem “o possível desenvolvimento de uma “vertente neoconservadora, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna”, a qual se direciona para a retomada de práticas tradicionais, através de um discurso legitimador de natureza “cultural”, estimulando ações focais.” (CLOSS, 2015, p. 44).

Sobre os referenciais clínicos/terapêuticos, o próprio Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), possui um posicionamento que “atribui às práticas terapêuticas no Serviço Social brasileiro uma natureza conservadora”.

Nesse sentido, observa-se que os referenciais identificados são utilizados em ambas as Seccionais, e que ambos não dialogam com o projeto de sociedade que se almeja construir a partir do que está expresso no projeto ético-político da profissão.

Dessa forma, pode-se atribuir a utilização de tais referenciais com a não apreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social, que pode advir da própria formação, quanto da dificuldade de mediar o trabalho com a teoria social marxista, como é verbalizado em dos grupos focais da seguinte forma:

*[...] eu tenho que buscar muito conteúdo que não é do serviço social para dar conta da demanda. Tenho, admito, muita dificuldade de estar mediando a teoria marxista com os casos de família que eu atendo.[...]gostaria muito de buscar subsídio no Serviço Social, mas muitas vezes eu não encontro e eu não posso fazer algo baseada no senso comum, então eu tenho que buscar em outras áreas de conhecimento.(Assistente Social 23)*

O(A) profissional atribui esta dificuldade como um tabu na profissão, “que a gente não consegue discutir” e portanto, o caracteriza enquanto um desafio.

Soma-se ao exposto, que a utilização de referenciais que se distanciam do projeto de sociedade que a profissão defende, pode estar associado à leitura de sociedade que estes profissionais têm, distante daquele conformado por classes e interesses antagônicos, e cujas relações de expropriação se expressam nas mais diversas desigualdades. Essa leitura de sociedade consubstanciada pela utilização de outros referenciais tende a repercutir na própria compreensão do profissional enquanto trabalhador assalariado, ou seja, desvinculando-o de uma classe, e conseqüentemente de sua organização.

Remete-se aqui à categoria alienação, “[...] processo mediante o qual o sujeito e objeto se separam, se tornam alheios, estranhos. No MPC [Modo de Produção Capitalista], a alienação remete à separação entre o produtor e seu produto, assim como a alienação da atividade mesma da produção”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.102).

Ainda é, conforme Iasi (2003), um estágio, por assim dizer, que é a forma de manifestação inicial da consciência, o qual “[...] será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação” (IASI, 2011, p.20), sendo, também e principalmente, prática, aparecendo em todos os domínios da vida prática (LEFEBVRE, 1963).

Não de forma diferente ao que ocorre com a classe trabalhadora como um todo, Iamamoto (2015) ainda traz uma importante questão acerca da consideração da análise da profissão ao seu processamento no âmbito dos processos e relações de trabalho (sociais) em detrimento de uma consideração unilateral, no viés da prática. Isso porque “[...] a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o Assistente Social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2015, p.219).

Portanto, reitera-se a importância da apreensão acerca das transformações no mundo do trabalho elencadas no capítulo 2, e sua articulação ao trabalho dos(as) Assistentes Sociais, permitindo, assim, a compreensão, análise e crítica sobre o seu significado social, desafios e possibilidades de resistência, como anteriormente já abordado, uma vez que isso requer, mais uma vez situar a profissão como inscrita histórica e socialmente.

Também e nesse sentido, ressalta-se a importante articulação da análise do trabalho aos fundamentos, pois uma vez não apreendidos e somando-se à precarização do trabalho, amplia-se o trabalho alienado, reduzindo a potencialidade da relativa autonomia no horizonte ético-político profissional de um projeto societário emancipatório.

Nesse sentido, quando questionados acerca da concepção de trabalho nos grupos focais, a concepção de trabalho também foi relacionada ao acesso, garantia e enfrentamentos

no que tange ao compromisso com os direitos dos usuários bem como na luta por melhores condições para a realização de seu próprio trabalho. Ainda, é concebido como um trabalho que traz a necessidade do aprimoramento intelectual, no sentido de subsidiar proposições, ao mesmo tempo em que se concebe como contraditório, dialogando com Netto (2009) sobre a dimensão política do PEP, qual seja o posicionamento pela equidade, justiça social, universalização, ampliação e consolidação da cidadania, democratização, aperfeiçoamento profissional e compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Ao mesmo tempo, relacionar o trabalho com o projeto ético-político neste horizonte foi mencionado durante os grupos focais nas duas Seccionais como um desafio. O desafio está intimamente relacionado com as condições de trabalho precárias, inseguras, intensificadas, com aumento da quantidade de demandas e imposições dos gestores. Destaca-se que os vínculos de trabalho foram mencionados como associados às diferentes formas como o PEP é defendido, ou seja,

*[...] se tu tá no serviço público e tu já é estável tu consegue comprar algumas brigas e se manter no trabalho e não ser demitido [...], o que é diferente para as colegas que estão as vezes numa instituição não governamental (Assistente Social 10)*

Já o outro desafio está relacionado à própria categoria, uma vez que se mencionou a dificuldade de articulação para a defesa de princípios no próprio local de trabalho.

Contudo, ainda que com a menção às dificuldades de relação do PEP com o trabalho, os dois grupos coincidiram em relatar situações vivenciadas no trabalho, no objetivo de demonstrar a relação com o referido projeto.

Os dois grupos evidenciaram diretrizes e princípios atendidos no sentido de viabilizar direitos, prestar um atendimento com qualidade e emancipatório, com prioridade aos usuários, relacionando-se diretamente com o já exposto por Netto (2009) acerca da dimensão política do PEP.

Entretanto, uma das seccionais evidenciou também nos grupos focais, exposições desnecessárias sobre situações atendidas, com denotações preconceituosas e punitivas, relacionando-se diretamente a um outro desafio/dificuldade mencionada por uma participante: a divergência de posicionamentos na categoria.

Aqui vale frisar que a história do PEP, conforme Netto (2009) é muito recente, cuja construção viabilizou a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional. Entretanto, considerando os traços de conservadorismo na história do Brasil, e também da profissão, e ainda, o movimento não linear da história, ou seja, que a recusa e a crítica foram uma intenção

de ruptura com o conservadorismo, ele ainda permeia a profissão, e disputa, cotidianamente<sup>27</sup> não só o projeto profissional, mas também o projeto de sociedade.

Com isso, outro aspecto importante a ser analisado é a revelação também da dificuldade de identificar no seu trabalho a relação com o PEP, evidenciada por silêncios e por relatos negativos relacionados ao trabalho de outros colegas. Nesse sentido, inclusive, um(a) entrevistado(a) questionou

*[...] aonde está realmente o projeto daquilo que tu quer alcançar? Como é verificado?(Assistente Social 24)*

Assim, e na sequência, ao fazer referência a situações de denúncia, possibilita inferir que o PEP esteja também relacionado à quebra de princípios éticos profissionais.

Ainda, mesmo em meio aos desafios já mencionados e a disputa de projetos na própria categoria, reconhece-se o quanto o PEP é necessário, seja enquanto horizonte, ou enquanto um remo, tendo em vista que

*[...]tem que viver remando contra a maré, mas bem agarrada no remo porque senão a gente cai do bote (Assistente Social 25)*

Ao relacionar o PEP a um remo, quando se trata de remar contra a maré, em meio aos desafios do trabalho no cotidiano, a entrevistada demonstra a segurança que o PEP lhe dá nas lutas e enfrentamentos, de forma a orientar o rumo/direção das suas ações profissionais.

Essa concepção se contrapõe ao exposto sobre o PEP ser o que “[...] fica guardado na gaveta (Assistente Social 19)”, uma vez que esta referência permite inferir que só é acionado quando necessário.

Entretanto, o projeto ético-político deve ser transversal ao trabalho do Assistente Social em consonância com o projeto de sociedade que se objetiva construir, tal como se evidencia em um momento posterior por uma das entrevistadas sobre o PEP, referindo que

*[...] tá em tudo que a gente faz desde o atendimento individual, a visita, até quando a gente não julga a família, quando a gente faz esse processo reflexivo para não prejudicar os usuários, as famílias, eu acho que tá intrínseco a tudo isso. (Assistente Social 18)*

---

<sup>27</sup> Vale mencionar que o contexto de crise política e econômica que o Brasil, no contexto mundial, vem vivenciando nos últimos anos tem possibilitado ao setor conservador da sociedade uma maior autorização aos seus posicionamentos, preconceitos e arbítrios. No Brasil a maior evidência se dá a partir do impeachment de Dilma e a presidência ser assumida por Michel Temer, dando continuidade na eleição de Jair Bolsonaro. Na profissão, um forte movimento conservador vem se articulando através das mídias sociais e encontros, questionando a direção assumida e construída historicamente pela profissão.

Por outro lado, mesmo que considerado necessário, “*avançado*” e também “*adequado para a realidade*” também o é como “*radical*”, e impossível de ser concretizado agora. Nesse sentido, o remo nos direciona ao destino almejado, a partir de remadas teleologicamente projetadas. Contudo, não chegaremos na primeira remada, mas nas remadas do cotidiano, e, parafraseando Iamamoto, construímos o futuro no presente, em contraponto ao que sugeriu a entrevistada.

Isso porque o Assistente Social, por meio do seu trabalho, inscrito em processos de trabalho, interfere tanto no processo de reprodução da força de trabalho quanto da reprodução social, uma vez que por meio de suas ações repercutem nas condições de vida da população atendida (IAMAMOTO, 2015b).

Porém, como bem destaca Marx (1978 apud IAMAMOTO, 2015a) os homens fazem sua própria história, sob circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. Assim, dado o conservadorismo de onde o Serviço Social emerge e que ainda paira não só na profissão, como também na sociedade, faz-se, mais uma vez, importante conhecer essa história como possibilidade de superá-la, no movimento e no processo contraditório da sociedade, de forma coletiva.

Nesse viés, vele frisar a análise de Martinelli (1989), sobre a incidência desse passado, e aqui, cito o presente, na imagem construída profissionalmente. Na leitura de Iamamoto (2015b), Martinelli (1989), traz que existe uma identidade idealmente forjada pela burguesia, em relação à profissão, a qual teria se perdido nas origens e desenvolvimento do Serviço Social. Nesse sentido, para ela, se atribui uma identidade, que para ela “[...] é fixada como identidade da profissão, abrindo amplos espaços para a produção de um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional”, que acaba implicando diretamente no produto do trabalho do(a) Assistente Social, considerando os processos de trabalho em que se insere, uma vez que, por estar determinado alienadamente “acaba por expressar e reproduzir a face do capitalismo, transformando-se em um de seus instrumentos de reprodução das relações sociais capitalistas” (MARTINELLI, 1989, p.8-9).

Conforme Closs (2017, p.156-157), apesar do “movimento de reconceituação, da construção de uma consciência crítica e reflexiva no desvendamento da realidade e da profissão [...] aquela identidade atribuída persiste, seja na solicitação dos empregadores como na imagem social predominante da profissão.”

Acrescenta-se ainda ao que Closs (2017) traz, que trata-se da construção de uma consciência crítica, pois em uma perspectiva dialética, não é possível que se supere a alienação em sua totalidade a partir, e somente, por exemplo, do movimento de

reconceituação da profissão, como Martinelli (1989) traz, pois tal concepção, reiteraria uma perspectiva idealista.

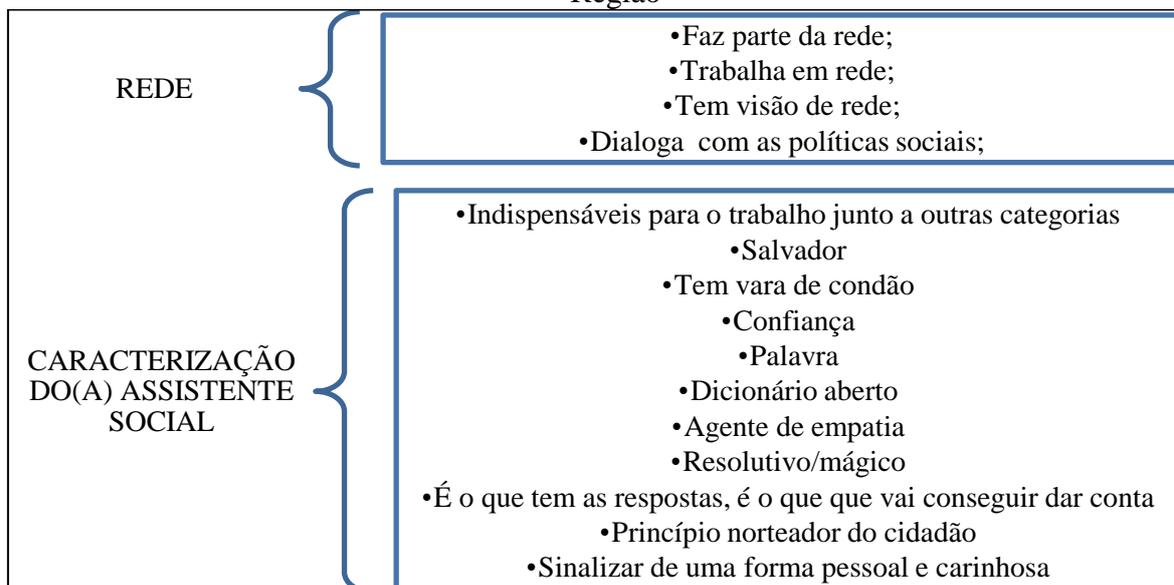
Portanto, consideramos que existe não uma identidade atribuída, mas uma identidade construída no movimento da história brasileira pelo Serviço Social, a qual persiste e nos é cobrada nos espaços de trabalho. O movimento de reconceituação aponta, portanto, uma identidade a ser construída. Contudo, e firmados do método dialético marxista, sabemos que a partir do movimento de reconceituação, o passado não é negado, e seus elementos também se fazem presentes na contemporaneidade.

Diane do exposto, quando questionados sobre como caracterizam o trabalho profissional, as duas Seccionais trouxeram falas que remetem à imagem construída da profissão, sejam por caracterizações externas de

*[...] resolver o problema. A gente tem a chave, o código de acesso pra todos os problemas, sejam eles de magnitude financeira, emocional, seja da questão de garantia de direitos, jurídico, porque nós somos um leque de funções. (Assistente Social 24)*

Seja por outras características que dizem respeito à imagem construída da profissão. Nesse sentido, demonstraram, em ambas as Seccionais, a partir dos grupos focais, dificuldades em caracterizar o trabalho e alguns profissionais caracterizaram, portanto, a si mesmos enquanto profissionais a partir de uma visão externa (usuários/gestores/colegas de trabalho), ou a partir de uma visão de si mesmos, conforme Figura 6.

**FIGURA 6** - Características do Assistente Social a partir das Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região



Fonte: Construído pela autora a partir dos Grupos Focais realizados nas Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região, 2020.

A caracterização de um profissional que possui relação com a rede de políticas sociais, precisa tomar o cuidado de não restringir o trabalho d(a)s Assistentes Sociais somente a esse setor, tendo em vista as suas mais diversas possibilidades de trabalho junto aos movimentos sociais, às organizações da classe trabalhadora, às empresas, dentre outros.

Já em relação as demais menções, dizem tanto de uma imagem messiânica, podendo-se afirmar aquilo que Raichelis (2018) aponta sobre a presentificação na profissão de traços de sua origem, tais como os elementos vocacionais como valorização de qualidades pessoais e morais e a presença do primado “do ser sobre o saber”.

Além disso, de “uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (IAMAMOTO, 2015, p.22).

Ora, um profissional com uma varinha de condão possui superpoderes, numa lógica heroica, salvadora, e bondosa de trabalho, a ponto de realizar “pedidos” ou “desejos”, contrapondo-se à lógica do acesso ao direito, numa relação verticalizada, na qual é o profissional que possui condições de transformar “num passe de mágica”, e não os sujeitos como protagonistas de suas próprias histórias.

É possível verificar ainda a imagem de um profissional cujo trabalho não está relacionado ao seu objeto de trabalho, como os campos das emoções e jurídico, objeto de outras profissões, assim como o campo financeiro, uma vez que a distribuição de renda no capitalismo não é feita por uma profissão, e muito menos por um profissional individualmente num passe de mágica.

Nessa perspectiva, a incompreensão acerca do objeto de trabalho do Serviço Social, contudo, não se dá somente de forma externa à profissão, mas também, interna, tendo em vista que, os profissionais das Seccionais que responderam ao questionário, demonstraram a identificação com outros objetos de trabalho, conforme disposto na Tabela 10, a seguir.

**TABELA 10-** Identificação do objeto de trabalho d(a)s Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

(continua)

<b>Objeto de trabalho</b>	<b>Pelotas</b>		<b>Caxias</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
As relações sociais e/ou familiares	112	74,67%	167	83,92%
O empoderamento/fortalecimento dos sujeitos sociais	73	48,67%	124	62,31%

(continuação)

As múltiplas expressões da questão social	87	58,00%	149	74,87%
Os problemas sociais	80	53,33%	103	51,76%
As vulnerabilidades e riscos sociais	122	81,33%	149	74,87%
Ajuda humanitária	26	17,33%	6	3,02%
Outro	18	12,00%	20	10,05%
Total	150	-	199	-

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020.

Como exposto na Tabela 10, a Seccional de Pelotas identificou em maior porcentagem as vulnerabilidades e riscos sociais, 81,33%, sendo seguidas das relações sociais e/ou familiares, 74,67%, e em terceiro lugar, as múltiplas expressões da questão social, com 58%. O mesmo se repete na Seccional de Caxias do Sul, sendo as relações sociais e/ou familiares o objeto de trabalho com maior porcentagem, 83,92%, seguidos das múltiplas expressões da questão social, 74,87%, que representam a mesma porcentagem, ou seja, 74,87%, em relação às vulnerabilidades sociais. A identificação das vulnerabilidades sociais enquanto objeto de trabalho está diretamente relacionada com a majoritária inserção da categoria na política de Assistência Social, além de que esta política social carrega, no senso comum, uma certa confusão histórica com a profissão. Os problemas sociais também aparecem na maioria das expressões respectivamente, 53% e 51%, em Pelotas e em Caxias do Sul.

Ainda, pode-se associar a identificação de distintos objetos de trabalho, aos distintos referenciais utilizados para fundamentar o trabalho, conforme já mencionado na Tabela 9 e nos grupos focais, com conceitos de problemas, vulnerabilidade, vínculos, e expressões da questão social.

Essas fragilidades, tanto no que diz respeito ao objeto de trabalho quanto nos referenciais utilizados para fundamentação do trabalho, acabam por, além de favorecer a não explicitação do objeto de trabalho, incidir diretamente no horizonte ético-político do trabalho profissional, assim como na própria compreensão da repercussão das metamorfoses da questão social nos processos de trabalho e mercado profissional. Além disso, essa fragilidade da própria profissão, reproduzida no trabalho, reitera as distorções externas da imagem construída da profissão, e as diversas demandas que são postas aos profissionais.

No cotidiano, colocam-se a imagem construída historicamente pela profissão e a identidade a ser construída. Ambas não partem do mundo das ideias a partir de Hegel, pois caso a primeira fosse descolada da realidade, a profissão não se aproximaria de matrizes críticas como se deu a partir do movimento junto às lutas sociais da classe trabalhadora nos

anos 1960, por exemplo. Da mesma forma, a identidade a ser construída, crítica e reflexiva, depende do movimento da realidade, que é permeado pela consciência burguesa e disputa cotidianamente com a crítica e a reflexão. Ademais, Marx e Engels (2017) afirmam na Ideologia Alemã a necessidade de condições materiais para o desenvolvimento da consciência.

Questiona-se aqui, se essa imagem construída somada à intensificação das condições precarizadas de trabalho, entre outros determinantes na contemporaneidade, não seriam potencializadores da alienação no trabalho cotidiano dos(as) profissionais obscurecendo a direção social. Isso reitera a afirmação de Yamamoto (2015a, p.220) de que a efetivação da relativa autonomia profissional “[...] é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados [...]”.

Portanto, se o(a) Assistente Social não possui clareza do movimento dialético entre as mudanças no mundo do trabalho, sua profissão e assim como seus fundamentos de que forma mobilizará competências teóricas e políticas no horizonte da expansão dos lastros de seu trabalho profissional?

Para além disso, Mota acrescenta que a natureza da relativa autonomia, tanto técnica como teórico-política, requer mediação da consciência individual e coletiva dos(as) profissionais, assim como

[...] ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos, ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa. (MOTA, 2014, p.700)

Esse é um dos grandes desafios, considerada a precarização do ensino em Serviço Social, e precedente ao ingresso dos alunos, o que acaba por dificultar ou até mesmo retardar a compreensão dos fundamentos do trabalho do(a) Assistente Social, tão necessários ao domínio das categorias postas por Mota (2014), o que acaba por incidir diretamente na materialização do trabalho, dada a direção social que imprimem enquanto profissionais.

Além disso, e considerada a relativa autonomia dos(as) profissionais, a alienação que é própria do trabalho assalariado, somada à identidade imputada aos(as) Assistentes Sociais e as dificuldades decorrentes das metamorfoses do mundo do trabalho, associam-se ao controle, ou, nas palavras de Raichelis (2011), autonomia controlada, uma vez que o trabalho passa a

ser organizado de forma a reduzir os poros mortos em detrimento da quantificação e avaliação fiscalizatória do desempenho do trabalhador.

Inferese que o que são considerados poros mortos para o empregador, para o trabalhador é tempo de reflexão, de embasamento teórico, de articulação coletiva e de busca por estratégias de intervenção, os quais são cada vez mais reduzidos nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem os(as) Assistentes Sociais, nos quais reduz-se também o número de profissionais e ampliam-se as demandas que requerem sua intervenção, reduzindo espaço para a tomada de consciência que é um processo de construção permanente.

Isso remete à dupla determinação do trabalho do(a) Assistente Social, a saber, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, considerados por Iamamoto (2009a) como dimensões indissociáveis para se pensar o trabalho na sociedade capitalista.

Diante do exposto pode-se compreender que as demandas que requerem a intervenção do(a) Assistente Social correspondem ao trabalho concreto, carregado de sentido útil, para responder às necessidades humanas, em detrimento do trabalho abstrato, que corresponde ao desaparecimento dos poros mortos em uma busca pela ampliação da quantidade de demandas e tarefas a serem atendidas e desempenhadas pelos profissionais.

Reitera-se, portanto, a necessidade de compreensão da atividade do(a) Assistente Social como trabalho, participe de processos de trabalho, demonstrando, assim, apreensão acerca das relações sociais, das forças sociais, e distintas classes sociais que não só conformam essa sociedade, mas que também disputam interesses distintos e antagonicos.

Ora, é essa compreensão que também deve permear a análise acerca do trabalho, uma vez que trabalho, profissão e conformação sócio-histórica da sociedade metamorfoseiam-se, na dialética contraditória e histórica do cotidiano, disputando a análise crítica, com a análise alienada e conservadora, pois essa última, ao invés de subsidiar reflexões que possibilitem alçar estratégias de resistência, descolam o profissional de sua própria condição de trabalhador, limitado à condição de assalariamento e sujeito à alienação e reprodução da lógica capitalista.

Analisar, portanto, o trabalho do(a) Assistente Social na contemporaneidade, é um desafio, mas também um compromisso ético e político, pois são tempos nos quais mais no que nunca é necessário fortalecer o projeto crítico da profissão, assim como unir forças em resistência aos anúncios postos, para desvendar as possibilidades de luta e de superação almejados. É importante mencionar que em todas as questões realizadas nos grupos focais, além das dificuldades e dos desafios referidos pelos profissionais, foram elencadas estratégias de resistência para fazer frente a elas. Nesse sentido, o próximo capítulo objetiva dar

visibilidade e refletir sobre tais estratégias de resistência encontradas, assim como sugeridas pelos profissionais.

## **5. ROMPENDO COM OS MUROS DO INDIVIDUALISMO: A DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

De acordo com o exposto nos capítulos anteriores, sintetiza-se que “o momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente” (IAMAMOTO, 2015, p.17).

Diante dos desafios postos, portanto, é imprescindível que se tenham entidades representativas e fortes no sentido de assegurar os compromissos ético-políticos que dão norte à profissão, bem como lutar e formular respostas técnico-políticas às transformações societárias, contribuindo para o redirecionamento da profissão na contemporaneidade. (IAMAMOTO, 2015).

Nesse sentido, as principais entidades político-organizativas do Serviço Social brasileiro são: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Essas entidades, contudo, nem sempre existiram, e foram constituídas a partir de necessidades ou normatizações a serem atendidas pela profissão, estando inscritas no bojo das relações históricas e sociais brasileiras.

A primeira<sup>28</sup> entidade representativa do Serviço Social, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), surge em 1946 devido à necessidade de reconhecimento profissional em um momento em que a categoria lutava pela regulamentação do ensino, uma vez que diante da demasiada demanda, procurava-se a definição de normas para o funcionamento das escolas especializadas em âmbito latino americano.

Isso porque, devido à aliança entre a Igreja Católica e o Estado Novo, começaram a surgir instituições sociais que, por sua vez começaram a demandar trabalho social. Ao mesmo tempo em que a Igreja se responsabiliza por essas instituições, começam a surgir os cursos profissionais, dentre eles o de Serviço Social, na busca por legitimar as ações a partir de conhecimentos próprios e obter o reconhecimento da sociedade (BULLA, 2003)

Assim, com tais objetivos, registra-se pela primeira vez a Escola de Serviço Social, fundada em 1936, em São Paulo, cidade na qual se concentrava a maior parte da indústria

---

<sup>28</sup> Embora se considere a relevância acerca do estudo da dimensão político-organizativa no Rio Grande do Sul, e como esta discussão compõe a análise da discussão central do trabalho compreende-se a necessidade de em momentos futuros adensar estudos, pesquisa e sistematização sobre esta temática e particularidade. Durante o processo do mestrado se buscou aproximação com pesquisas e estudos sobre, contudo, neste momento, e para esta produção, optou-se por manter o capítulo a partir dos dados sistematizados, compreendendo que se faz necessário um estudo de maior fôlego, talvez no processo de doutoramento.

nacional, incorporada, mais tarde, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) (BULLA, 2003).

Já, no Rio Grande do Sul, a fundação da Escola de Serviço Social, a terceira do país, aconteceu alguns anos depois, em 1945, na cidade de Porto Alegre, tendo como mantenedora a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), aliançada, portanto, à Igreja e aos segmentos do Serviço Social da Indústria (SESI) no estado.

Além da ABAS, as necessidades e movimento da categoria também estimulam a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), no mesmo ano. Assim, as duas Associações passam a cumprir uma função de extrema importância no que tange ao desenvolvimento do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010).

A ABESS, que, inicialmente, possuía a finalidade de definir e coordenar uma política de formação profissional, buscando imprimir unidade ao ensino (SILVA, 2011), em 1979 é redimensionada para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mudança esta impulsionada pelo início da pós-graduação em 1972 e do movimento de constituição do projeto ético-político profissional hegemônico. Somente em 1998, redimensiona-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dado o avanço da graduação e da pós-graduação nos anos 1980 e 1990, o qual fundamenta a necessidade de um organismo acadêmico-político e associação científica, com vistas ao fortalecimento da articulação entre os dois níveis de ensino (graduação e pós-graduação) com o profissional, a partir da pesquisa e da produção acadêmica “como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social” (ABREU, 2008, p.175).

Ainda em relação à ABEPSS, é importante pontuar que, tendo em vista as discussões realizadas a partir de 1993, surge a proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social, aprovada em 1996 e em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999 apud IAMAMOTO, 2015b).

É importante evidenciar que a referida proposta “reafirma e aprofunda a direção social estratégica e os fundamentos do currículo mínimo de 1982 na perspectiva da superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação” (ABREU, 2008, p.179-180), construída coletivamente por meio da articulação de grande número de unidades de ensino do país, cujas discussões em torno da questão social e dos processos de trabalho se encontram em sua base (IAMAMOTO, 2015a).

Entretanto, nesse contexto, aprova-se o Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, consequência do desmonte provocado pela regulamentação do Ministério da Educação (MEC) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.9.394 de 20 de

Dezembro de 1996, que suprime parte significativa do conteúdo da proposta da ABEPSS. (ABREU, 2008; IAMAMOTO, 2015b).

Atualmente<sup>29</sup>, a ABEPSS organiza-se em seis regiões: Nordeste; Sul I; Sul II; Centro-Oeste; Leste; e Norte, com representantes dos discentes e do corpo docente da graduação e da pós-graduação, dos supervisores de campo e de estágio, contabilizando 90 Unidades de Formação Acadêmica (UFAS) filiadas, com oito Grupos Temáticos de Pesquisa, que se mostram efetivos na elaboração, produção e circulação do conhecimento, articulando-se às demais entidades, e, portanto, alcançando os profissionais.

Quanto à ABAS, criada no mesmo ano que a ABESS,

[...] tem por fim imediato o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos. A Seção Regional de São Paulo, ainda em 1947, estabelecerá o primeiro Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais brasileiros, elegendo o competente Conselho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010, p.330).

Nesse sentido, faz-se importante resgatar que os Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil têm sua origem nos anos 1950, a partir da regulamentação das profissões e ofícios liberais, pelo Estado, com caráter corporativo e funções burocráticas e controladoras sobre os profissionais. Além disso, constituíam-se como entidades autoritárias, requerendo apenas o pagamento de tributo e inscrição profissional, sem se constituir como espaço coletivo e de aproximação com os profissionais (Conselho Federal de Serviço Social, 2008).

Essas características, conseqüentemente, marcam a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que é na mesma década que se constituem. Isso ocorre porque, já em 1957, aprova-se a Lei n. 3.252, de 17 de agosto, que regulamenta a profissão, fazendo do Serviço Social uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação. Essa lei é regulamentada, posteriormente, por meio do Decreto n. 994, de 15 de maio de 1962, o qual determina que o Conselho Federal de Assistentes Social (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) teriam a incumbência da disciplina e da fiscalização do exercício profissional, marcando, assim, a criação dos Conselhos de Serviço Social no Brasil. (CFESS, 2008).

Conforme Reidel (2005, p.32),

[...] na década de 1960, foram criados apenas 10 Conselhos regionais no país. Com esta divisão, a regional do Rio Grande do Sul ficou denominada como CRESS 10ª Região, sendo composta pelos estados RS, SC e PR dentro de suas respectivas jurisdições.

---

<sup>29</sup> Informações obtidas junto ao site da ABEPSS, disponível em: <http://www.abepss.org.br/>. Acesso em 12 de Maio de 2019.

Um ano após o Decreto, em 26 de novembro de 1963, na sede do Sindicato dos(as) Assistentes Sociais de Porto Alegre (SASPA), é criado o CRAS 10ª Região, cujas primeiras reuniões foram realizadas na sala de monitoria da Faculdade de Serviço Social da PUCRS (REIDEL, 2005).

Estiveram presentes os(as) Assistentes Sociais, diretora da Faculdade de Serviço Social, Lucia Castilhos; membro do Conselho Fiscal do CFAS, Clemensô Silva; presidente do Centro Acadêmico Ernesto Costella; alunos da Faculdade de Serviço Social; e demais convidados para a solenidade de posse da 1ª Diretoria do CRAS 10ª Região, onde o presidente do SASPA, Dídimo Valença, deu posse aos membros da Diretoria (REIDEL, 2005, p.33).

Demarca-se, contudo, que as características da gênese dos conselhos, já mencionadas, passaram a se reproduzir pelos Conselhos da categoria. Além disso, são o reflexo dos pressupostos neotomistas e positivistas que orientavam a profissão na época, evidenciados, inclusive, nos Códigos de Ética de 1948 e 1975 (BARROCO, 2012).

Coaduna-se com a exposição de Barroco o que traz Silva (2011, p.254),

[...] o CFAS tem uma trajetória marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do Estado, atuando, durante muito tempo, no interior da categoria, especialmente no período da ditadura militar, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática [...].

Em relação aos(às) Assistentes Sociais gaúchos(as), é válido acrescentar que, em 1961, foi criado o Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre, organicamente vinculado ao PTB e às gestões brizolistas das décadas 1950 e 1960; promoção das “Semanas Gaúchas do Estudo de Serviço Social” (realizadas nos anos de 1959, 1960, 1962). (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018b), em um período profundamente marcado pelo envolvimento de muitos(as) Assistentes Sociais nas lutas de sociedade brasileira pelas Reformas de Base, que aconteceram nos anos 60 e que participaram dos movimentos de Educação de Adultos e Cultura Popular (BULLA, 2003).

Já, em 1961, após a Campanha da Legalidade, na qual se buscou assegurar a posse de João Goulart, movimentos expandiram-se no RS, sob a influência da insígnia da “Educação de Base” e das experiências do Movimento Popular de Cultura no Nordeste do país. Mais a frente, com o golpe militar de 1964, os(as) Assistentes Sociais, como muitos brasileiros que lutaram pela transformação social, sofreram a repressão do regime. Contudo, e conforme colocam Mendes, Aginsky e Couto (2008), as respostas repressivas do regime aos(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul se deram como resposta aos primeiros grandes questionamentos quanto à formação e à prática que os voltaram para o trabalho comunitário

com grande vínculo com a educação popular, dadas as aproximações com Paulo Freire<sup>30</sup>. Ainda podemos inferir que a vinculação junto ao Sindicato e ao partido que claramente se opunha aos interesses norte-americanos também foi vetor para a repressão.

Em relação ao período que se sucedeu, quando do Golpe Militar, em 1964, num contexto ainda de seu refluxo de repressão no âmbito da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, acolhe-se a perspectiva modernizante conservadora, ou de reatualização do conservadorismo. Por outro lado, cabe destacar a importante vinculação que teve neste cenário junto a organismos internacionais, principalmente da América Latina, a qual, por meio de fóruns, foi indispensável para a disseminação da crítica à filiação conservadora da formação profissional, até então hegemônica no continente, culminando, em 1965, no I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, na cidade de Porto Alegre, e fundação da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets<sup>31</sup>), no Panamá. (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008).

A ruptura com esse conservadorismo se deu no início de 1970, em meio à Ditadura Militar, e teve como momento marcante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, o conhecido “Congresso da Virada”, a partir do qual, e influenciada pela aproximação junto aos interesses da classe trabalhadora, parcela da categoria se organiza para assumir a direção do Conselho Federal e dos regionais objetivando fortalecer e adensar o novo projeto em âmbito profissional (CFESS, 2010), verificando-se que a categoria não apoiava o movimento de fora, mas o fazia como um sujeito vivo (SILVA, 2011).

É importante mencionar que o CRAS 10<sup>a</sup> Região teve participação na trajetória do III CBAS, visto que

[...] há registros nas atas de reuniões de que, antes do Congresso da Virada, o Conselho organizou em Porto Alegre o Encontro Regional Preparatório para o III CBAS, que contou com a apresentação de trabalhos e a realização de conferências com Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul (CRESS, 2020).

Nessa época, foram criadas as Seccionais, antes delegacias, de Pelotas, em 1971, e de Caxias do Sul, em 1985. Nos anos de 1980 e 1983, houve o desmembramento dos CRAS, criando os Conselhos da 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> Região, correspondendo respectivamente aos estados do Paraná e de Santa Catarina. (CRESS, 2020).

---

<sup>30</sup> Destaca-se a forte influência e contribuição do pensamento de Paulo Freire no Serviço Social gaúcho, enquanto possibilidade da tomada de consciência crítica dos alunos (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008).

<sup>31</sup> “A Alaets constituiu-se na única instância continental da articulação do Serviço Social Latinoamericano e “fundou seu organismo acadêmico, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats)” (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008, p. 149 apud CORNELLY, 2002).

Nesse sentido, em 1983, a partir de discussões organizadas por meio dessa organização e nova direção que passa a assumir o CFESS, culmina-se na aprovação do Código de Ética de 1986, revisado e concluído em 1996. É importante mencionar que essas transformações que materializam produtos como a revisão do Código de Ética e, mais tarde, da Lei de Regulamentação, que, após longo processo, são aprovados em 1993, se dão também no que diz respeito ao caráter do próprio Conselho, uma vez que tem transformada sua atividade de fiscalização e da desburocratização das suas entidades.(CFESS, 2020).

O CFESS, atualmente, organiza-se por meio de 27 Conselhos Regionais e 22 Seccionais a eles ligadas, visto que, a Resolução CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, no parágrafo 2º do artigo 6º, determina a criação de espaços descentralizados de articulação e organização dos(as) Assistentes Sociais, com a intenção de promover a interiorização e democratização da gestão pública dos CRESS.

O CRESS 10ª Região, além de possuir duas Seccionais, Caxias do Sul e Pelotas, na Gestão correspondente aos anos de 2004 a 2007, instituiu a Comissão de Descentralização e Interiorização, com o objetivo de apoiar a organização da categoria por meio de Núcleos Regionais de Assistentes Sociais, legitimando-os como mais um espaço de capacitação e discussão teórico-política. Posteriormente, no triênio da gestão de 2008-2011, os 38 Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) foram normatizados, dos quais 30 se encontram ativos e se constituem em espaços de valorização do Serviço Social, do exercício profissional, de defesa do Projeto Ético Político da profissão e de divulgação do CRESS enquanto conselho de representação da categoria na sua região (CRESS, 2019).

Outra importante entidade político-organizativa do Serviço Social é o movimento estudantil, que teve influências também no já referido III CBAS, uma vez que este teve implicação não só na politização e mobilização dos/os(as) profissionais que redirecionaram o Conselho profissional, como também nas dos estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais no país. (NETTO, 2009).

Sobre os estudantes, ainda em 1978, realiza-se o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade de Londrina – PR, o qual inaugurou a possibilidade da unidade das lutas, do debate da profissão, da formação profissional e da universidade, entre outros, reunindo 24 escolas do país. Já no ano seguinte, mesmo com a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), constitui-se a comissão<sup>32</sup> nacional para discussão e

---

<sup>32</sup> Objetivando melhor organizar o Movimento Estudantil, o Brasil foi dividido em sete regiões, sendo que cada uma deveria realizar o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS) antes da realização do ENESS. (ENESSO, 2014). A organização em sete regiões permanece atualmente.

encaminhamentos do currículo e para organização do II ENESS, o qual é realizado no mesmo ano, qual seja 1979. Dos encontros que se sucederam, tem-se um importante marco com as discussões, em 1981, da criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE), em 1988. E, somente no ano de 1993, a SESSUNE passa a ser chamada de Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), mudança que objetivou maior autonomia do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) em relação à UNE, dadas as críticas em relação à cooptação da União pelo então governo Lula. Contudo, somente em 2011, o MESS deixa de reconhecer a UNE como entidade de representação dos estudantes de Serviço Social.

Portanto, diante do breve histórico acerca das entidades representativas do Serviço Social, e diante das precarizações vivenciadas pelo conjunto do(a)s Assistentes Sociais conforme exposto no capítulo anterior, os(as) Assistentes Sociais, por meio da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(a) Assistente Social no Rio Grande do Sul, foram questionados se identificam possibilidades de resistência frente a tais precarizações e suas respostas foram dispostas na Tabela 11.

Os(As) Assistentes Sociais em ambas as Seccionais, identificam em minoria as possibilidades de resistência. Já em relação ao reconhecimento parcial, a Seccional de Caxias do Sul em sua maioria (56,78%), e a Seccional de Pelotas, a metade (50,00%), as identificam; e há, ainda, aqueles que não as identificam. Isso permite refletir sobre a presença de uma concepção fatalista “como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los” (IAMAMOTO, 2015, p.22). É preciso atentar para essa concepção em que parcial ou nada é possível fazer, pois tão visão é determinista e a-histórica e conduz os profissionais à acomodação, rotinização, burocratismo e mediocridade profissional (IAMAMOTO, 2015).

**TABELA 11** - Identificação de possibilidades de resistência frente às precarizações vivenciadas no trabalho por Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região

<b>Variável</b>	<b>Pelotas</b>		<b>Caxias do Sul</b>	
<b>Sim</b>	32	21,33%	29	14,57%
<b>Não</b>	43	28,67%	57	28,64%
<b>Parcialmente</b>	75	50,00%	113	56,78%
<b>Total</b>	150	100,00%	199	100,00%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020

Dentre as possibilidades de resistência, identificou-se, junto à(o)s Assistentes Sociais nos grupos focais realizados nas Seccionais, tanto aquelas que se dão no âmbito individual, quanto aquelas no âmbito coletivo, conforme Tabela 12.

**TABELA 12** - Possibilidades de resistência identificadas nas Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região frente às precarizações vivenciadas no trabalho

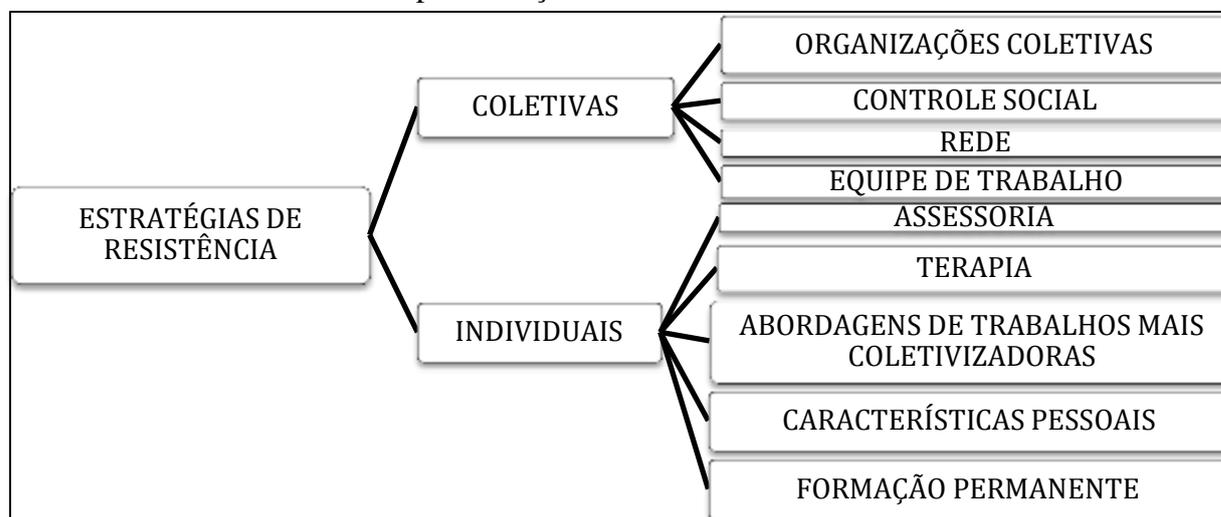
Variável	Caxias	Pelotas	Total
<b>Coletivas</b>	46,87%	53,13	100%
<b>Individuais</b>	71,43%	28,57	100%

Fonte: Construído pela autora a partir da realização dos grupos focais realizados nas Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região, 2020.

Em relação às estratégias coletivas de resistência, a Seccional de Pelotas trouxe uma porcentagem maior em relação à Seccional de Caxias, com uma diferença de 6,23% entre as duas. Já em relação às estratégias individuais, a Seccional de Caxias sobressaiu-se com uma diferença de 42,86%, comparado à Seccional de Pelotas.

Tais estratégias foram elencadas em subcategorias analíticas, conforme é possível visualizar na Figura 7.

**FIGURA 7** - Possibilidades de resistência identificadas nas Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região frente às precarizações vivenciadas no trabalho



Fonte: Construído pela autora a partir da realização dos grupos focais realizados nas Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região, 2020.

Destarte, como é possível visualizar, foram apontadas estratégias tanto no âmbito coletivo quanto no âmbito individual por ambas as Seccionais gaúchas do CRESS. Das estratégias individuais, no que tange à assessoria, se refere à busca dos(as) profissionais por

assessoria, realizada pelo aplicativo *Whatsapp*, para o enfrentamento dos desafios postos no trabalho. Essa estratégia, contudo, pode remeter tanto ao reconhecimento de dificuldades comuns vivenciadas entre colegas, em relação às precarizações do trabalho e à construção conjunta de alternativas e resistências, como também pode ser um mecanismo reiterador do imediatismo.

Quanto à terapia, cuja busca advém das “frustrações emocionais”, conforme traz o(a) Assistente Social H:

*[...] a nossa parte de frustração emocional, onde a gente vai pra terapia (Assistente Social H).*

Rachelis(2018) traz que o crescimento tanto do desgaste mental, quanto do sofrimento e adoecimento do(a)s Assistentes Sociais são provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais.

Dessa forma, pode-se afirmar que as frustrações emocionais também podem estar associadas ao produtivismo, intensificação, desqualificação e polivalência, implicando no “desgaste mental” conforme Paparelli (2009 apud VICENTE, 2018).

Sobre o desgaste mental, Vicente (2018) traz outras determinações, como as condições de trabalho precárias, e ao se referir a Dejours (1991), traz dois sofrimentos em duplo sintoma, quais sejam a insatisfação e a ansiedade, que, associados aos demais determinantes citados, geram o que ele chama de vivência depressiva.

Na sequência, a busca por abordagens de trabalho mais coletivadoras das demandas atendidas, que vão na contramão da individualização, responsabilização e culpabilização das situações vivenciadas, demonstram o entendimento acerca do objeto de trabalho e da articulação entre a classe trabalhadora como um todo, conforme exposto pelo(a) Assistente Social 25.

*Eu estava pensando aqui uma questão assim que eu pelo menos no meu espaço eu tenho visualizado que acho que a necessidade do Assistente Social conseguir ter uma abordagem sócio educativa com os usuários, com os familiares. Isso é uma coisa que a gente precisa desenvolver, eu acredito, né, porque tem uma lógica assim e eu acredito que não seja só naquele serviço, mas deve ser em todos, da gente individualizar questões que são na verdade coletivas (Assistente Social 25).*

Outra estratégia de resistência apontada foi a formação permanente, que, inclusive, traz sobre a necessidade de adensamento sobre a profissão, tendo em vista que

*[...] a gente estuda tanto assistência, segue assistência, a gente estuda assistência, e as vezes, nesse correio do dia a dia a gente nem para pra estudar algo da nossa profissão, pra estudar a profissão, o serviço social em si (Assistente Social 17).*

Essa estratégia demonstra a importância dos fundamentos do Serviço Social em detrimento das orientações das políticas sociais que, conforme pontuado no Capítulo 3, vêm numa lógica de restrição, focalização e seletividade, no contexto neoliberal num Estado capitalista dependente, como é o caso do Brasil, orientações estas que se opõem ao PEP.

Dessa forma, adensar sobre a profissão é uma forma de fortalecer as bases que a orientam em tempos em que a formação torna-se cada vez mais aligeirada e precarizada, sem muitas vezes dar conta dos pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos que a fundamentam.

Por fim, são trazidas características pessoais e competências profissionais. Ora, as características pessoais esvaziadas dos fundamentos e desconectadas de estratégias coletivas acabam por desenvolver um trabalho paliativo e pontual, aquém de respostas coletivas no horizonte do projeto de sociedade que a profissão se pauta.

Nesse sentido, cabe destacar que nenhuma estratégia individual é possível, a partir da teoria marxista, se não for articulada coletivamente, e nessa via, as Seccionais trouxeram sobre a organização coletiva enquanto equipe de trabalho, inclusive, indicando como consequência a melhoria das condições de trabalho no espaço socioocupacional, envolvendo, desta forma, não só os(as) Assistentes Sociais da equipe, mas também as outras categorias profissionais, conforme exposto:

*[...] era bem complicado o prédio. A gente tá com prédio reformado, mas tudo foi luta, o que a gente fez? Dentro do prédio a gente não entra mais, a gente não vai mais trabalhar aqui. Porque não tinham condições mínimas de trabalho, nós íamos morrer sei lá, porque chovia pelas lâmpadas (Assistente Social 7).*

Outra estratégia coletiva apontada foi o controle social e a rede de políticas sociais, que acontecem, com uma periodicidade de uma vez por mês.

*Nós temos uma reunião de rede uma vez por mês com todas as políticas né e aí a gente otimiza, primeiro, que a gente troca ideias do próprio desenvolvimento daquela situação x né daquela usuária. E aí a gente vê estratégias que discute estratégias que também que a própria rede de como trabalhar a prevenção, de como trabalhar, né, todas as outras áreas, [...] mas eu vejo que otimiza muito, porque a gente consegue sim mostrar por que que aquela situação tem que ser prioritária (Assistente Social 14).*

Contudo, é válido lembrar que a luta pelos direitos não deve ser um fim, mas um caminho, pois “[...] os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.195), a saber, o sistema capitalista.

Dessa forma, e tomando como âncora o projeto ético-político do Serviço Social, a luta por direitos “[...] é uma estratégia para o estabelecimento de condições objetivas de construção de uma outra forma de sociabilidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.196).

Conforme avalia outro(a) Assistente Social:

*Hoje em dia o Assistente Social ele briga dentro das redes, ele não vai pra luta realmente (Assistente Social 13).*

Isso permite analisar que a efetividade da luta por direitos deve transcender os muros do Estado, devendo se fazer concomitantemente ao fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, uma vez que, tanto os avanços quanto os retrocessos, são reflexos da luta de classes. Uma luta, portanto, coletiva, cuja disputa de projeto de sociedade se faz em todos os âmbitos da realidade social.

Nesse sentido, e em relação à participação de Assistentes Sociais em conselhos de direito e demais instâncias de controle social, a instância de maior participação na Seccional de Pelotas são as audiências públicas (69,32%), e já na Seccional de Caxias do Sul, os conselhos, (75,93%), de acordo com a Tabela 13.

**TABELA 13** - Participação de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região em instâncias de participação social

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
<b>conselhos</b>	56	63,64%	82	75,93%
<b>fóruns</b>	44	50%	51	47,22%
<b>frentes</b>	8	9,09%	8	7,41%
<b>comissões/comitês</b>	21	23,86%	20	18,52%
<b>audiências públicas</b>	61	69,32%	65	60,19%
<b>Total</b>	88		108	

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020

Sobre o direcionamento do controle social pelo projeto de sociedade da classe trabalhadora, o(a)s Assistentes Sociais 6, 15 e 18 referem que:

*Os conselhos em si não são não são lutando (Assistente Social 15)*

*Os conselhos abrangem toda a comunidade, enfim, diversas áreas e nem sempre aquilo que tá no conselho são as lutas que nós lutamos (Assistente Social 6)*

*Os conselhos são espaço aonde realmente a gente tem direito a voz, às vezes nem sempre a voto, depende se tu tá representando a categoria, quem tu tá representando e, mas é um espaço também onde tu tem que ter um compromisso daí, de novo ético-político muito centrado porque, Infelizmente, o que a gente percebe é que em alguns momentos tem representações que estão lá para defender os interesses não da grande maioria, não do nosso usuário, mas sim da sua entidade ou do seu segmento ou do seu. (Assistente Social 18).*

Outro importante espaço mencionado foi o das Conferências:

*[...]as conferências são espaços legítimos, onde se tem que realmente levar a sério e onde se pode propor um debate, onde se pode fazer com que se garantam algumas coisas (Assistente Social 14).*

Assim, destaca-se que as Seccionais também fizeram menção às organizações coletivas como estratégias de resistência, tanto no que diz respeito aos movimentos sociais, quanto às mobilizações, lutas, sindicatos e entidades político-organizativas da categoria, com destaque para o CRESS.

*[...]é só a nossa categoria que luta por esse projeto ético-político né e os movimentos sociais (Assistente Social 20).*

*Eu acho que se hoje existe a política de assistência social, se tem sus, tem a contribuição dos movimentos sociais (Assistente Social 12).*

*[...]eu acho que sim que os movimentos sociais são uma das formas de resistência essenciais né? que que a população acha apesar de que a gente sabe que desde que eu comecei nos movimentos que tem todo uma curiosidade de aparelhamento dos movimentos sociais para atender os interesses de quem tá lá em cima. Mas isso não tira o mérito de toda a população que está mobilizada? Os movimentos tem que lutar por isso. Eu acho que é bem importante a gente também fomentar isso (Assistente Social13).*

A despeito dos movimentos sociais, a partir da referência do(a)s Assistentes Sociais, pode-se observar que existe um reconhecimento acerca da importância dos movimentos sociais no processo de conquista dos direitos da classe trabalhadora. Contudo, e contraditoriamente, o(a) Assistente Social 20 considera que os movimentos sociais seguem o mesmo horizonte do projeto ético-político do Serviço Social, ao mesmo tempo que o(a)

Assistente Social 13 referencia um aparelhamento dos movimentos sociais para atender aos interesses da classe burguesa. Pode-se afirmar, aqui, que essa referência parte da concepção de cooptação dos movimentos sociais, que no Brasil, se deram por volta de 1990, conforme mencionado nos capítulos anteriores.

Sobre os sindicalizados, na Seccional de Pelotas (30,9%) e Caxias do Sul (32,9%) coincidem a prevalência de um pequeno percentual, conforme pode-se observar na Tabela 14.

**TABELA 14** - Assistentes Sociais sindicalizados e não-sindicalizados das Seccionais do CRESS 10ª Região

Variável	Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%
Sindicalizados	44	30,99%	63	32,98%
Não-Sindicalizados	98	69,01%	128	67,02%
Total	142	100%	191	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020

Dos(as) Assistentes Sociais que participaram dos grupos focais, somente duas evidenciaram alguma articulação junto ao sindicato em relação ao trabalho:

*Então o sindicato teve que entrar com uma ação para dizer olha não pode ficar descontando atraso de segundos e minutos, enfim, e aí, então, como o sindicato conseguiu mostrar que não podia (Assistente Social 26)*

A escolha por sindicalizar-se se deu, pois

*[...] eu considero assim algo ampliado que tá mais acessível pra mim conseguir fazer as coisas (Assistente Social 21).*

Essa quantidade tende a diminuir ainda mais com a reforma trabalhista de 2017 que torna facultativa a sindicalização. Um outro fator determinante para a não participação é o assédio vivenciado por trabalhadores que optam em sindicalizar-se.

*Eu já sofri por ter entrado no sindicato (Assistente Social 26).*

Contudo, o sindicato é um importante espaço representativo e o Serviço Social possui um posicionamento em relação a ele, que a partir da sua reativação, em 1978 a categoria se reorganiza, a partir dos marcos de ruptura com o conservadorismo (Congresso da Virada) em

sindicato por categoria profissional. Mais tarde, na IV Assembleia Nacional Sindical dos(as) Assistentes Sociais, em 1983, decide-se pela criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), a qual se constituiu como Entidade Nacional Sindical Autônoma, extinta em 1992, por deliberação unânime com vistas à organização sindical por ramos de atividade. (ABRAMIDES, 2014).

Complementa-se que:

Nesse contexto, passa a se colocar, para os trabalhadores de modo geral, e para os(as) Assistentes Sociais, a questão da organização por ramos de atividades. É assumida como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato, para facilitar a relação entre os trabalhadores, contribuindo para uma identificação a partir da situação comum de trabalho, dos problemas que afetam seu cotidiano, como forma de impedir a luta isolada, fragmentada das diversas categorias. (SILVA, 2011, p.260-261)

Isso só acontece no âmbito da categoria, se considerarmos que, é também nesse contexto que a efervescência da luta dos trabalhadores que os(as) Assistentes Sociais se reconhecem como tais, em condição assalariada, se inserindo, assim, na luta mais ampla da classe. Contudo, Abramides (2014) questiona o porquê de, mesmo decidido por unanimidade a organização sindical por ramo de atividade, ainda persistem alguns sindicatos de Assistentes Sociais, inclusive no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, tece considerações que chamam esses profissionais à articulação coletiva a outros trabalhadores, e aqui inclusive pode-se mencionar que se trata de um princípio expresso no Código de Ética de 1993, devendo responder as reais necessidades da classe trabalhadora, de forma mais abrangente.

Sobre a dimensão político-organizativa, a partir das entidades representativas do Serviço Social, é importante mencionar que mais de 70% dos(as) profissionais de ambas as Seccionais já participaram de gestões de alguma entidade representativa, sendo a de maior porcentagem o CRESS, com 79,86% de profissionais da Seccional de Pelotas e 74,61%, pela Seccional de Caxias do Sul.

Ainda, conforme Tabela 15, os insatisfeitos em relação ao conjunto CFESS/CRESS são 18,6% em Pelotas e 20,1% em Caxias do Sul. Os satisfeitos, por outro lado, são 40,9% em Pelotas e 45% em Caxias, e os percentuais maiores são de indecisos ou daqueles que não se manifestam como satisfeitos nem como insatisfeitos, tanto no caso de Pelotas, 40,28%, como no caso de Caxias, 34,7%.

No caso da ABEPSS, o nível de insatisfação é muito pequeno em ambas as Seccionais, pouco mais de 7%. Contudo, os indecisos ou que têm opinião que não se manifestam como

satisfeitos nem como insatisfeitos são maioria em Pelotas, 51,3%, e chegam a 48,1% em Caxias, índices maiores que os satisfeitos, que somam 40% em Pelotas e 44,5% em Caxias.

Por fim, no que concerne à ENESSO, os insatisfeitos representam 11% em Pelotas e 9% em Caxias, mas os que não se manifestam como satisfeitos nem como insatisfeitos são a grande maioria, 58,3% em Pelotas e 61,1% em Caxias, enquanto os satisfeitos somam, em ambos, apenas 34%.

**TABELA 15** - Avaliação de Assistentes Sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região sobre as entidades de representação do Serviço Social

Variável	CFESS/CRESS				ABEPSS				ENESSO			
	Pelotas		Caxias do Sul		Pelotas		Caxias do Sul		Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito insatisfeito	6	4,17	8	4,15%	4	2,78%	6	3,11%	0	0%	5	2,59%
Insatisfeito	21	14,58	31	16,06%	7	4,86%	8	4,15%	11	7,64%	4	2,07%
Nem satisfeito nem insatisfeito	58	40,28	67	34,72%	74	51,39%	93	48,19%	84	58,33%	118	61,14%
Satisfeito	51	35,42%	77	39,90%	53	36,81%	79	40,93%	42	29,17%	64	33,16%
Muito satisfeito	8	5,56%	10	5,18%	6	4,17%	7	3,63%	7	4,86%	2	1,04%
Total	144	100%	193	100%	144	100%	193	100%	144	100%	193	100%

Fonte: Construído pela autora a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul, 2020

Acerca das avaliações acima, podem-se inferir algumas hipóteses a partir dos grupos focais realizados. Primeiramente, encontram-se diferentes concepções acerca de como os(as) Assistentes Sociais compreendem esses espaços, por exemplo, que vão desde o reconhecimento de se conceber enquanto um espaço de resistência frente às dificuldades postas no momento atual, bem como o desafio de ocupar esses espaços, dentre os quais citam-se eventos, ambientes e o Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais.

*Eu vejo que o CFESS, o CRESS né, eles têm feito muitos movimentos né, principalmente por ser um momento difícil de, de resistência, e muitos espaços e muitos eventos, muitos ambientes né agora o EGAS [...] a questão dos profissionais ocuparem esses espaços né como um desafio (Assistente Social 27).*

Ainda, os(as) colegas que representam a categoria nesses espaços são bem avaliados(as) visto que a condução das entidades tem se dado no horizonte ético-político da

profissão. Nesse sentido, elogiam a articulação com a classe trabalhadora e as tentativas de articular os profissionais às lutas gerais dos trabalhadores:

*[...] acho que os colegas que ocupam esse espaço eles dão sua cara para bater né eles levam as bandeiras de luta da categoria à frente e estão dando um tempo da sua vida ali lutando pela categoria, mas às vezes eu acho que a gente não se engaja nas lutas sabe (Assistente Social 4)*

*Quanto ao conjunto CFESS-CRESS eu acho ele bem atuante assim né (?) tenta assim chamar o processo coletivo, e também tá bem articulado com a classe trabalhadora, como também chama para gente ocupar as praças e tal quando é dia de greve (Assistente Social 0)*

*Quanto ao CFESS-CRESS, eu também acho que cumpre seu papel na questão de engajamento político, de estimular a gente, de mostrar campanha enfim, mas também parece que se afasta um pouco da questão técnico-operativa que eu acho que é uma dimensão importante da nossa profissão e que a gente não tem muito subsídio assim para buscar. (Assistente Social 10)*

Ao mesmo tempo em que o(a) Assistente Social 10 expõe sobre o pouco subsídio técnico-operativo da profissão pelo CFESS/CRESS, outro(a) colega faz menção a todas as orientações dispostas no site do CFESS. Assim, o conjunto é avaliado também como aquele que dá respaldo técnico:

*Então essa orientação, muitas dúvidas que eu já tive assim, eu fui lá no site do CFESS olhar como é que o CFESS defendia ou discutia determinado tema, pra poder trazer e seguir discutindo. (Assistente Social 11)*

*[...]ele nos dá esse respaldo técnico né que tudo tem ali, tu acessa, tu tá disponível, tu consegue ter acesso (Assistente Social 13)*

Outro importante ponto a ser mencionado é sobre o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, que também respaldam o trabalho. Contudo, é preciso tomar cuidado para não reduzir o CFESS/CRESS a estes dois documentos, ou somente às orientações constantes no site, pois, como visto, os avanços em torno de discussões da categoria se fazem de forma articulada entre as entidades, mas a sua atuação não pode ser reduzida a isso.

*Nosso código de ética e a lei de regulamentação eu acho muito bem elaborado, nos dá um respaldo pra poder atuar (Assistente Social 17)*

Por fim, mas não menos importante, o CFESS/CRESS também é associado à denúncia e à inadimplência, que, ao mesmo tempo em que demonstra o avanço das Comissões de Fiscalização (COFIS), também associa o conjunto ao pagamento da anuidade, reduzindo sua atuação às características da gênese dos Conselhos no Brasil, e conseqüentemente do Serviço Social, considerando a contradição que também permeia essas entidades.

É preciso atentar ainda para não associar a anuidade à participação no CRESS, conforme apontava Reidel (2005) sobre o entendimento de participação de Assistentes Sociais vinculadas ao CRESS 10ª Região se limitar ao pagamento da anuidade, não implicando participação física, comprometimento, envolvimento e articulação coletiva.

Das dificuldades de participação, já em 2005, por meio de uma pesquisa de mestrado, se confirmava a pouca participação dos(a)s profissionais nos espaços de participação do CRESS 10ª Região.

Além disso, cita-se o horário das reuniões.

*Teve uma coisa que eu acho que as reuniões que têm lá em Porto Alegre não são acolhedoras. A galera termina aquelas reuniões às duas da manhã. (Assistente Social 15)*

*Está faltando um pouco de motivação para nós. Está faltando um pouco da gente botar uma chama de orgulho na profissão, porque a gente vê as colegas cabisbaixas. (Assistente Social 24)*

Nesse sentido, conclui-se que, para Reidel (2005), é um conjunto de fatores que interferem na não participação, tais como os de ordem pessoal, conjuntural e histórico-social. A autora não atribui, entretanto, aos(às) Assistentes Sociais a responsabilidade da não participação, uma vez que compreende que a falta de apropriação sobre o CRESS 10ª Região também está associada à formação dialeticamente relacionada ao movimento da sociedade no Brasil.

Na sequência, acerca da ABEPSS,

*Não tenho como responder porque eu também não tenho acesso a eles. (Assistente Social 0)*

*Eu acredito que poderia ter uma interface maior, uma aproximação maior entre a ABEPSS e os profissionais que estão atuando no campo, porque o que eu fico pensando ao longo dessa trajetória da vida profissional, quantas pesquisas eu poderia ter aplicado no meu ambiente de trabalho? não enquanto categoria somente, mas com os usuários também, como que o teu trabalho reflete nessas pessoas (Assistente Social 10)*

*Eu, a da ABEPSS eu já tenho, já tive formações, já li bastante coisa. Mas aquela questão das orientações dos estágios também (Assistente Social 9)*

Destarte, ao mesmo tempo em que existem profissionais que não tiveram contato com a entidade, outros(as) fazem referência tanto à pesquisa quanto à formação, no que se refere às orientações dos estágios, dialogando com a formação de profissionais e de pesquisadores da área. Contudo, a ABEPSS não possui a atribuição de formar pesquisadores(as) para aplicação

de pesquisas em seus espaços sócio-ocupacionais, o que poderia ser desenvolvido, talvez, em parceria com universidades da região de abrangência das Seccionais, por exemplo.

Em relação às orientações de estágios, foi um importante avanço da categoria em relação à Política Nacional de Estágios (PNE), que se constitui enquanto um instrumento político pedagógico que tem por objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social na luta por uma educação de qualidade.

Contudo, também se evidencia incompreensão acerca do papel da entidade:

*[...] em algum momento nesses meus nove anos atuando na área de assistência social eu nunca recebi um contato, uma visita alguma coisa deles pra dizer uau tudo bem vocês existem, o que vocês estão pesquisando? No sentido de melhorar mesmo (Assistente Social 0)*

Em relação à ENESSO,

*[...] eu acho que é um movimento pro estudante que está ainda nessa formação e tem que estar integrado, tem que participar, tem que conhecer, acho que abrir mais esses canais. Muitos estudantes não têm muita informação pra poder participar ou se envolver mais. Não sei se todas as universidades, nem todas acho que acabam tendo essa participação. (Assistente Social 9)*

A dúvida sobre o movimento estudantil de Serviço Social não estar presente em todas as universidades coloca a questão da articulação deste com os(as) estudantes das atuais modalidades de ensino após o avanço da mercantilização das políticas sociais, como a de educação.

Este pode ser um indicador quanto ao desconhecimento em relação à entidade representativa e o não contato na graduação, também evidenciados a seguir:

*Quando eu era estudante eu nem conhecia a ENESSO. (Assistente Social 29)*

*Na graduação nós não tivemos isso. Nem esse contato que eu falei com a ENESSO. (Assistente Social 30)*

Em contrapartida, nem todo(a)s os(as) Assistentes Sociais que conheciam a entidade participaram:

*Quanto a ENESSO, realmente, eu sabia durante toda a minha graduação, eu tive como ir, mas eu não fui. (Assistente Social 15)*

*O Movimento me chamou muita atenção, me despertou várias coisas, acho que seria ótimo, gostaria de ter participado mais, mas também fazia parte daquela galera, que era trabalhadora, que tinha família, e que, além disso, estudava. Então, claro que tem muitas coisas, por exemplo a pesquisa, conseguir auxiliar a pesquisa com a graduação e participar do movimento estudantil também, a gente sabe que muitas vezes não é para todos. Às vezes a gente não consegue né? No meu caso eu*

*acho que ficou faltando. É uma pena porque acho que é uma formação diferenciada para quem consegue assim ter acesso a tudo isso.(Assistente Social 18)*

Nesse sentido, a não participação se dá não só pela possível não existência do movimento estudantil em algumas instituições de ensino, mas também por questões atreladas à própria compreensão acerca da importância desses espaços ou pela necessidade de aliar a formação com o trabalho assalariado, como é o caso de muitos(as) estudantes brasileiros(as).

Conclui-se que em tempos de precarização do trabalho, mais do que nunca é preciso fortalecer as entidades da categoria, com representações ancoradas no projeto ético-político, articuladas entre si e com os demais movimentos da classe trabalhadora.

É importante mencionar que as precarizações do trabalho ao mesmo tempo em que requerem maior articulação e união da categoria e dos trabalhadores como um todo, também impõem dificuldades de participação, conforme observado nos grupos focais.

Uma vez que as precarizações do trabalho são vivenciadas por Assistentes Sociais conforme já abordado no decorrer desta produção, os(as) profissionais participantes dos grupos focais mencionaram as seguintes precarizações que implicam na dificuldade de participação, conforme Quadro 2:

**QUADRO 2** - Precarizações do trabalho identificadas por Assistentes Sociais como dificultadores da participação em espaços de organização coletiva

Assédio moral
Excesso de demanda
Carga horária reduzida
Assédio velado
Não garantia de estabilidade
Dependência do emprego
Medo de ficar desempregada
Não liberação do trabalho
Sufocamento do trabalho

Fonte: Construído pela autora a partir da realização dos grupos focais realizados nas Seccionais do CRESS 10ª Região, 2020.

Assim, considera-se que, diante das dificuldades encontradas pelos profissionais em relação às condições de precarização cada vez mais atenuadas, tanto no trabalho quanto na formação, coadunando-se com o apresentado por Reidel em 2005 sobre o entendimento da não participação da categoria no CRESS 10ª Região, por exemplo:

Entende-se que a categoria não participa do CRESS 10ª Região pelo conjunto de fatores que se apresentam nos resultados da pesquisa e que são de ordem pessoal, conjuntural e histórico-social. Porém, não se atribui aos(as) Assistentes Sociais a responsabilidade da não participação, pois entende-se que a falta de apropriação sobre o CRESS 10ª Região vem desde a formação que se situa num movimento sócio-histórico da sociedade brasileira (REIDEL, 2005, p.105)

Em meio às dificuldades, torna-se cada vez mais indispensável o papel das entidades político-organizativas da profissão, que como bem foi lembrado, são construídas e fortalecidas pela categoria, e como sinaliza Vasconcelos (2017), ao mesmo tempo em que requerem, no cotidiano, com manifestações queixosas da ausência do CFESS/CRESS na defesa da categoria, é evidente a pequena participação nas referidas entidades, iniciando pela baixa participação já no movimento estudantil. Ao mesmo tempo em que não participam, revelando, talvez, a não compreensão de tal articulação coletiva para o fortalecimento e luta, não ignoram, contudo, a importância da organização.

Além disso, infere-se que a baixa participação não estaria somente ligada à falta de compreensão da categoria em relação a essas organizações, como também às dificuldades vivenciadas no trabalho, bem como a acumulação de vínculos empregatícios, e sobretrabalho, tendo em vista que majoritariamente a categoria é conformada por mulheres em uma sociedade machista.

Reitera-se, no entanto, o importante papel de tais entidades para o fortalecimento da profissão desde a formação até o exercício profissional que dar-se-á apenas com a unidade da categoria, necessitando de estratégias que ressignifiquem esses espaços, tornando-os mais democráticos e representativos (REIDEL, 2005, p.105). Dessa forma, a categoria em unidade, aliada à classe trabalhadora como um todo, somará forças em contraposição aos desmontes que se apresentam no âmbito dos direitos que são afetos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, pois é somente a partir da articulação para além dos muros internos da categoria que será possível materializar o projeto político-profissional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a temática sobre o trabalho do(a) Assistente Social no contexto contemporâneo, é importante sinalizar que a produção apresentada não esgota, de nenhuma maneira, os estudos referentes à temática, conferidos os limites do trabalho assalariado em que foi construída e o curto período.

Entretanto, aponta-se pela continuidade e adensamento em categorias emergentes bem como reconhece a importância de dar visibilidade à categoria profissional por meio desta produção, subsidiando também reflexões e possibilidades de articulação.

Diante disso e do objetivo de *analisar como se dá o trabalho do(a)s Assistentes Sociais vinculado(a)s às Seccionais do CRESS 10ª Região, seus desafios e resistências, frente aos impactos da contrarreforma do Estado e a crescente precarização das políticas sociais*, foi possível identificar que as metamorfoses da contradição operada no bojo da sociedade de classes capitalista, operam mudanças no mundo do trabalho, determinando os processos de trabalho em que se inserem o conjunto dos trabalhadores, e, conseqüentemente, os(as) Assistentes Sociais.

Essa identificação considerou a sociedade capitalista brasileira, situada num contexto latino americano de capitalismo dependente em relação aos países centrais, a qual traz consigo particularidades e contradições em relação ao seu desenvolvimento, conformando e demandando a intervenção do(a)s Assistentes Sociais.

No processo histórico desta sociedade e, portanto do Serviço Social nela inscrito, considerou-se a aproximação do Serviço Social com o marxismo, a partir da qual a categoria trabalho se irradia dessa interlocução e o Serviço Social passa a ser considerado uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais, tendo enquanto objeto de trabalho a questão social, logrando à profissão um direcionamento social e político compromissado com a classe trabalhadora, num movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo.

Contudo, ao contrário dessa importante apreensão pela profissão, foi possível identificar que ela não é homogênea. Isso porque foram identificadas diferentes concepções acerca do trabalho, e que os(as) Assistentes Sociais utilizam diferentes referenciais teóricos. Neste sentido, em relação aos referenciais teóricos utilizados no trabalho, em Pelotas, os referenciais que diferem do marxista, se somados, chegam a 93%, com destaque para os clínicos (36%) e pós-modernos (26%), ou seja, o conjunto ultrapassa o uso do referencial

marxista (54,6%), diferente de Caxias do Sul, onde o referencial marxista é informado por 78,3% dos respondentes, e outros referenciais somam 51%, com destaque para os referenciais clínicos e terapêuticos que somam sozinhos 20,6%. Somados os dados das duas Seccionais, os referenciais clínicos aparecem em 62% das expressões.

Quanto ao objeto de trabalho, não identificam somente a questão social como objeto de trabalho. A Seccional de Pelotas identificou em maior porcentagem as vulnerabilidades e riscos sociais como objeto de trabalho, 81,33%, sendo seguidas das relações sociais e/ou familiares, 74,67%, e em terceiro lugar, as múltiplas expressões da questão social, com 58%. O mesmo se repete na Seccional de Caxias do Sul, sendo as relações sociais e/ou familiares o objeto de trabalho com maior porcentagem, 83,92%, seguidos das múltiplas expressões da questão social, 74,87%, que representam a mesma porcentagem, ou seja, 74,87%, em relação às vulnerabilidades sociais.

Nesse sentido, foi possível identificar que além dos dilemas da alienação a que o trabalho assalariado está submetido, a não identificação da questão social enquanto objeto de trabalho, implica na própria leitura de si mesmos como externos à classe trabalhadora, o que, por sua vez, está distanciada dos fundamentos do Serviço Social. Isso porque a não compreensão acerca do processo histórico de redimensionamento crítico da profissão afeta diretamente no direcionamento do projeto de sociedade e associa-se à leitura estes profissionais fazem sobre ela.

Essa utilização pode ser atribuída tanto com a não apreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social, que pode advir da própria formação, quanto da dificuldade de mediar o trabalho com a teoria social marxista, conforme foi identificado na pesquisa.

Também e nesse sentido, ressalta-se a importante articulação da análise do trabalho aos fundamentos, pois uma vez não apreendidos e somando-se à precarização do trabalho, amplia-se o trabalho alienado, reduzindo a potencialidade da relativa autonomia no horizonte ético-político profissional de um projeto societário emancipatório.

No que tange às precarizações vivenciadas pelos(as) profissionais, foram referenciadas enquanto caracterização do trabalho dos(as) Assistentes Sociais no contexto contemporâneo.

Essas, por sua vez, estão associadas à predominância de inserção profissional dos(as) Assistentes Sociais nas políticas sociais, principalmente de seguridade social, sejam elas operacionalizadas pelo setor público ou privado. Isso porque identificou-se que, ao passo em que as políticas sociais passam a ser repassadas à sociedade civil, esta passa a requisitar o trabalho do(a) Assistente Social.

Das políticas sociais, a Assistência Social representa a maioria das inserções, 58,79%, dado que se relaciona diretamente com o avanço da implementação do SUAS no país a partir dos governos petistas. Dessa maneira, em Caxias do Sul, o vínculo estatutário (51,26%) se dá em porcentagem maior aos demais vínculos, dos quais os mais precários (sem vínculo, temporário, terceirizados) totalizam 9,5%. Já em Pelotas, o vínculo estatutário (49,33%) e celetista (24,67%) somam 73,9%, e os vínculos de trabalho mais precários, somam 10% das inserções, permitindo a identificação de tendências de precarização à profissão.

Cabe destacar que as políticas sociais brasileiras, sob orientação neoliberal, num Estado capitalista dependente, e em constante precarização pela apropriação do fundo público pelo capital, tem sido cada vez mais restrita, focalizada e seletiva. Além disso, tem sido impactada com o corte de recursos para a sua materialização, o que acaba, por sua vez, repercutindo no trabalho do(a)s Assistente Sociais que caracterizam o trabalho, a partir desta perspectiva como desafiador, adoecedor, desgastante e triste.

Além disso, apesar de se apresentar uma porcentagem significativa no âmbito estatal, os vínculos empregatícios também expressam uma tendência de precarização, visto que, constatou-se que, com a autorização ao trabalho intermitente e a autorização da terceirização de quaisquer atividades no Brasil, e do trabalho temporário, após 2017, percebem-se vínculos de trabalho de Assistentes Sociais dessa natureza. Outra mudança foi a regulamentação do teletrabalho, que, apesar de não ter sido citado, pode ser considerado como uma tendência de requisição aos Assistentes Sociais.

Assim, pode-se identificar que emergem dificuldades/desafios dos diferentes espaços socioocupacionais que, mesmo em meio as suas particularidades, são vivenciadas pela categoria. Dessas dificuldades/desafio, dentre as quais, citam-se a intensificação do trabalho, considerada em maior porcentagem tanto pelos profissionais da região de Pelotas (36,00%), quanto em Caxias do Sul (44,72%). Outra dificuldade foi relacionada às precárias formas de contratação, 13,33% em Pelotas e 16,08% em Caxias do Sul. Ainda, a insegurança do emprego, mencionada por 18% dos(as) participantes em Pelotas e 23,62% em Caxias do Sul, o aviltamento dos salários, 26,67% em Pelotas e 21,11% em Caxias do Sul, valendo-se referenciar que mais de 50% dos profissionais da categoria percebem salários de R\$00,00 a R\$ 4.000,00. Por fim, a ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, a falta de perspectivas de progressão na carreira, e a falta de perspectivas de ascensão na carreira, que também estão relacionados aos vínculos e à precarização do trabalho, representaram 76% em Pelotas e 76,39% em Caxias do Sul. Contudo, diante das identificações dos(as) profissionais,

permite-nos questionar se esses possuem clareza da precarização de seus vínculos, ou, se ainda não sentiram os efeitos das reformas trabalhistas promulgadas.

É importante destacar que as precarizações no trabalho não são vivenciadas somente pelos(as) Assistentes Sociais, mas pelo conjunto dos trabalhadores. Contudo, a dificuldade de caracterizar o seu trabalho, evidencia que os(as) Assistentes Sociais podem identificá-las em uma relação de exterioridade à classe da qual fazem parte.

Outra consideração importante é sobre a caracterização do trabalho do(a) Assistente Social relacionada ao projeto ético político, identificada na pesquisa, uma vez que ao caracterizar o trabalho, foram referidas concepções na direção compromissada com ele, sua necessidade e atualidade, sendo importante enquanto um horizonte profissional.

Entretanto, e, ao mesmo tempo, se evidenciou ainda que a relação entre trabalho e o projeto ético político é um desafio. Ainda, que o desafio está relacionado com as condições de trabalho precárias, inseguras, intensificadas, com aumento da quantidade de demandas e imposições dos gestores. Também, que há uma dificuldade do próprio profissional em fazer essa relação, evidenciado por meio de silêncios e por relatos negativos relacionados ao trabalho de outros colegas.

Nessa via, foi revelado que o projeto ético-político pode ser concebido como um documento apenas, que fica “guardado na gaveta” e só é acionado quando necessário, contrapondo-se à transversalidade do projeto a todas as ações do trabalho profissional.

Por fim, outra consideração acerca do trabalho dos(as) Assistentes Sociais no contexto contemporâneo identificada foi também a partir da própria caracterização que fizeram acerca do seu trabalho. Isso porque, caracterizaram a si mesmos, a partir de uma visão externa (usuários, gestores e colegas de trabalho), assim como interna (a partir de si). Tal caracterização relacionou-se à imagem construída da profissão, que muitas vezes é requisitada e imposta pelos empregadores, usuários e colegas de trabalho.

Tais características apontam sobre a presentificação na profissão de traços de sua origem, como a imagem messiânica, contrapondo-se à lógica do acesso ao direito, numa relação verticalizada, na qual é o profissional que possui o “poder”.

Foi possível verificar ainda que a imagem trazida sobre o(a) Assistente Social está descolada de seu objeto de trabalho, ao que poderíamos cogitar que seria uma incompreensão somente externa à profissão, contudo, com a identificação de outros objetos de trabalho que não a questão social, identificou-se uma incompreensão por parte dos próprios profissionais.

Destarte, pode-se inferir que a identificação de distintos objetos de trabalho está relacionada aos distintos referenciais utilizados para fundamentar o trabalho. Ainda, conclui-

se que essas fragilidades, tanto no que diz respeito ao objeto de trabalho quanto nos referenciais utilizados para fundamentação do trabalho, acabam por incidir diretamente no horizonte ético-político do trabalho profissional, assim como na própria compreensão da repercussão das metamorfoses da questão social nos processos de trabalho e mercado profissional. Além disso, essa fragilidade da própria profissão, reproduzida no trabalho, reitera as distorções externas da imagem construída da profissão, e as diversas demandas que são postas aos profissionais que divergem de seu objeto de trabalho.

Nesse contexto de percussões à profissão das precariedades do trabalho, dilemas da alienação, associados à relativa autonomia da profissão e aos distintos projetos de sociedade no interior da profissão enquanto reflexo dos projetos de sociedade que disputam na sociedade de classes é imprescindível alçar estratégias de resistência.

Dessa forma, os(as) Assistentes Sociais em ambas as Seccionais, identificam em minoria as possibilidades de resistência. Já em relação ao reconhecimento parcial, a Seccional de Caxias do Sul em sua maioria (56,78%), e a Seccional de Pelotas, a metade (50,00%), as identificam; e há, ainda, aqueles que não as identificam. Isso permite refletir sobre a presença de uma concepção fatalista pelos(as) profissionais.

Dentre as possibilidades de resistência, identificou-se, junto aos/às Assistentes Sociais nos grupos focais realizados nas Seccionais, tanto aquelas que se dão no âmbito individual, quanto aquelas no âmbito coletivo.

Das estratégias individuais, pode-se concluir que são forjadas frente às precarizações do trabalho. Contudo, a partir da teoria marxista, nenhuma estratégia é de fato efetiva se não for articulada coletivamente.

Portanto, se destaca que das estratégias coletivas mencionadas a rede de proteção social, e os conselhos e demais instâncias de controle social apresentam contradições no que diz respeito ao seu direcionamento. Ainda, está dentro dos limites do Estado, que conforme historicamente situado nesta dissertação, é notadamente um Estado burguês, à serviço do capital.

Quanto às equipes de trabalho, são importantes no sentido do reconhecimento enquanto trabalhadores que vivenciam as mesmas precarizações. Contudo, e considerando os limites dos espaços de trabalho, pontua-se a necessidade de articulação para além de seus muros.

Em relação aos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que são avaliados em consonância com o projeto ético-político da profissão, se reconhece o movimento de cooptação de que foram alvo na história político-brasileira.

Já no que tange aos sindicatos, são relacionados aos movimentos em situações de trabalho, contudo, que a opção pela sindicalização tem implicado em sofrimento por intermédio dos empregadores aos(as) Assistentes Sociais.

No que diz respeito às entidades da categoria, os(as) Assistentes Sociais insatisfeitos(as) em relação ao conjunto CFESS/CRESS são 18,6% em Pelotas e 20,1% em Caxias do Sul. Os satisfeitos, por outro lado, são 40,9% em Pelotas e 45% em Caxias, e os percentuais maiores são de indecisos ou daqueles que não se manifestam como satisfeitos nem como insatisfeitos, tanto no caso de Pelotas, 40,28%, como no caso de Caxias, 34,7%.

No caso da ABEPSS, o nível de insatisfação é muito pequeno em ambas as Seccionais, pouco mais de 7%. Contudo, os indecisos ou que têm opinião que não se manifestam como satisfeitos nem como insatisfeitos são maioria em Pelotas, 51,3%, e chegam a 48,1% em Caxias, índices maiores que os satisfeitos, que somam 40% em Pelotas e 44,5% em Caxias.

Por fim, no que concerne à ENESSO, os insatisfeitos representam 11% em Pelotas e 9% em Caxias, mas os que não se manifestam como satisfeitos nem como insatisfeitos são a grande maioria, 58,3% em Pelotas e 61,1% em Caxias, enquanto os satisfeitos somam, em ambos, apenas 34%.

Em relação às concepções sobre as atribuições das entidades, identificou-se que a partir dos(as) profissionais, elas nem sempre convergem com o que lhes é estabelecido. As entidades de maior proximidades com os(as) profissionais e com seu trabalho são o conjunto CFESS/CRESS, por meio de orientações que podem ser encontradas nos meios de comunicação, encontros, formações, assim como sendo reconhecidos pela articulação às lutas gerais da classe trabalhadora. Contudo, também foram sintetizados pelo Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão, ou vinculados somente ao pagamento das anuidades e às denúncias, remetendo ao Conjunto características da gênese dos conselhos no Brasil. A associação dos Conselhos com um viés burocrático e de anuidade, diz da falta de conhecimento sobre o seu papel e redirecionamento, bem como contribuem para o afastamento dos profissionais dessa instância de organização.

Sobre a ABEPSS e a ENESSO, foram apontadas como as mais distantes da categoria, e os profissionais não relacionaram a sua importância de fortalecimento e repercussão no trabalho.

Os(As) profissionais identificaram e reconheceram o distanciamento com as entidades da categoria e demais espaços de participação e atribuíram dificuldades de participação, as quais, em sua grande maioria relacionam-se às precarizações vivenciadas no trabalho.

Dessa forma, conclui-se que ao mesmo tempo em que se colocam inúmeras dificuldades à participação, se requer, mais ainda, que os trabalhadores participem, se articulem e se unam na tentativa de construir e lutar no coletivo não só por melhores condições de trabalho no presente, mas por uma sociedade mais justa, igualitária, e livre de qualquer exploração.

Apontamos, destarte, para estratégias que visem ao fortalecimento e ao esclarecimento do papel das entidades junto à categoria, possibilitando, ainda mais, que este espaço permaneça próximo a ela e investindo em procedimentos que promovam maior participação, considerando, para isso, horários, acessibilidade, pertencimento. Nesta direção, destacamos a importância de ser priorizada pelas entidades uma política de comunicação, otimizando a criação e manutenção de canais alternativos de comunicação e participação da categoria, entendendo-a não como mero instrumento, mas como estratégia para atingir e dialogar de forma efetiva com os(as) Assistentes Sociais e a sociedade.

As estratégias de descentralização, neste sentido, precisam ser priorizadas pelas gestões no que tange ao desenvolvimento de ações político-pedagógicas na defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados às(aos) usuárias(os), as quais devem ser amplamente divulgadas e, sempre que possível, abertas a quem interessar.

Ainda no que diz respeito às estratégias de aproximação com a categoria, podemos citar a relevância da realização de estudos e pesquisas pelas entidades representativas, em parcerias com as UFAS, permitindo, além da aproximação junto aos profissionais e estudantes, o desvendamento dos desafios e possibilidades postos na particularidade de cada realidade para a construção de estratégias que possam ser implementadas.

Ainda nesse sentido, ressaltamos a realização dos grupos focais, utilizados enquanto técnica de coleta de dados nesta pesquisa, que permitiram um espaço legítimo

de manifestação da categoria, possibilitando o desvendamento de suas compreensões, anseios, dificuldades e necessidades por meio de diálogo. Assim, se reforça a premissa democrática construída pelas entidades ao longo de sua história.

Apontamos, portanto, para algumas estratégias e reflexões que não se esgotam nem neste trabalho nem tão somente na particularidade das regiões em que a pesquisa foi realizada. Entendemos, dessa forma, que a realidade da categoria precisa ser desvendada, pois temos plena certeza de que, em tempos de precarização do trabalho, mais do que nunca é preciso articular-se no âmbito coletivo.

Nesse sentido, precisamos não só conhecer os desafios postos à profissão, mas empenhar esforços para fortalecer, ainda mais, a consciência de classe, bem como as

entidades representativas da categoria com representações ancoradas no projeto ético-político, articuladas entre si e com os demais movimentos da classe trabalhadora. Temos de somar forças em contraposição aos desmontes que se apresentam no âmbito dos direitos que são afetos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, lutando e formulando respostas técnico-políticas às transformações societárias e contribuindo para o redirecionamento da profissão na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf)>. Acesso em 29 Abr 2016.

ABEPSS. Relatórios-síntese dos grupos de trabalho e pesquisa gestão ABEPSS–2013-2014-GTP movimentos sociais e serviço social. **Temporalis**, v. 2, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2014. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017141.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?. In: Abramides, Maria Beatriz Costa; Duriguetto, Maria Lucia (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p.177-194.

ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.173-188, Set/2008.

ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium. **IZA Journal of Labor Policy**, v.5, n.15, p.1-32, 2016. Disponível em: <https://izajolp.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s40173-016-0071-z>. Acesso em 20 mar. 2019.

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho - a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235 : 248, jul./dez. 2013. Disponível em:<<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/0yhV7c6D20i1136S8BhH.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 1.ed. São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2013.

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo ,2011.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Supereexploração da força de trabalho e transferência de valor**: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: Padrão de Reprodução do Capital. (ORGS) FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. São Paulo: Boitempo, 2012, p.87-102.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **estudos avançados**, v. 28, n. 81, 2014. p. 39-53. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>. Acesso em 17 de Maio de 2019.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf)>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Edição Revista e Atualizada. Lisboa/Portugal: edições 70, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. (Org) Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, Alfredo. Processos de trabalho: da manufatura à maquinaria moderna. *Serviço Social e Sociedade*, n.118, São Paulo:2014, p.209-238. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a02n118.pdf>. Acesso em 20 Abr. 2019.

BATISTA, Erika. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. In: **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, v. 2, 2008. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika\\_batista.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf). Acesso em: 20 Abr. 2019.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In. Boschetti, Ivanete(Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING. Elaine R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENOIT, Hector. Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital. **Marxismo e Ciências Humanas, FAPESP/Cemarx, IFCH-UNICAMP, São Paulo**, 2003. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2009/02/da-logica-com-um-grande-l-logica-de-o.html>. Acesso em out. 2018.

BRASIL. Lei Nº. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 7 de junho de 1993. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

BRASIL. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução**. 2016.

BULLA, Leonia Capaverde. *Relações sociais e questão social na trajetória do Serviço Social brasileiro. Textos & Contextos*. Porto Alegre: PPGSS/PUCRS, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/947>

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do Assistente Social nas organizações da classe trabalhadora. ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências(as) profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, p. 1-18, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social. **Libertas**: Juiz de Fora, v.10, n.1, p.1-24.

CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p.161-172, Set/2008.

\_\_\_\_\_. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1986.

\_\_\_\_\_. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1993.

\_\_\_\_\_. "Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS". In: Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo, Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Relatório de Deliberações do 26o. Encontro Nacional CFESS/ CRESS. 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução 382/99 de 21/02/1999. Dispõe sobre normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e institui a Política Nacional de Fiscalização.

\_\_\_\_\_. Resolução 512/07 de 29/09/2007. Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

\_\_\_\_\_. Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do Assistente Social. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social**: subsídios para aprofundamento do estudo. Disponível em <http://cfess.org.br/arquivos/praticasterapeuticas.pdf>. Acesso em 18 de Janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em 21 de Janeiro de 2020.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades, 2015.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

COURI, Joseane Rotatori; SALVADOR, Evilasio da Silva. As dimensões do financiamento da Política de Assistência Social no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 81-97, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/6Wba9B0P81DCSN3heFP7.pdf>. Acesso em Março de 2020.

CRESS. **NUCRESS**. 2019. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/nucess/>. Acesso em 20 Abr. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUEVA, Agustín. **El desarrollodel capitalismo en América Latina: ensayo de interpretación histórica**. Sigloxxi, 1990.

CUEVA, Agustín. El Desarrollodel Capitalismo en América Latina y lacuestión del Estado. **Problemas delDesarrollo**, p. 29-42, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. 6ª Ed. São Paulo:Cortez, 1995.

DIEESE/CUT. Quem são os Assistentes Sociais no Brasil? **Subseção DIEESE/CUT-Nacional**, Maio de 2015. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/downloads.php?x=63>. Acesso em Março de 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; TROMBINI, Raquel da Silva. Questão do voluntariado no “terceiro setor”: expressão da sociedade civil ou tendência de desresponsabilização do Estado na atualidade? **Rev. Sociedade em Debate**, Pelotas, p. 83-109, jul-dez/2013. Disponível em:<<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/954/736>>. Acesso em 30 de Novembro de 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: Abramides, Maria Beatriz Costa; Duriguetto, Maria Lucia (Org.). **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p.177-194.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, v. 1, n. 29, p. 133-155, jan./jun. 2015. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5167653.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

ENESSO. **História da ENESSO**. 2014. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em 12 de Maio de 2019.

FAERMANN, Lindamar Alves. O trabalho do Assistente Social no contexto da crise do capital: problematizações necessárias. V.13. n.36, **Em Pauta**, Rio de Janeiro , 2015, p. 123 – 154. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/21055/15714>>. Acesso em 16 Jan. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias Abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2016.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 23.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: CFESS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências(as) profissionais.** Brasília: CFESS, 2009a, p. 1- 41.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS (Org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências(as) profissionais.** Brasília: CFESS, 2009, p. 15-60.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: Raichelis, Raquel; Vicente, Damares; Albuquerque, Valéria (Org). **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018, p.66-87.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. “Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades. In: **ConCienciaSocial Revista digital de Trabalho Social.** Vol. 2, nº 3, Córdoba. Disponível em <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ConCienciaSocial/>. Acesso em Fev de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social.**5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 31 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. Cidades. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em 18 de Janeiro de 2020.

KONDER, Leandro. **O que é a Dialética.** 28º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: 1963.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez Rocha. Antecedentes da Reconceituação Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 67 - 80, jan./jul. 2018b. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/30390/17153>

MARCONI, Marina A., LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARRO, Katia Iris. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. **Temporalis**, v. 2, n. 22, p. 317-342, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4054592.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. 2 ed. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches; COUTO, Berenice Rojas. Proteção Social. In: **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. p.276- 280.

MENDES, Jussara; AGUINSKY, Beatriz; COUTO, Berenice Rojas. Visitando a história: notas sobre a trajetória da Faculdade de Serviço Social da PUC/RS na direção da formação qualificada de profissionais e docentes. In: **Serviço Social Memória e História. Serviço Social e Sociedade**, nº 95, São Paulo: Cortez, 2007.

MDS. **O Cras que temos, o Cras que queremos**. Brasília: MDS, 2010. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Cras\\_que\\_temos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_que_temos.pdf) Acesso em Fev de 2020.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do Assistente Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.120, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf>. Acesso em 20 Abr. 2019.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. p.1-26. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_JUV\\_PO27\\_Neto\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf). Acesso em 12 de Maio de 2019.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. Disponível em :<<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

NETTO, José Paulo. II CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Trinta Anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro**, São Paulo, v. 1, n. 100, p.650-678, out. 2009.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002)>. Acesso em 30 de Novembro de 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo dos Reis. **Economia política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, Andrea et al. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Brasília (DF): IPEA, set. 2016. (Nota técnica, n. 27). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28588:nota-tecnica-2016-setembro-numero-27-disoc-o-novo-regime-fiscal-e-suas-implicacoes-para-a-politica-de-assistencia-social-no-brasil&catid=192:disoc&directory=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28588:nota-tecnica-2016-setembro-numero-27-disoc-o-novo-regime-fiscal-e-suas-implicacoes-para-a-politica-de-assistencia-social-no-brasil&catid=192:disoc&directory=1). Acesso em Março de 2020.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2011.

PNAD. **Rendimento de todas as fontes 2019**. IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acesso em Março de 2020

PRATES, Jane C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a Cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: Editora 34, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012. p.729-753. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2020.

PIQUERAS, Andrés; DIERSCKXSENS, Win. **O capital frente ao seu declínio**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011.

REIDEL, T. A relevância da categoria participação para os(as) Assistentes Sociais e a representação profissional no CRESS 10ª Região. PUCRS: Porto Alegre. 2005.

REIDEL, Tatiana; BARRETO, Caroline Zgievski. Banco de Dados sobre Produções afetas à temática Trabalho do Assistente Social, Ética e Formação. Porto Alegre: GEFESS, 2019.

REIS, Carlos Nelson dos; PERUZZO, Juliane Feix. **Sistema de Proteção Social e Modernização Produtiva**: notas preliminares sobre seus impactos em Caxias do Sul. 2002.p.1-20. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7921/2/Sistema\\_de\\_Protecao\\_Social\\_e\\_mo dernizacao\\_produtiva\\_notas\\_preliminares\\_sobre\\_seus\\_impactos\\_em\\_Caxias\\_do\\_Sul.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7921/2/Sistema_de_Protecao_Social_e_mo dernizacao_produtiva_notas_preliminares_sobre_seus_impactos_em_Caxias_do_Sul.pdf). Acesso em Maio de 2019.

RESSEL, Lúcia Beatriz; et. al. O uso do Grupo Focal em Pesquisa Qualitativa. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, Out/Dez. 2008, p.779-786.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.130, p.426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2020.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. In: Serra, Rose (Org). **Trabalho e Reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2001, p.151-175.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2.ed. São Paulo: Papel Social, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura.7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa científica. Gerhard, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (Org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SUSIN, Rodrigo Daniel. **Resistência na serra gaúcha: a atuação da VAR-PALMARES em Caxias do Sul e região (1969-1971)**. Projeto de Pesquisa do curso de Licenciatura em História, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2015.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas de Exílio**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Implicações das condicionalidades do acordo firmado entre o governo FHC e FMI no gasto das políticas sociais**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2005.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia. In: Salvador, Evilasio; Behring, Elaine; Boschetti, Ivanete; Granemann, Sara (Org). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo, Cortez, 2012, p.181-208.

TELES, Heloísa. Desenvolvimento e Proteção Social na América Latina: a dialética das recomendações das agências multilaterais para a região. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Escola de Humanidades, 2018.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O Assistente Social na luta de classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. (Org) RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. São Paulo: Cortez, 2018, p.127- 149.

**ANEXO A - QUESTIONÁRIO**

PESQUISA INTERINSTITUCIONAL PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO DO (A)  
ASSISTENTE SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

**BLOCO 1 – QUESTÕES RELACIONADAS COM O PERFIL DO PROFISSIONAL**

**1.Cidade onde reside** \_\_\_\_\_

**2. A cidade onde reside é mesma onde trabalha?**

0.  Não

1.  Sim

**3.Idade:** \_\_\_\_\_

**4.Identidade de Gênero (autodeclaração)**

Feminina

Masculina

Travesti

Transexual feminina

Transexual masculina

Não binária

Outra

**5.Etnia/cor autodeclarada**

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta/negra

Outra

**6.Estado Civil**

Casado(a)

Divorciado(a)

União Estável

Separado(a)

Solteiro(a)

Viúvo(a)

**7.É praticante de alguma religião?**

0  Não

1  Sim

**Se é praticante de alguma religião, qual**

Budista

Católico Romano

- Candomblé
- Espírita
- Evangélica
- Evangélica Pentecostal
- Islâmica
- Judaica
- Católico Ortodoxo
- Umbanda
- Testemunha de Jeová
- Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
- Tradições Indígenas
- Outra
- Nenhuma

**8.O Serviço Social foi a sua primeira opção no processo seletivo para o ensino superior?**

- 0  Não
- 1  Sim

**8.1Se não, qual era a sua primeira opção?**

- Ciência política
- Ciências sociais
- Direito
- História
- Pedagogia
- Psicologia
- Saúde coletiva
- Outras

**8.2Por que não cursou a mesma?**

- Custo da mensalidade
- Achou difícil
- Distância geográfica
- Não passou no vestibular
- Não contemplava dimensão interventiva
- Turnos oferecidos não permitia trabalhar
- Outro

**8.3Indique a sua instituição de formação (se possui mais de uma, indique a que concluiu o curso):** \_\_\_\_\_

**9. Indique a modalidade da formação:**

- Presencial
- Ensino a Distância (EaD)
- Semipresencial

**10. Indique o ano de Conclusão da Graduação:** \_\_\_\_\_

**11. Sinalize, caso possua, curso(s) de Pós-Graduação, Área de Conclusão:**

1.() Pós-Graduação Concluída

Especialização

( ) Serviço Social( ) Outra Área( ) Não fez

2. Residência

( ) Serviço Social( ) Multiprofissional( ) Não fez

3. Mestrado Acadêmico

( ) Serviço Social( ) Outra Área( ) Não fez

4. Mestrado Profissional

( ) Sim( ) Não

5. Doutorado

( ) Serviço Social( ) Outra Área( ) Não fez

**12. Durante a sua formação, em nível de graduação, você teve acesso a:**

1 ( ) atividades exclusivamente ligadas ao ensino.

2.() atividades de ensino de extensão

3.() atividades de ensino de pesquisa

4.() outras atividades. Cite \_\_\_\_\_

**13. Qual é a avaliação que você faz da formação que recebeu em nível de graduação, considerando o seguinte:**

13.1 Desenvolvimento de competências teórico-metodológicas

1 ( ) muito satisfeito 2( ) satisfeito 3( ) nem satisfeito e nem insatisfeito

4 ( ) insatisfeito 5( ) muito insatisfeito

13.2 Desenvolvimento de competências ético-políticas

1( ) muito satisfeito 2( ) satisfeito 3( ) nem satisfeito e nem insatisfeito

4( ) insatisfeito 5( ) muito insatisfeito

13.3 Desenvolvimento de competências técnico operativas

1 ( ) muito satisfeito 2( ) satisfeito 3( ) nem satisfeito e nem insatisfeito

4 ( ) insatisfeito 5( ) muito insatisfeito

13.4 Experiência nos estágios curriculares

1 ( ) muito satisfeito 2( ) satisfeito 3( ) nem satisfeito e nem insatisfeito

4 ( ) insatisfeito 5( ) muito insatisfeito

**14. Você teve vivências/participou, no período de graduação, de espaços e/ou representações da categoria profissional e/ou da organização estudantil?**

0.() Não

1.() Sim

**14.1 Se sim, responda abaixo como se sentiu:**

14.1() muito satisfeito 14.2() satisfeito 14.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 14.4() insatisfeito 14.5() muito insatisfeito

**15. Quanto à qualificação do corpo docente você se considera:**

15.1() muito satisfeito 15.2() satisfeito 15.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 15.4() insatisfeito 15.5() muito insatisfeito

**16. Quanto às metodologias de ensino você se considera:**

16.1() muito satisfeito 16.2() satisfeito 16.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 16.4() insatisfeito 16.5() muito insatisfeito

**17. Quanto à Infraestrutura da Instituição de Ensino Superior (IES) você se considera:**

17.1() muito satisfeito 17.2() satisfeito 17.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 17.4() insatisfeito 17.5() muito insatisfeito

**18. Quanto à Articulação da formação com o movimento da realidade e da conjuntura você se considera:**

18.1() muito satisfeito 18.2() satisfeito 18.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 18.4() insatisfeito 18.5() muito insatisfeito

**19. Quanto à Articulação da formação com a realidade do mercado de trabalho você se considera:**

19.1() muito satisfeito 19.2() satisfeito 19.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 19.4() insatisfeito 19.5() muito insatisfeito

**20. Você avalia que a formação obtida, em nível de graduação, atendeu as exigências que se colocam para o trabalho profissional?**

20.1() muito satisfeito 20.2() satisfeito 20.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 20.4() insatisfeito 20.5() muito insatisfeito

**BLOCO 3 - QUESTÕES RELACIONADAS COM O TRABALHO PROFISSIONAL**

21. Você está trabalhando na área do Serviço Social?

0.() Não.

1.() Sim.

**22. Caso não esteja trabalhando na área do Serviço Social, explique o motivo:**

Não foi selecionado nas entrevistas de emprego

Não se identificou com o trabalho

Pouca oferta de vagas

Está estudando para concurso público

Está esperando ser chamado em algum concurso público

Não passou em concurso

Não abriu concurso

Não se sentiu em condições de assumir o trabalho como Assistente Social

Outro

**23. Caso esteja trabalhando como Assistente Social, cite qual atividade exerce:**

- Agente Comunitário de Saúde
- Agente Social
- Auxiliar Administrativo
- Conselheiro Tutelar
- Cuidador
- Educador Social
- Oficineira
- Terapeuta
- Outro

**24. Atualmente você possui quantos vínculos de trabalho?**

- 0  Nenhum
- 1.  1
- 2.  2
- 3.  3
- 4.  4

**25. A sua carga horária total de trabalho semanal é de:**

- 1.  Menos de 20h
- 2.  Entre 20h e 24h
- 3.  Entre 25h e 30h
- 4.  Entre 31h e 40h
- 5.  Entre 41 e 50h
- 6.  Entre 51 e 60h
- 7.  Mais de 60h
- 8.  Nenhum

**26. Indique a função exercida no espaço de trabalho:**

**27. Indique a natureza da instituição que trabalha:**

- 1  Setor público municipal
- 2  Setor público estadual
- 3  Setor público federal
- 4  Organização não Governamental sem Fins Lucrativos
- 5  Empresa Privada
- 6  Organização da sociedade civil de interesse público
- 7  Organização social
- 8  Fundação
- 9  Autônomo
- 10  Voluntário
- 11  Sindicato associação movimento social e ou popular
- 12  Outro
- 13  Nenhum

**28. Indique o tipo de vínculo empregatício:**

Indique a forma de contratação de seu principal vínculo empregatícios

- 1( ) Celetista (CLT)
- 2( ) Contrato temporário
- 3( ) Prestação de serviço
- 4( ) Cargo Comissionado
- 5( ) Estatutário
- 6( ) Cooperativado
- 7( ) Terceirizado
- 8( ) Autônomo
- 9( ) Outro
- 10( ) Nenhum

**29. Em relação a sua remuneração mensal, indique o valor que mais se aproxima da mesma**

- ( ) Até R\$ 1.000,00
- ( ) De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
- ( ) De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
- ( ) De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
- ( ) De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
- ( ) De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00
- ( ) De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00
- ( ) De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00
- ( ) De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00
- ( ) De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00
- ( ) Mais de R\$ 15.000,00
- ( ) Nenhum

30. Indique a política social predominante no seu trabalho:

- 1.( ) saúde
- 2.( ) previdência
- 3.( ) assistência social
- 4 ( ) Outra, cite qual: \_\_\_\_\_

**31. Assinale o(s) objeto(s) do seu trabalho como Assistente Social, considerando as competências exercidas no seu espaço sócio ocupacional:**

- 1.( ) As relações sociais e/ou familiares
- 2.( ) O empoderamento/fortalecimento dos sujeitos sociais.
- 3. ( ) As múltiplas expressões da questão social
- 4.( ) Os problemas sociais
- 5.( ) As vulnerabilidades e riscos sociais
- 6.( ) Ajuda humanitária
- 7.( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**32. Assinale o(s) referencial(is) utilizado(s) para fundamentar o seu trabalho e as competências profissionais exercidas:**

- 1.( ) Referências pós-modernos;
- 2.( ) Referências positivistas/funcionalistas;

- 3.( ) Referenciais fenomenológicos/existencialistas;  
 4.( ) Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos;  
 5.( ) Teoria social marxista/método dialético-crítico;  
 6.( ) Diversos referenciais de modo integrado;  
 7.( ) Outro(s).Qual(is)? \_\_\_\_\_  
 8.( ) Explique brevemente sua escolha (opcional): \_\_\_\_\_

**33. Assinale com um X como você avalia as condições técnicas e éticas para realização de seu trabalho:**

Elementos	3 Totalmente adequado	2 Parcialmente adequado	1 Inadequado
33.1 – Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional (Res. CFESS/2006 493. Art. 2º, a);			
33.2 – Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional (Res. CFESS/2006493. Art. 2º, b);			
33.3 – Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas (Res. CFESS/2006 493. Art. 2º, c);			
33.4 – Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (Res. 493. CFESS/2006, Art. 2º, d)			
33.5 – O atendimento efetuado pelo Assistente Social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (Res. CFESS/2006 493. Art. 3º);			
33.6 – O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos(as) Assistentes Sociais (Res. CFESS/2006 493. Art. 4º) (podendo estar em outro espaço físico, conforme Art. 5º);			

**34. Avalie os impactos das condições e relações de trabalho no seu espaço sócio ocupacional para o desenvolvimento destas competências profissionais de acordo com a legenda a seguir:**

- 3 Concordo plenamente  
 2 Concordo parcialmente  
 1 Não concordo

- 34.1( ) A estrutura física e recursos disponibilizados é adequada ao desenvolvimento das ações profissionais.  
 34.2( ) A composição da equipe de trabalho/recursos humanos é adequada ao desenvolvimento das ações profissionais.  
 34.3( ) Possui autonomia no desenvolvimento das competências(as) profissionais em

### Serviço Social

34.4.( ) Os pareceres e posicionamentos profissionais são respeitados e valorizados na equipe de trabalho.

34.5.( ) As demandas e solicitações realizadas pela equipe, chefia e usuários dos serviços conseguem ser atendidas de forma planejada e com qualidade.

34.6.( ) Consegue desenvolver o trabalho de acordo com a orientação ético-político e teórico-metodológica de sua escolha.

### **35. Classifique as competências e atribuições exercidas no seu trabalho como Assistente Social de acordo com a legenda a seguir:**

(1) Exerço sistematicamente

(2) Exerço esporadicamente

(3) Não exerço

35.1.( ) Orientação e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos sociais

35.2.( ) Realização de estudos socioeconômicos, elaboração de relatórios e pareceres sociais

35.3.( ) Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades

35.4.( ) Assessoria, apoio a movimentos sociais e ações de mobilização social

35.5.( ) Desenvolvimento de processos de investigativos/pesquisas

35.6.( ) Supervisão direta de estagiários de Serviço Social

35.7.( ) Planejamento, organização e administração de benefícios sociais

35.8.( ) Gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

35.9.( ) Implementação e/ou execução de políticas e serviços sociais

35.10.( ) Formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais

35.11.( ) Gestão de políticas e serviços sociais

35.12.( ) Elaboração e/ou coordenação de projetos sociais

35.13.( ) Outra (s). Quais? \_\_\_\_\_

### **36. Quais os três principais desafios/ dificuldades para o exercício de seu trabalho identificados no seu espaço socio-ocupacional?**

36.1( ) insegurança do emprego

36.2( ) precárias formas de contratação

36.3( ) intensificação do trabalho

36.4( ) aviltamento dos salários

36.5( ) pressão pelo aumento da produtividade

36.6( ) pressão por resultados imediatos

36.7( ) ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo

36.8( ) falta de perspectivas de progressão na carreira

36.9( ) falta de perspectiva de ascensão na carreira

36.10( ) ausência de educação permanente

36.11( ) Outro

### **37. Quais as principais precarizações vivenciadas no seu trabalho?**

37.1.( ) Contrato de trabalho

37.2.( ) Condições salariais

37.3.( ) Condições/recursos insuficientes para a realização do trabalho

37.4( ) outro

**38. Identificas possibilidades de resistência frente as precarizações vivenciadas no trabalho?**

38.0 ( ) Não

38.1( ) Parcialmente

38.2( ) Sim

**38.1 Se sim, qual(uais) ? \_\_\_\_\_**

**39. Se teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho, desenvolvido nos últimos 5 anos, identifique qual(is) foram:**

1.( ) Síndrome do pânico

2.( ) Depressão

3.( ) Doenças osteomusculares (ler/dort, coluna entre outras)

4.( ) Cefaleia crônica ( ou enxaqueca crônica)

5.( ) Gastrites e outras doenças digestivas

6. ( ) outros

**40. Quais destes itens de 01 a 5 considera fator que mais causa agravo a sua saúde na relação com o trabalho. Numere na ordem de maior impacto na sua saúde :**

( ) sobrecarga de trabalho

( ) pressão de (ordem hierárquica) por parte de chefia para cumprimento de tarefas ou metas

( ) na relação com os colegas

( ) falta de condições de atendimento à população usuária

( ) a realidade social vivenciada pela população usuária

( ) outros

**41. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu assediado moralmente no local de trabalho?**

0( ) Não.

1( ) Sim

**42. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu assediado sexualmente no local de trabalho?**

0( ) Não

1( ) Sim

**43. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua cor no local de trabalho?**

0( ) Não.

1( ) Sim

**44. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua orientação sexual no local de trabalho?**

0( ) Não

1( ) Sim

**45. No exercício das suas atribuições profissionais, atua como supervisor de campo?**

45.1.( ) Sim, por motivação própria.

45.2.( ) Sim, por pressão institucional.

45.3.( ) Não.

**46. Se a resposta for sim, quantos (as) estagiários (as) você supervisiona?**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

**47. Qual a carga horária de trabalho utilizada para a supervisão de estágio?**

- 1h
- 2h
- 3h
- 4h
- 5h
- 6h
- 7h
- 10 h

**48. No exercício das suas atribuições profissionais, atua como supervisor acadêmico?**

- Não.
- Sim

**49. Se a resposta for sim. Quantos(as) estagiários(as) supervisionas?**

- 1 - 15
- 16 - 30
- acima de 31

**50. Qual a carga horária semanal de trabalho utilizada para a supervisão de acadêmica?**

- 1h
- 2h
- 3h
- 4h
- 5h
- 6h
- 7h
- 10 h

**51. Participa de Fórum de Estágios?**

- Não.
- Sim

**52. Se sim, qual(is) fóruns?.**

- 52.1.  Fórum Local.
- 52.2.  Fórum Regional.
- 52.3.  Fórum Estadual.
- 52.4.  Fórum Nacional

**53. Como avalias o papel do conjunto CFESS/CRESS?**

- 53.1) muito satisfeito.
- 53.2) satisfeito.
- 53.3) nem satisfeito e nem insatisfeito .
- 53.4) insatisfeito .
- 53.5) muito insatisfeito

**54. Como avalias o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)?**

- 54.1) muito satisfeito.
- 54.2) satisfeito.
- 54.3) nem satisfeito e nem insatisfeito .
- 54.4) insatisfeito .
- 54.5) muito insatisfeito

**55. Como avalias o papel da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO)?**

- 55.1) muito satisfeito.
- 55.2) satisfeito.
- 55.3) nem satisfeito e nem insatisfeito .
- 55.4) insatisfeito .
- 55.5) muito insatisfeito

**56. Como avalias o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)?**

- 56.1) muito satisfeito.
- 56.2) satisfeito.
- 56.3) nem satisfeito e nem insatisfeito .
- 56.4) insatisfeito .
- 56.5) muito insatisfeito

**57. Participas ou já participou da Gestão das Entidades Representativas da Categoria?**

- 0.() Não
- 1.() Sim

**58. Se sim, quais?**

- 58.1() CFESS
- 58.2() CRESS
- 58.3() ABEPSS
- 58.4() ENESSO

**59. Atualmente participa de algum espaço de organização da categoria? (NUCRESS, GT's ou Comissões vinculadas ao CRESS)?**

- 59.1.(            ) Sim
- 59.2.(            ) Não

**60. Se sim, qual(is)?**

- 60.1  NUCRESS
- 60.2  GT
- 60.3  Comissão vinculada ao CRESS

**61. Participa de eventos/ações formativas promovidas pelas entidades político-organizativas da categoria?**

- 61.1  Sim
- 61.2  Não

**62. Participa de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?**

- 62.1.  Sim
- 62.2.  Não

**63. É sindicalizado?**

- 63.1  Não
- 63.2  Sim

**64. Participa de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?**

- Sim
- Não

**65. Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?**

- Conselhos
- Fóruns
- Frentes
- Comissões/Comitês
- Audiências públicas

**66. Representa a categoria dos(as) Assistentes Sociais em espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?**

- Sim
- Não

**Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?**

- Conselhos
- Fóruns
- Frentes
- Comissões/Comitês
- Audiências públicas
- Outros

**67. Participa de alguma atividade política?**

- Sim
- Não

**68. Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?**

- Partidos políticos
- Sindicatos
- Fórum de trabalhadores/as
- Associações de trabalhadores/as
- Outros

**BLOCO 5 – QUESTÕES RELACIONADAS COM EDUCAÇÃO PERMANENTE**

**69. Você considera importante participar de processos de educação de permanente:** 69.0(

- Não
- 69.1  Sim

**70. Você vivencia experiências de educação de permanente no seu trabalho?**

- 70.0  Não
- 70.1  Sim.

**71. Considerando a realidade de seu trabalho, na perspectiva da educação permanente, quais saberes são emergentes e necessários para o exercício da profissão?**

- 1  Fundamentos em Serviço Social
- 2  Trabalho com famílias
- 3  Planejamento, monitoramento e avaliação
- 4  Trabalho interdisciplinar e intersetorial
- 5  Abordagem grupal
- 6  Pesquisa Social
- 7  Análise Territorial
- 8  Outro

**72. Indique modalidades de educação permanente que você possui interesse/necessidade/motivação em participar:**

- 1  Rodas de conversa
- 2  Grupo de supervisão profissional
- 3  Seminários
- 4  Curso de curta duração.
- 5  Oficinas teórico-práticas.
- 6  Curso de especialização.
- 7  Curso de mestrado.
- 8  Curso de doutorado
- 9  Outro (s). Quais? \_\_\_\_\_

## ANEXO B–TCLE - QUESTIONÁRIO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa denominada ***PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL***

Você foi selecionado, por ser Assistente Social, vinculado e ativo junto ao Conselho Regional de Serviço Social e pertencer, portanto, à categoria profissional.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com as instituições com as quais se relaciona.

Este estudo pretende investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria e das Universidades que formam Assistentes Sociais, professores e pesquisadores para atuarem nessa área, na perspectiva do fortalecimento hegemônico do Projeto Ético-Político Profissional. Assim, sua participação, se constitui como de extrema importância no sentido de dar visibilidade às dificuldades vivenciadas no trabalho, assim como das possibilidades de resistência encontradas nesse contexto.

Sua participação nesta primeira fase da pesquisa consiste em responder a um questionário organizado pelos pesquisadores, com duração em torno de uma hora, que abará os eixos de formação, trabalho e fundamentos profissionais.

Os riscos de sua participação são mínimos e relacionados às emoções que podem surgir durante a realização da entrevista.

Os benefícios relacionados com a sua participação são a possibilidade de contribuir com conhecimentos que podem tornar visíveis e coletivos tanto os desafios postos ao Serviço Social, assim como o fortalecimento da profissão e a construção de resistências.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados serão inseridos na *Plataforma Survey Monkey*, sem a sua identificação, e posteriormente serão analisados quantitativamente.

Toda e qualquer informação obtida será de responsabilidade dos pesquisadores que as manterão guardadas por cinco anos, em armário cuja chave ficará de posse apenas dos pesquisadores. Após esse período, as informações serão destruídas. Você receberá uma cópia desse termo no qual consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, endereço esse no

qual as informações ficarão guardadas, assim como do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Tatiana Reidel - Pesquisador Principal

Pesquisador Principal: Tatiana Reidel

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº, 2.777, bairro, Anexo da Saúde. Sala 318, Armário 1.

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone:( ) \_\_\_\_\_

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: : \_\_\_\_\_

Telefone:( ) \_\_\_\_\_

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa, Data da Entrevista

## **APÊNDICE A – TCLE - GRUPO FOCAL**

O presente termo de consentimento refere-se a um convite para que participe da pesquisa intitulada: Perfil, Formação e Trabalho do(a)s Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul tendo como pesquisadora responsável a Profa. Dra. Tatiana Reidel, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Trata-se de uma pesquisa interinstitucional realizada em parceria entre UFRGS, PUCRS e Conselho Regional de Serviço Social. O estudo tem como objetivo geral: Investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria no fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional.

A coleta de dados na sua primeira etapa ocorreu por meio de preenchimento de questionário pelos(as) Assistentes Sociais ativo(a)s no CRESS 10 Região e contamos com programa específico para o armazenamento dos dados obtidos. Para segunda etapa será realizado Grupo Focal com os(as) Assistentes Sociais vinculados e ativos ao CRESS/RS que aceitarem participar dessa etapa.

Você está sendo convidado para participar desta segunda etapa da pesquisa, cujos dados obtidos integrarão a dissertação de mestrado de Laís Duarte Corrêa, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A metodologia a ser utilizada envolve a realização de abordagem em grupo, denominada Grupo Focal, onde serão apresentados alguns temas relacionados ao Trabalho da(o) Assistente Social objetivando aprofundar a análise qualitativa da pesquisa na referida temática, a qual poderá ser analisada e discutida pelos participantes da pesquisa neste espaço que buscará garantir a integridade dos participantes. O tempo estimado para realização do grupo focal é estimado de no mínimo 60 minutos.

A participação oferece risco mínimo de possível desconforto, relacionado ao tempo de realização do Grupo e talvez com algum conteúdo em relação ao seu trabalho sendo que se ocorrerem estas situações, a pesquisadora se responsabilizará em atender a situação caso seja necessário. Caso demande atendimento específico, a pesquisadora fará encaminhamento à rede pública de saúde. Destaca-se a garantia da liberdade, que possibilita ao participante da pesquisa interromper ou sair dela a qualquer momento da pesquisa sem ônus. No processo de análise e produção/publicação posterior a pesquisa, será mantido o sigilo quanto a sua identidade. Os benefícios em participar da pesquisa se constituirão em contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre o Perfil, Formação e Trabalho do(a)s Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul. Assim como

se constitui um espaço de escuta, reflexão e troca entre a categoria profissional sobre seu perfil e trabalho.

As manifestações orais serão gravadas e após transcritas para que posteriormente possam ser analisadas.

Os materiais coletados ficarão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável - no Instituto de Psicologia na sala 318 do Anexo-Saúde/UFRGS- Ramiro Barcelos,2777/Santana/POA, pelo período de cinco anos. A participação no estudo não acarretará custos para o participante, bem como este não será ressarcido pela sua participação.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a mestrande Laís Duarte Corrêa pelo telefone 54 – 991410577 e pelo e-mail [duarte.lais@hotmail.com](mailto:duarte.lais@hotmail.com), com a pesquisadora Profa. Dra. Tatiana Reidel pelo telefone 51 - 3308.5700 e pelo e-mail [tatyreidel@gmail.com](mailto:tatyreidel@gmail.com) ou ainda contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2600, Santana – Porto Alegre/RS - telefone 51 - 33085698).

Sendo assim, pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado(a) sobre os objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e concordo em participar do mesmo. Fui igualmente informado(a) e esclarecido(a) sobre a garantia de poder retirar meu consentimento em participar da pesquisa, de solicitar informações sobre este estudo pelos contatos acima indicados. Concordo com a utilização dos dados e resultados da pesquisa para elaboração de material de ensino em Serviço Social, documentários, artigos e publicações divulgando e socializando os achados da mesma.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data:            /            /

Mestranda: Laís Duarte Corrêa

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data:            /            /

Pesquisadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Tatiana Reidel

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data:            /            /

## **APÊNDICE B - ROTEIRO GRUPO FOCAL**

1. Como você caracteriza o trabalho do Assistente Social na atualidade?
2. Quais os principais desafios/ dificuldades para o exercício de seu trabalho identificados no seu espaço socio-ocupacional?
3. Identificas possibilidades de resistência frente as precarizações vivenciadas no trabalho?
4. Qual a relação que você estabelece entre o trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político da profissão?
5. Como você avalia o papel do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO?
6. Como você avalia as demais organizações e estratégias coletivas de resistência tais como espaços de participação social/popular, movimentos sociais, coletivos, organizações políticas?
7. Você percebe dificuldades quanto à participação nas instâncias de organização coletivas sejam do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO quanto em movimentos sociais, coletivos, organizações políticas, sindicatos, entre outros?